

Diálogo

COM A ECONOMIA CRIATIVA



Editora Responsável: Veranise Jacobowski Correia Dubeux

Editores Associados: Isabella Vicente Perrotta
Lucia Maria Marcellino de Santa Cruz
Joana Martins Contino
Mirella de Menezes Migliari

Editora Gerente: Joana Martins Contino

Organizadores do Dossiê: Alexandra Cleopatre Tsallis
Flávia Ferreira Pires
Gisele Pereira Dias

Produção Editorial:  ZEPPELINI
PUBLISHERS

Imagem da Capa: Gabriel Moreira Mariquito de Sousa

Diálogo com a economia criativa [recurso eletrônico] / Escola Superior de Propaganda e Marketing, v. 9, n. 27 (set./dez. 2024) – Rio de Janeiro: ESPM, 2024.

Quadrimestral.

Modo de acesso: <<http://dialogo.espm.br>>

eISSN: 2525-2828

1. Economia da cultura. 2. Indústria criativa. 3. Criatividade nos negócios. I. Escola Superior de Propaganda e Marketing (Rio de Janeiro). II. Programa de Pós-graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação.

CDU 330:316.7

e-ISSN 2525-2828

Revista do Programa de Pós-graduação em Economia Criativa,
Estratégia e Inovação - PPGECEI/ESPM Rio

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca ESPM Rio.

ESPM Rio

Vila Aymoré – Ladeira da Glória, 26 – Glória, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: +55 (21) 2216-2066

revistadcec-rj@espm.br

EDITORIAL

Dossiê Marcadores Sociais da Diferença, Movimentos Sociais e Economia Criativa 3
Alexandra Cleopatre Tsallis, Flávia Ferreira Pires, Gisele Pereira Dias

A imagem da capa #275
Gabriel Moreira Mariquito de Sousa, Joana Martins Contino

DOSSIÊ MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA, MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA CRIATIVA

Nós por nós: solidariedade negra e economia criativa8
Lia Vainer Schucman, Heitor Marques Santos, Maria Eduarda Delfino das Chagas

O impacto social do trabalho das transistas brasileiras e o ativismo feminista negro interseccional23
Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira, Amana Rocha Mattos

Eu faço meu destino: uma análise do marcador social de gênero no filme *Alice no País das Maravilhas* 40
Deborah Luísa Vieira dos Santos, Emerson Nunes Eller, Isabela Diamantino Braga dos Santos

“Ideias para adiar o fim do mundo”: estratégias da Rede Cidadã para uma economia sustentável57
Jackeline Sibelle Freires Aires, Fernanda Sansão Hallack, Danielly Pierre Procopio da Rocha, Sonalle Cristina de Azevedo da Fonseca, Raiene Herculano Santiago

Cidade criativa à brasileira: potencial para o desenvolvimento sustentável70
Andréa Virginia Freire Costa, José Clewton do Nascimento

Costurando esperança: projetos com costura e artesanato no Rio de Janeiro como um possível caminho para a produção de artigos de moda87
Barbara de Oliveira e Cruz, Rita Maria Couto, Roberta Portas Gonçalves Rodrigues

Marco Legal dos Games: análise exploratória do cenário econômico dos jogos digitais e sua relevância para a economia brasileira 104
Albano Francisco Schmidt, Luise Amaral, Vanessa Ribeiro Couto

Informality as deviancy: the problem of difference in the Decent Work Agenda 121
Alisson Rowland

Dossiê Marcadores Sociais da Diferença, Movimentos Sociais e Economia Criativa

Dossier: Social Markers of Difference, Social Movements, and Creative Economy

Alexandra Cleopatre Tsallis^I , Flávia Ferreira Pires^{II} , Gisele Pereira Dias^{III} 

Neste dossiê, mergulhamos nas interseções entre marcadores sociais da diferença, movimentos sociais e economia criativa, ressaltando como essas esferas se entrelaçam para moldar novas dinâmicas sociais e econômicas.

O dossiê traz oito artigos que nos convidam à reflexão e ao debate construtivo em perspectivas inovadoras. Começando pelo artigo “Nós por nós: solidariedade negra e economia criativa”, de Lia Vainer Schucman, Heitor Marques Santos e Maria Eduarda Delfino das Chagas, vemos como feiras solidárias em Florianópolis (SC) servem como espaço de resistência e fortalecimento da identidade negra, destacando o empreendedorismo como uma ferramenta crucial para inclusão e valorização cultural.

Já no estudo “O impacto social do trabalho das transistas brasileiras”, as autoras Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira e Amana Rocha Mattos evidenciam o papel vital dessas mulheres na preservação de saberes ancestrais e no ativismo feminista, realçando como a prática do transismo atua como meio de subsistência e transformação social.

Com “Eu faço meu destino: uma análise do marcador social de gênero no filme *Alice no País das Maravilhas*”, Deborah Luísa Vieira dos Santos, Emerson Nunes Eller e Isabela Diamantino Braga dos Santos utilizam o longa-metragem para ilustrar a perpetuação e ruptura de narrativas tradicionais de gênero. A análise fílmica revela como essa obra se alinha com as lutas contemporâneas por equidade de gênero.

O dossiê também explora diálogos culturais e sustentáveis, com artigos que discutem as possibilidades de sustentabilidade e inclusão no Brasil. O artigo “*Ideias para adiar o fim do mundo: estratégias da Rede Cidadã para uma economia sustentável*” foi escrito por Jackeline Aires, Fernanda Hallack, Danielly Pierre, Sonalle Azevedo e Raiene Herculano. Nele, as autoras destacam as inovações propostas pela Rede Cidadã no campo da assistência social, utilizando práticas integrativas de saúde e expansão da consciência para promover a inclusão social e econômica de maneira sustentável.

O trabalho “Cidade criativa à brasileira: potencial para o desenvolvimento sustentável”, de Andréa Virgínia Freire Costa e José Clewton do Nascimento, investiga o potencial das cidades criativas para o desenvolvimento socialmente sustentável.

Já em “Costurando esperança: projetos com costura e artesanato no Rio de Janeiro como um possível caminho para a produção de artigos de moda”, Bárbara Cruz, Rita Maria

^IUniversidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: atsallis@gmail.com

^{II}Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: ffp23279@gmail.com

^{III}University College London – Londres, Reino Unido. E-mail: g.dias@ucl.ac.uk

Recebido em: 08/11/2024 – Aceito em: 08/11/2024

de Souza Couto e Roberta Portas examinam como a moda pode se tornar um agente de mudança social mediante práticas responsáveis em costura e artesanato.

Já a análise trazida por Albano Francisco Schmidt, Luise Amaral e Vanessa Ribeiro Couto no artigo “Marco legal dos *games*: análise exploratória do cenário econômico dos jogos digitais e sua relevância para a economia brasileira” explora o impacto econômico e os desafios regulatórios do setor de jogos digitais no Brasil, evidenciando a importância de políticas públicas eficazes para estimular esse setor dinâmico e inovador.

Finalmente, o artigo “Informality as deviancy: the problem of difference in the decent work agenda”, de Alisson Rowland, oferece uma crítica profunda à Agenda de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho, questionando como a informalidade é abordada nas políticas globais de trabalho e a necessidade de práticas mais inclusivas que considerem múltiplas identidades interseccionais.

Este dossiê convida à reflexão sobre como a intersecção de marcadores sociais e economia criativa pode não apenas desafiar estruturas estabelecidas, mas também abrir caminhos para o desenvolvimento justo e sustentável. Esperamos que as discussões apresentadas inspirem o engajamento contínuo e a inovação na busca por sociedades mais equitativas e ricas em diversidade cultural.

Boa leitura!

Sobre as autoras

Alexandra Cleopatre Tsallis: PhD em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Centre de Sociologie de l’Innovation, École de Mines/Paris.

Flávia Ferreira Pires: PhD em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gisele Pereira Dias: PhD em Ciências pelo Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



A imagem da capa #27

Cover image #27

Gabriel Moreira Mariquito de Sousa¹ , Joana Martins Contino¹ 

Foi com imensa alegria e gratidão que recebi o convite para criar a capa desta edição da revista¹. Esse projeto gráfico tem um significado especial para mim, pois me deu a chance de traduzir, por meio do *design*, a força da economia criativa como um elemento transformador de realidades. Esse poder de transformação, que vem da diversidade e da criatividade, é o que me inspira e me motiva a seguir com meu trabalho como pesquisador e a buscar aprimorá-lo.

Minha admiração pela economia criativa vai além do reconhecimento de que ela é um setor de grande importância econômica. Meu encantamento passa também pela constatação de que ela é um espaço de expressão de identidades. É um lugar em que culturas, tradições e histórias de diferentes comunidades ganham visibilidade e reconhecimento. Para mim, tão importante quanto números e empregos é o papel da economia criativa como ferramenta de resistência e inclusão. Em um mundo desigual, ela já mostrou ser um motor de mudança social que permite que artistas, criadores e produtores culturais expressem as complexidades da vida e tragam à tona questões que, de outra forma, poderiam passar despercebidas para boa parte dos cidadãos. Ela nos ajuda a reavaliar desigualdades, a dar voz a quem precisa ser ouvido e a mostrar que cada contribuição pode ter impacto social genuíno.

Um exemplo disso são os movimentos sociais, um dos principais temas do dossiê apresentado no volume 9, número 27, da revista *Diálogo com a Economia Criativa*. Muitas vezes, esses movimentos encontram na economia criativa um meio para amplificar suas mensagens e fazê-las chegar a novos públicos. Seja por meio da arte, seja do audiovisual, seja do *design*, seja da moda, a economia criativa permite que mensagens de resistência e equidade ecoem e toquem o coração das pessoas. Isso porque a economia criativa, por definição, celebra a diversidade e promove o valor das variadas culturas e identidades, favorecendo o crescimento econômico e a prosperidade de grupos sociais marginalizados.

Criar uma arte que capturasse todo esse potencial foi um verdadeiro desafio. Desde o início, a frase “Nossa diferença faz a diferença” ecoava na minha mente, quase como um mantra, e foi ela que baseou minha criação para esse conceito. Nos meus estudos sobre representatividade na tecnologia e sobre *design* decolonial, eu já havia compreendido a importância de incluir vozes dissonantes em todos os projetos. Essas vozes, muitas vezes maioria, frequentemente não são percebidas pelo *design* como tal. Elas são fundamentais não só para enriquecer as discussões, mas também para trazer novas perspectivas e

¹ Projeto gráfico e concepção do texto: Gabriel Moreira Mariquito de Souza; supervisão e revisão do texto: Joana Martins Contino.

avançar no processo de decolonização do *design*. Isso é especialmente importante para o *design* no Brasil, onde, como identificou Sergio Buarque de Holanda (1997), a diversidade é um traço identitário. Entendermo-nos como plurais e abraçarmos essa característica também no *design* podem transformar nossos processos sociais e torná-los mais conectados com as nossas culturas, com o nosso povo e com a realidade que vivemos.

Em uma ode a essa pluralidade, quis celebrar, na arte da capa do dossiê Marcadores Sociais da Diferença, Movimentos Sociais e Economia Criativa, a riqueza da diversidade e dos pequenos detalhes que formam o todo. A composição foi pensada para mostrar como as pequenas diferenças têm um impacto real sobre o todo, lembrando que são essas particularidades que nos tornam mais fortes e que fazem do coletivo algo vibrante e interessante.

Cada módulo possui papel fundamental na composição final, e é a multiplicidade de partes que cria um visual dinâmico e harmônico, em que cada elemento é essencial e cada unidade tem algo valioso a acrescentar. Cada módulo é único, como uma metáfora visual para as singularidades que coexistem no mundo. Algumas dessas diferenças se destacam e podem ser notadas de imediato, enquanto outras aparecem apenas quando olhamos com mais atenção. Alguns módulos possuem apenas pequenas alterações, em mínimos detalhes, ou em mudanças singelas de cor e de orientação, representando os diferentes níveis de visibilidade que características individuais podem ter.

Outro aspecto importante da composição está nos tamanhos dissonantes dos módulos; uma falsa percepção de ordem é oferecida pelos elementos mais parecidos entre si. Essa ordem percebida é tão frágil que, mesmo organizados, a simples existência dos módulos mais contrastantes já ameaça a harmonia do todo e expõe uma fragilidade intrínseca a qualquer ideia de ordem que tente se impor como homogênea e absoluta.

Assim, no coração dessa ilusão de ordenação, estão os módulos mais contrastantes, os responsáveis pela ruptura da ordem hegemônica. Juntos, eles criam entre si uma ordem própria que agrega suas diferenças em forma de círculo: uma aliança que simboliza a comunidade. Dessa maneira, é o conjunto que se destaca, mostrando que, embora as nossas diferenças continuem presentes e relevantes, quando estamos em aliança, conseguimos usá-las como ferramentas para criar uma ordem verdadeiramente resistente e sustentável.

Essa capa é, em essência, um convite para celebrar o nosso potencial individual e coletivo. Que ela seja, ao mesmo tempo, um chamado e um desafio para nos olharmos e nos enxergarmos de perto, entendendo nossos contextos pessoais como experiências únicas e contribuições valiosas para o todo. Também para que possamos olhar para o lado e pensar melhor sobre como somos envolvidos pelas pessoas em nosso entorno e como elas, em sua individualidade, impactam o nosso eu, em constante desenvolvimento, e como fazemos o mesmo por elas quando estamos em comunidade.

Que esta edição da revista inspire em você, leitor, um olhar renovado para enxergar a beleza das diferenças humanas e a importância de lutarmos para preservá-las

e exaltá-las. Que essa inspiração lhe permita visualizar todo o potencial social e econômico que reside nessa pluralidade e instigue o seu compromisso com uma economia mais inclusiva. E, principalmente, que você reconheça em si e nas pessoas à sua volta o seu pequeno grande poder de impacto. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Sobre os autores

Gabriel Moreira Mariquito de Sousa: mestrando em Economia Criativa, Estratégia e Inovação pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro.

Joana Martins Contino: doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Criativa, Estratégia e Inovação da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro.



Nós por nós: solidariedade negra e economia criativa

Us for us: black solidarity and creative economy

Lia Vainer Schucman¹ , Heitor Marques Santos¹ , Maria Eduarda Delfino das Chagas¹ 

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos por participantes negros e negras de feiras solidárias ao trabalho informal e ao empreendedorismo. Para isso, entrevistamos participantes negros de feiras de economia solidária na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, com o intuito de analisar como suas atividades se relacionam com movimentos sociais. Para a compreensão dessas práticas, categorizamos os conteúdos dessas entrevistas em dois grandes núcleos temáticos: “Sobrevivendo por conta própria: inovação e criatividade”; e “Subjetividade e Economia Criativa”. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que os movimentos sociais e a economia criativa são como ferramentas de mobilização para gerar acessos, renda e fortalecimento não só de vínculos, mas também de identidade negra positivada. No entanto, fica evidente que a trabalhadora e o trabalhador negros carregam uma história singular de discriminação racial e de exclusão não apenas no mercado formal, mas também no apoio para o empreendedorismo e a economia criativa.

Palavras-chave: Racismo. Raça. Economia criativa. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the meanings attributed by black men and women, participants of solidarity fairs, to informal work and entrepreneurship. To this end, we interviewed black participants of solidarity economy fairs in the city of Florianópolis in order to analyze how their activities relate to social movements. To understand these practices, we categorized the contents of these interviews into two major thematic nuclei; Surviving on Your Own: Innovation and Creativity; and Subjectivity and Creative Economy. The results obtained in this research point out that social movements and the creative economy are like mobilization tools to generate access, income, strengthening not only bonds, but also the positive black identity; however, it is evident that the black worker carries a unique history of racial discrimination and exclusion not only in the formal market, but also in support for entrepreneurship and creative economy.

Keywords: Racism. Race. Creative economy. Social movements.

¹Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis (SC), Brasil. E-mails: liavarners@gmail.com; psi.heitormarques@gmail.com; medelfinochagas@gmail.com

Recebido em: 01/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

INTRODUÇÃO

Para pensar a economia criativa e os processos que envolvem o empreendedorismo negro atualmente, é importante contextualizar historicamente a transição do modelo escravista ao capitalista no Brasil e o legado da escravidão no mercado de trabalho. A história do Brasil está intrinsecamente ligada ao racismo e, consequentemente, este é um elemento relevante nas estruturas sociais e econômicas do país. O mercado de trabalho é um dos processos responsáveis e fundadores da formação dessa realidade, perpetuando desigualdades e limitando as oportunidades para grupos minorizados¹. As consequências da escravidão no Brasil são fatores essenciais para compreender as dinâmicas atuais do mercado de trabalho e como elas impactam na economia criativa. Conforme destaca Moura:

[...] A Abolição conserva a estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas (Moura, 1988, p. 25).

No período pós-abolição, a vida das pessoas ex-escravizadas foi marcada por obstáculos e desamparo, pois, além do racismo existente na sociedade brasileira, não houve iniciativas que dessem condições sociais, econômicas e civis às pessoas que conquistaram a liberdade. Poucas ou quase nenhuma opção eram viáveis nesse contexto, uma vez que não existiram políticas públicas que garantissem direitos como terras e acesso à educação, o que forçou as pessoas negras libertas a permanecerem trabalhando em ofícios com baixas remunerações e análogos à escravidão (Schwarcz; Gomes, 2018).

José de Souza Martins (2010) pontua que a questão abolicionista foi retratada em termos de substituição do trabalhador escravo pelo livre, o que, naquele contexto, significou a substituição física do negro pelo imigrante europeu. O resultado disso não foi apenas a transformação no quesito trabalho, mas também a substituição do trabalhador (Martins, 2010). Enquanto parte das pessoas recém-libertas pela Lei Áurea ocupavam as margens da sociedade em uma tentativa mínima de sobrevivência, imigrantes europeus recebiam trabalho, terra e acesso à educação para residir no território brasileiro (Fernandes, 2008; Jaccoud, 2008; Theodoro, 2008). Portanto, o período pós-abolição, que poderia ter sido caracterizado pela liberdade e pela inclusão, foi marcado por novas formas de exclusão social, cujas consequências ainda estão presentes e consolidam o racismo estrutural existente no país (Schwarcz; Gomes, 2018).

Neste trabalho, o conceito de raça será articulado de acordo com a definição proposta por Guimarães (1999). Logo, raça não será entendida como uma categoria biológica ou essencial, e sim como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica incorreta, mas socialmente eficaz para criar, sustentar

¹ Neste trabalho, grupos “minorizados” serão referidos enquanto pessoas que foram marginalizadas historicamente por estarem fora dos padrões hegemônicos.

e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p. 153). Embora não haja evidências biológicas que comprovem a existência de raças humanas, Guimarães (1999, p. 153) pontua que elas são “plenamente reais no mundo social, resultantes de maneiras de classificar e identificar que direcionam as ações humanas”.

Nesse contexto, vale ressaltar que a noção de raça no imaginário popular atual ainda é a mesma produzida pela ciência moderna dos séculos XIX e XX. Essa ideia serviu para categorizar a diversidade humana em grupos considerando as características físicas, sendo elas responsáveis por determinar as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas das pessoas, estabelecendo uma hierarquia de valores desiguais (Munanga, 2004).

Essa hierarquia de valores pode ser analisada no contexto do mercado de trabalho. A falsa ideia de que traços físicos estão relacionados a valores morais, intelectuais e estéticos contribuiu para que ocupações profissionais fossem preteríveis a determinados grupos distinguidos racialmente. Nesse sentido, alguns dados apontam que o empreendedorismo, a economia criativa e o trabalho informal têm sido a grande forma de sobrevivência de homens e mulheres negras neste país.

TRABALHO INFORMAL, EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA CRIATIVA NA VIDA DOS NEGROS BRASILEIROS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a população brasileira é composta majoritariamente de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, parcela que soma 56,2% da população. Entretanto, percebe-se que esse número não é representado de maneira justa no mercado de trabalho ao investigarmos aspectos como renda, salário, taxa de desemprego, setores de trabalho formal, acesso a oportunidades educacionais, participação em cargos de liderança etc. De acordo com uma pesquisa realizada por Cesario (2017), somente 6,3% dos cargos de gerência nas 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por pessoas desse grupo, estando a maioria em posições técnicas e operacionais.

Diante dessa realidade, é possível constatar que trabalhadores negros enfrentam desafios para se manter e se desenvolver profissionalmente no mercado de trabalho formal. Dessa forma, a economia criativa e o empreendedorismo se destacam como opções de renda, que hoje somam cerca de 25 milhões de pessoas trabalhando por conta própria (Mick; Nogueira, 2023). Esse número expressivo aponta para trabalhadores que atuam de forma autônoma com articulações de movimentos sociais, com múltiplas ocupações e/ou por contrato de pessoa jurídica que se relaciona com o mercado informal.

Percebemos, nas entrevistas realizadas para este artigo, que o trabalho por conta própria está relacionado com as experiências individuais dessas pessoas, ou seja, a área de empreendedorismo dos entrevistados perpassa aspectos relacionados a sua história de vida, bem como momentos de transições na qual relacionaram a sua subjetividade com os produtos a serem comercializados.

O processo de subjetivação, ou o que também podemos nomear como um processo de construção de identidade, refere-se à maneira como o indivíduo internaliza

e ressignifica as normas e os valores sociais com o meio para construir a sua subjetividade. Esses processos são dinâmicos e contínuos, ocorrem a partir da interação entre o indivíduo e o meio social em que está inserido (Maheirie, 2002). Na perspectiva racial brasileira, a subjetivação é moldada pelas relações raciais — os sujeitos negros, por exemplo, estão constantemente em um processo de ressignificação da sua negritude e do lugar que ocupam na sociedade (Schucman, Gonçalves, 2020).

Esse fenômeno ocorre de maneira única em pessoas negras no solo brasileiro. A dialética sobre a inclusão do negro no modelo capitalista gira em torno do mito da democracia racial e de que somos todos iguais, mas, ao mesmo tempo, hierarquizada e discrimina tanto pelos traços físicos quanto por valores estigmatizados atribuídos à origem de pessoas pretas e pardas. Esse dualismo impacta diretamente na constituição da identidade dessas pessoas, pois impõe a necessidade de lidar com os estigmas e os significantes negativos associados à raça para a formação de identidade.

É importante ressaltar que o trabalho informal para as pessoas negras tem sido um modo de sobrevivência desde o período pós-abolição. A subsistência dessas pessoas estava diretamente relacionada às estratégias que gerassem renda. O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa (2003), classificou essas “habilidades” econômicas em grupos distintos de inserção provisória para aquisição de renda. As principais atividades descritas por Lessa (2003) estavam relacionadas à logística da cidade, envolvendo carregadores manuais e entregadores, outro grupo de artesãos produtores, sendo tarefas relacionadas à confeitaria e à costura, além de grupos de comerciantes, como ambulantes e camelôs.

Esses grupos atuavam na fissura que dividia a lenta transição do modelo escravista para o capitalista no Brasil. Com intuito de sobreviver financeiramente, os trabalhadores negros buscaram estratégias para gerar renda a partir das demandas que surgiam do cotidiano e dos trabalhos formais, estes ocupados em sua maioria por pessoas brancas, massa expressiva de indivíduos que eram como fonte dos materiais necessários para execução da mão de obra informal, mas também consumidores dos serviços prestados em sua maioria por pessoas negras.

Atualmente, o trabalho informal no Brasil é caracterizado pela ausência de vínculos empregatícios formais, como o regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o que implica em condições de trabalho precárias, instabilidade econômica e falta de direitos trabalhistas. De acordo com dados do IBGE (2021), cerca de 40% da força de trabalho brasileira está inserida no setor informal. Esse fenômeno é mais prevalente em períodos de crise econômica, quando as oportunidades no mercado formal são reduzidas, como ocorreu durante a pandemia, em que diversas profissões passaram por reestruturações ou até mesmo deixaram de existir, obrigando os trabalhadores a se adequarem a novas formas de atuação e se apoiarem coletivamente para gerar renda.

Nesse sentido, a economia criativa tem sido apontada como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, esse setor abrange diversas atividades, desde a produção cultural e artística até a inovação tecnológica utilizada pelos meios de comunicação. Essa interação por meio de veículos de comunicação e movimentos sociais tem como objetivo gerar renda; além disso, também pode ser

analisada no período de transição do modelo escravista ao capitalista entre os séculos XVIII e XIX. No entanto, como base dos setores econômicos, a economia criativa não está isenta das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, particularmente as que estão relacionadas a gênero e raça.

Os mecanismos discriminatórios enfrentados por homens e mulheres negras na economia criativa do Brasil são reflexo das desigualdades estruturais que atingem a nossa sociedade. A falta de representação e valorização desses indivíduos no setor econômico limita não apenas suas oportunidades de gerar renda, mas também o potencial de inovação e diversidade que são essenciais para o desenvolvimento da economia.

Apesar de esse modelo apresentado por Lessa (2003) ser pensado no período transitório do escravista ao capitalista, as pessoas negras construíram seus métodos de sobrevivência. Essas estratégias foram transmitidas entre gerações e mesmo com pouca inserção no trabalho formal, reverberando até os dias atuais. Nesse sentido, essas atividades são lidas como formas de resistência, criatividade e aprendizado, passados de geração em geração, que podem ser nomeados como cultura oral e ancestralidade. Esses fenômenos foram e são responsáveis pelos processos de constituição de sujeitos negros na sociedade brasileira. Têm sido também uma forma de criatividade dessa população, por isso entrevistamos empreendedores negros para pensar de que forma eles dão sentido a esses trabalhos.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para entender de que forma a economia criativa e o empreendedorismo produzem subjetividade entre pessoas negras, trazemos aqui algumas análises de falas de trabalhadoras e trabalhadores por conta própria na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Para a coleta de dados, utilizamos o instrumento da entrevista. O fato de o recorte da pesquisa investigar a relação entre a economia criativa e a subjetividade dos sujeitos entrevistados nos concedeu a liberdade de determinar apenas dois critérios para a escolha dos participantes. O primeiro foi a pessoa ser identificada como negra por ela mesma e por nós, enquanto pesquisadores. O segundo critério foi residir em Florianópolis e participar de feiras solidárias.

Logo no início das entrevistas, foi apresentado e assinado pelas pessoas o formulário de consentimento livre e esclarecido. Perguntamos se havia alguma objeção quanto ao aparecimento das falas e dos nomes e, sem exceção, todos responderam que não havia problema em identificá-los. No entanto, optamos por colocar nomes fictícios, já que a intenção desta pesquisa não é a de retratar a singularidade de cada um deles. Para tal, foram realizadas cinco entrevistas com pessoas que estavam trabalhando na feira que ocorre semanalmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A primeira entrevistada, chamada Edna, tem 50 anos, identifica-se como mulher negra e atua como empreendedora em vendas de quitutes e doces da culinária típica dos quilombos da região que cresceu na Bahia. A segunda entrevistada, Eliana, de 42 anos, identificada como mulher negra, atua na venda de artigos espirituais e sessões de consultas sobrenaturais. A terceira, chamada Sônia, tem 33 anos, identifica-se como mulher negra, seu ramo de empreendedorismo está

na área de artefatos de cerâmica, suas obras são confeccionadas de acordo com os eventos e feiras em que é chamada para participar, mas, de acordo com a entrevistada, estes estão relacionados a feiras de movimentos sociais negro e de gênero. A quarta entrevistada, Ivani, de 35 anos, identifica-se como mulher negra e trabalha com brechó. Por fim, o quinto entrevistado, Douglas, de 36 anos, identifica-se como homem negro e trabalha com massoterapia e terapia holística.

Para chegar ao objetivo deste trabalho, escolhemos o método qualitativo, pois acreditamos que os processos constituintes da economia criativa e do empreendedorismo para sujeitos negros são uma produção social, portanto não se faz necessário quantificar as pessoas que atuam nesse setor, mas qualificar as formas em que o processo de subjetivação ocorre, pois os números já são apontados por institutos de pesquisa, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A nossa preocupação é entender e categorizar como a economia criativa se relaciona com a subjetividade dessas pessoas; para isso, acreditamos que as entrevistas em profundidade poderão fornecer as respostas necessárias. Os entrevistados foram escolhidos a partir das relações primárias, pois, conforme apontado por Bourdieu (2001), as interações e conexões sociais próximas e pessoais são fundamentais para entender a dinâmica dos campos sociais.

Por fim, para contemplar essa metodologia, foi feita a Análise Temática (Dias; Mishima, 2023), pois surgiram reflexões significativas sobre a forma como as estruturas sociais são construídas, mantidas e transformadas ao longo do tempo no mercado de trabalho autônomo. Essa abordagem permite uma compreensão ampla dos processos sociais, contribuindo para investigação significativa das ações que contribuem para a manutenção dos mecanismos discriminatórios no processo de desenvolvimento dos trabalhadores por conta própria. O objetivo foi categorizar dois grandes núcleos temáticos: “Sobrevivendo por conta própria: inovação e criatividade”; e “Subjetividade e Economia Criativa”. A categorização desses temas nos permitiu analisar como e quando ocorrem os processos de subjetivação entre os trabalhadores por conta própria.

DESIGUALDADES RACIAIS NO TRABALHO: DADOS ATUAIS

Dados relacionados à taxa de desemprego, que comparam o número de pessoas desempregadas de diferentes grupos raciais, fornecem uma visão inicial da disparidade no acesso ao mercado de trabalho. Renda e salário também são indicadores importantes, pois revelam a diferença na remuneração média de trabalhadores negros e brancos em posições similares e com qualificações equivalentes. Analisar as ocupações e os setores de trabalho nos quais a população está empregada também é relevante — se um grupo constitui maioria absoluta em empregos de baixa remuneração, esta é uma forma de identificar desigualdade. A participação em cargos de liderança também é crucial, pois a falta de pessoas negras nessas posições pode indicar barreiras à ascensão profissional. Analisar o acesso a oportunidades educacionais e qualificações revela as desvantagens no acesso à educação, o que pode afetar as perspectivas de emprego. Uma outra maneira de analisar esse fenômeno é pelo processo de divulgação, seleção e recrutamento das oportunidades de trabalho.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicou, em 2016, pelo sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego, dados sobre a População Economicamente Ativa (PEA), taxas de participação das populações negra e não negra, taxa de desemprego, entre outros dados, com a finalidade de pesquisar sobre pessoas negras no mercado de trabalho metropolitano. Além disso, em novembro de 2023, o DIEESE também publicou um boletim especial sobre o Dia da Consciência Negra com mais informações sobre raça e mercado de trabalho, sendo assim as duas fontes mais recentes com dados quantitativos para verificação.

A pesquisa analisou a taxa de desemprego por raça/cor e sexo, e constatou que, no segundo trimestre de 2023, a taxa de desocupação de pessoas negras era de 9,5%, enquanto o de pessoas brancas era de 6,3%. No caso das mulheres negras, a taxa de desemprego é ainda mais expressiva (11,7%), enquanto a de pessoas brancas corresponde a 7,0% para mulheres e 5,7% para homens.

No setor público, em que o ingresso ocorre por meio de concursos, a pesquisa do DIEESE (2016) apontou baixo número de pessoas negras em todas as regiões investigadas. Observados a partir do recorte de gênero, os dados são ainda mais alarmantes, pois o número de mulheres negras que ocupam o setor público corresponde a 8,7%, enquanto sua área de maior expressão numérica está em empregos domésticos, com 18,3% — ressalta-se que o total de pessoas brancas nessa mesma função é de 4,7%. A explicação para essa diferença também pode ser analisada sob a ótica de que metade dos funcionários públicos tem nível de escolaridade superior, fator determinante das desigualdades raciais que estão relacionadas ao acesso à educação e à especialização profissional.

De acordo com o livro *Trajetórias das desigualdades*, organizado por Marta Arretche (2015), entre 1960 e 2010, as pesquisas realizadas destacam a discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho nacional, ajudando a explicar as desigualdades de rendimento e salário, até mesmo quando esses grupos têm o mesmo nível de escolaridade (Cacciamali; Hirata, 2005; Proni; Gomes, 2015). Por exemplo, as funções estratégicas de liderança e coordenação continuam sendo ocupadas predominantemente por homens, sendo mais difícil para as mulheres alcançarem esses postos (Comin, 2015). Entretanto, com o intuito de velar a minoria de pessoas negras nas ocupações de maior renda, convém destacar que as mulheres se distribuem por todos os extratos da sociedade (Garcia, 2005). Embora seja possível observar o aumento de pessoas negras no ensino superior, os brancos ainda correspondem a 75% da população universitária e predominam em carreiras de maior prestígio social (Silva; Prates, 2015), fatores que estão associados a estética, intelectualidade e moralidade. Dessa forma, é evidente a constatação de que é lenta e gradual a redução das desigualdades entre brancos e negros relacionadas à progressão educacional e à formação profissional (Proni; Gomes, 2015).

Segundo estudos realizados pelo DIEESE (2016) sobre a PEA branca e não branca em 2009, 44,6% dos trabalhadores negros e indígenas podiam ser classificados como trabalhadores informais precários, contra 29,4% dos brancos (incluindo brancos e orientais). Já em 2013, essas porcentagens diminuíram em ambas as categorias: 38,7 contra 23,8%, mas, mesmo assim, é notável a contínua disparidade sobre o recorte racial.

As situações laborais mais vulneráveis, ou seja, trabalhos informais, sem remuneração e rendimento mensal muito baixo, também são predominantes em pessoas negras. No caso do trabalho informal com remuneração mensal baixa (inferior a um salário mínimo), percebe-se que a população negra economicamente ativa em 2013 corresponde a 17,3%, enquanto o número de pessoas brancas nesse mesmo grupo corresponde a 8,6%. Ou seja, a proporção de negros com esse tipo de ocupação precária era duas vezes maior do que a de brancos. A diminuição de emprego sem carteira assinada para os dois grupos continuou em queda entre 2009 e 2013, mas a porcentagem era menor entre brancos do que entre pessoas negras, sendo 2,9 contra 5,8% no último ano.

A partir dos estudos sobre a PEA (DIEESE, 2016), pode-se constatar que todos os casos de ocupação informal com rendimento menor que um salário mínimo apresentavam alta probabilidade de serem exercidos por trabalhadores negros (69 contra 31% de brancos). Na faixa de rendimento entre um e menos de dois salários mínimos, os diferenciais eram um pouco menores (59 contra 41%), mas ainda sim expressivos. Em resumo, a maioria das ocupações precárias continua reservada às pessoas negras.

O fato de a população negra representar a maior parte dos trabalhadores submetidos a atividades profissionais associadas à precariedade ocupacional pode ser entendido como resultado de diversos mecanismos de discriminação racial ainda presentes na sociedade brasileira. Por isso, essas questões merecem atenção especial das políticas públicas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho (Proni; Gomes, 2015).

Essa disparidade também pode ser constatada em cargos de liderança nas organizações. Foi verificada a prevalência de pessoas negras em atividades informais, relacionadas à precariedade ocupacional, dados que são inversamente proporcionais quando comparados às posições de liderança nas organizações. De acordo com uma pesquisa realizada por Cesario (2017), somente 6,3% dos cargos de gerência nas 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por pessoas negras, estando a maioria em posições técnicas e operacionais.

Os referidos dados também levantam outras discussões importantes a serem consideradas em outro momento: se a maioria das pessoas atuantes em cargos estratégicos, de destaque e relacionados à tomada de decisão é branca, sob quais condições os profissionais negros ocupam esses ambientes? Como acontecem os mecanismos discriminatórios nesses locais? Como está a saúde mental dos profissionais negros que acessam esses espaços? Vale ressaltar que a discussão sobre saúde mental não se restringe somente às psicopatologias, pois fatores psicossociais precedem questões relacionadas a saúde e doenças, e estas estão relacionadas com aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de cada indivíduo (Deon *et al.*, 2020).

Para que essa realidade seja naturalizada pela população brasileira, falsas ideologias constituem o imaginário das pessoas nas relações sociais, e a ideia de que as recompensas e as posições na sociedade são distribuídas com base no mérito individual é uma delas. Acredita-se que aqueles que trabalham duro ou têm talento são

recompensados, enquanto o insucesso dos demais ocorre devido à falta de esforço ou habilidade, paradigma conhecido como o mito da meritocracia. Outra ideia refere-se à falsa representação da democracia racial do país, na qual acredita-se que oportunidades justas de acesso a educação, moradia, trabalho e mobilidade social são oportunizadas a todas as pessoas, basta se esforçar o suficiente para conquistá-las, sem levar em consideração a transferência de riqueza herdada entre gerações (Fernandes, 1965; Guimarães, 2002). Apesar da convivência aparentemente pacífica em determinados momentos entre diferentes grupos raciais, a realidade é que a sociedade brasileira está em constante conflito e produção de desigualdades sociais e econômicas. Conforme destaca Lia Vainer Schucman, “quem nega que a maioria dos lugares de poder são ocupados por brancos, devido às vantagens estruturais, só pode estar de fato acreditando na superioridade branca e, portanto, usando a chave racista” (Schucman, s/p, 2021).

As dinâmicas do mercado de trabalho expressam os padrões vigentes das relações raciais, por isso é fundamental destacar como as políticas públicas voltadas a essa finalidade desempenham um papel crucial para a construção de oportunidades justas de desenvolvimento e mobilidade social. As políticas de ações afirmativas visam combater o racismo estrutural nos âmbitos político, econômico e legislativo das instituições, com o intuito de atuar sobre práticas que perpetuam a discriminação racial no trabalho. Elas buscam diminuir barreiras históricas que têm impedido o acesso igualitário ao mercado de trabalho para pessoas negras, bem como sua permanência e ascensão profissional.

Entretanto, para que essa realidade das organizações fosse validada e naturalizada no imaginário social brasileiro, estratégias de controle para explicação das questões raciais foram difundidas. Conceitos ideológicos atrelados a meritocracia e democracia racial propagaram a ideia de que posições sociais e econômicas seriam conquistadas com base no mérito individual, ou seja, aqueles que trabalham duro e são talentosos teriam a oportunidade de alcançar o sucesso. Perpetuou-se também o mito de que a sociedade brasileira seria livre de discriminação racial, sendo o Brasil um país onde todas as raças conviveriam em harmonia e teriam igualdade de oportunidades para acesso a educação, moradia, alimentação e principalmente trabalho, tema central deste artigo.

No entanto, a igualdade de oportunidades sempre foi uma falácia e o trabalho por conta própria e a informalidade para pretos ou pardos têm sido historicamente a forma de sobrevivência desse grupo, que apesar da falta de direitos tem reinventado a economia criativa e produzindo sentidos à essa prática social, como podemos observar nos resultados desta pesquisa.

SOBREVIVENDO POR CONTA PRÓPRIA: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

Mesmo apontando para a individualidade do processo de empreender, como Edna, que refere a si como “*euquipe*”, um dos pontos questionados na entrevista trata da contribuição dos movimentos sociais para esses trabalhadores. Isso porque, dentro do processo de economia solidária, compreende-se a importância da

dimensão da “ajuda mútua, solidariedade e igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos” (Gadotti, 2009, p. 13). Esse fator pode ser visto como um agente que contribui para o processo de subjetivação e constituição de identidade das pessoas que trabalham por conta própria.

Chama-nos a atenção falas como a de Edna que apontaram para o fato de que a participação do movimento negro se dá para além do auxílio no processo de trabalho e renda. A quituteira, quando questionada sobre tal aspecto, diz que o apoio chega nas relações interpessoais quando este se dá:

[...] tanto com eventos, financeiramente, também pra dar um apoio emocional, que muitas vezes a gente precisa desabafar. Aí alguns grupos de mulheres negras que eu participo um dos pilares é esse também, pra gente se ajudar emocionalmente, porque às vezes a gente não está bem e precisa conversar, aí tem alguém pode ajudar, ou é psicólogo, ou alguma coisa que possa ajudar.

Para Hirata e Zarifian (2003), a noção moderna de trabalho teria duas definições: a primeira, que se apresenta como uma concepção antropológica, para a qual o trabalho seria uma formulação genérica da ação humana. Essa definição, explicam os autores, baseia-se na teoria do teórico Karl Marx (1965 *apud* Hirata e Zarifian 2003), que descreve o trabalho como um ato essencial que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas (Hirata; Zarifian, 2003).

A segunda definição redefine a primeira, pois acrescenta o fato de que essa relação homem e natureza, atravessada pelo trabalho, é mediada também pelas condições sociais determinantes: falamos de um trabalho artesanal, escravo ou assalariado? Por essa definição, é dado o advento capitalista, no qual o trabalho assalariado está como controle do assalariado que trabalha. Conforme essa lógica, o trabalho é substrato da vida, que não se sustenta nos arranjos do capital (Navarro; Padilha, 2007). Mas mesmo nesses intermeios, o trabalho segue organizando a vida e circundando as relações, causa e efeito da estrutura social que implica no processo de subjetivação dos sujeitos.

No momento em que estamos, a estrutura social nos apresenta novas formas de olhar para o trabalho e os trabalhadores, para além da sua via pragmática. Com as desregulações do trabalho e dos direitos trabalhistas, das precarizações das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical, aumentam-se as consequências na saúde do trabalhador, física e psíquica (Navarro; Padilha, 2007). Os modos de produção que se diferem dos industriais — fordistas e tayloristas — reverberam a falta de estabilidade e reconhecem a insegurança dos vínculos. E por aqui chegamos ao trabalho enquanto fenômeno psicossocial.

A concepção de fenômeno psicossocial implica-nos a pensar nas associações entre trabalho e movimento social, uma vez que estes são mediadores dos processos

de subjetivação. Ao ser perguntada sobre o assunto, Sônia, ceramista, responde que a relação está para ela como uma “rede de apoio”. Ela diz que é “entre amigas” que circulam indicações e complementa dizendo: “a gente tem uma rede de pessoas, quando tem um evento que eu fico sabendo chamo elas, aí é uma troca, né?”. Uma vez que a economia solidária tem como pressuposto redes de solidariedade e cooperação social e econômica, a entrada de pessoas negras nesse movimento pode ser encarada como uma forma de enfrentamento aos mecanismos discriminatórios do racismo no ambiente de trabalho formal. Além disso, esse processo reafirma a identidade dos sujeitos envolvidos de maneira a propor um processo de subjetivação positivada por meio da raça.

Ivani, brechozeira, entretanto, diz que há diferenças em participar de feiras que são ligadas ao movimento negro das que não são, citando aspectos como se sentir “bem à vontade”, porque consegue realizar as vendas e conhecer pessoas do movimento. Complementa dizendo que ajuda também “pela vivência e pela troca com as pessoas”.

SUBJETIVIDADE E ECONOMIA CRIATIVA

Na fala dos entrevistados, um dos sentidos que remetem a trabalhar por conta própria é a relação com o modo de vida e a subjetividade. Essa relação entre identidade e trabalho, por meio da economia solidária (ES), aponta de que maneira as pessoas vivenciam e dão sentido às suas experiências profissionais. Interpretar a relação entre sujeito e trabalho nos coloca frente ao contexto histórico, socioeconômico e cultural dos indivíduos que exercem o trabalho autônomo, pois cada tempo e contexto social particulariza diferentes modos de subjetivação (Nardi *et al.*, 2006). Se analisarmos a relação entre pessoas escravizadas e senhores de engenho no Brasil Colonial, do empregado ao patrão no período pós-Revolução Industrial, do sujeito que trabalha por conta própria no contexto da economia neoliberal ou dos que estão inseridos em projetos que envolvem a economia solidária — tema de análise deste artigo —, é possível observar que os sentidos atribuídos ao trabalho mudam de acordo com o tempo e espaço aos quais estamos nos referindo.

A ES, ou economia criativa, pode ser definida como uma forma de trabalho, geração de renda e de inserção profissional por meio de coletivos e movimentos sociais que configuram o mercado de trabalho contemporâneo. A própria ES pode ser entendida como um movimento social que combate os mecanismos discriminatórios do trabalho formal, pois o acesso a essa forma de renda passa por demandas sociais muitas vezes excludentes, como formações específicas, experiência prévia em determinadas atividades e até mesmo residir próximo a locais centrais de áreas urbanas — para quem mora em regiões marginalizadas, esse requisito não será atendido. Dessa forma, podemos considerar que a ES promove uma solução para o acesso a renda e inserção social às formas de trabalho por conta própria (Nardi *et al.*, 2006).

Durante as entrevistas realizadas, pudemos notar que a autogestão desses trabalhadores está diretamente relacionada com o contexto social no qual estão inseridos, bem como seu processo identitário que reflete não só na forma de

empreender, como também nos produtos a serem comercializados (Ultramari *et al.*, 2022). Na conversa com Edna, estávamos falando sobre seu processo de confeitaria para confecção e comercialização de doces, quando ela comentou:

[...] o que eu vejo que eu estudo, é que a comida pra gente é uma coisa sagrada, porque depois que os escravizados foram trazidos de África, foi uma coisa que foi negada. Então qualquer coisa que se fizesse de alimentação era uma coisa sagrada. Então fazia com amor, com carinho, pra que você nutrisse não só o corpo, mas a alma. Então a minha alimentação, as minhas receitas é exatamente pra isso, é uma comida de afeto, para que você seja nutrida não só o coração, mas também a alma.

Além disso, quando perguntamos sobre a relação das suas formas de comercialização com sua trajetória e identidade, a entrevistada respondeu:

[...] na pandemia eu também mandava bilhetinhos, a minha propaganda era: "aqueça o coração do seu amigo com um doce ancestral", "o meu doce tem gosto de abraço". Eu colocava essas frases, porque a comida quilombola é uma comida de muito aconchego, de afeto, de amor. É uma comida da oralidade, mas é uma comida familiar, que é passado de mãe pra filha, pra primo, então é uma comida familiar, é uma comida afetiva, então eu também usei muito isso pra promover a minha marca.

Dessa forma, nota-se que o trabalho tem se configurado como um mecanismo que se relaciona diretamente com o processo identitário do sujeito (Ultramari *et al.*, 2022). Nesse caso, Edna relaciona a cultura da oralidade e culinária quilombola com seus métodos de comercialização, de maneira que o sentido atribuído a seus doces caracteriza uma forma particular de interação social que conversa diretamente com a subjetividade da entrevistada. O mesmo pode ser identificado em Sônia. Quando questionamos como se deu o interesse em produzir materiais de cerâmica com estampas étnico-raciais de povos africanos e outras sobre sexualidade, ela trouxe:

[...] eu acho que principalmente pelas feiras que eu acabo escolhendo participar, e também porque eu tinha que ter um nicho, mas também é uma coisa que eu dialogo nas minhas pesquisas, a questão de gênero, da estética africana, é isso, acho que é tudo uma coisa só. Está relacionada com a minha vida e é uma questão política pra mim também. Na pesquisa sempre foi assim, as minhas pesquisas sempre têm uma pegada política, desde o meu primeiro TCC lá atrás, há bastante tempo, sempre estive falando sobre a questão racial, que é algo que me atravessa e eu gosto de pensar politicamente em todas as minhas pesquisas. Eu não saberia pesquisar uma coisa que não me diz respeito e é a mesma coisa com a cerâmica né.

Portanto, nota-se que o trabalho está intrinsecamente relacionado à subjetividade e à construção de identidade racial dessas entrevistadas. A economia solidária ainda está presente sob estruturas sociais específicas, por isso não está livre de barreiras estruturais que possam dificultar o retorno financeiro dos trabalhadores por conta própria, mas pode proporcionar novas formas de interações sociais que fortalecem o processo identitário e subjetivo dos empreendedores que encontram nos movimentos sociais estratégias de desenvolvimento pessoais e profissionais em seu ramo de atividades (Ultramari *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscamos compreender de que forma a ES atua como agente mediador do processo de subjetivação em pessoas negras que trabalham por conta própria. A experiência individual de cada sujeito perpassa barreiras estruturais de acesso ao mercado de trabalho formal, desde a porta de entrada até a permanência e a ascensão desses profissionais. Ideologias discriminatórias, como o mito da democracia racial, contribui para um processo de formação de identidade desafiador para pessoas negras, pois ao mesmo tempo em que se sustenta a ideia de meritocracia, mecanismos discriminatórios atuam como mediadores da relação entre sujeitos negros e as tão sonhadas oportunidades.

Essas formas de exclusão não afetam somente oportunidades econômicas, mas também a saúde mental e o bem-estar psicossocial desses indivíduos que buscam encontrar na economia criativa uma forma de gerar renda. Para além disso, foi possível notar que o empreendedorismo tem se relacionado com a constituição de identidade dessas pessoas, pois a área de atuação dos entrevistados está ligada a valores pessoais e movimentos sociais que proporcionam um espaço de resistência e fortalecimento (Schucman; Gonçalves, 2020).

Na análise das entrevistas realizadas, podemos observar que os movimentos sociais são como ferramentas de mobilização para gerar acessos, renda e fortalecimento não só de vínculos, mas também de identidade positivada durante o processo de subjetivação de pessoas negras que trabalham por conta própria. Entretanto, esses espaços não estão imunes aos mecanismos discriminatórios estruturais, a organização de feiras e eventos comumente ocorre por meio de relações de poder entre sujeitos que estão hierarquicamente acima dos demais, tornando inviável a participação nesses locais. O preço exorbitante para participar desses eventos de promoção da marca são exemplos das barreiras estruturais que acabam inviabilizando a participação, pois o valor investido não corresponde ao retorno financeiro.

Finalizamos este artigo reconhecendo a dialética posta sobre a economia criativa, pois tem produzido um lugar de pertencimento e formas de positivar a identidade negra, no entanto fica evidente que a trabalhadora e o trabalhador negros carregam uma história singular de discriminação racial e de exclusão no mercado formal, bem como no apoio para o empreendedorismo e a economia criativa. É preciso, portanto, apontar a necessidade de políticas públicas e privadas que invistam nos processos criativos da população que construiu grande parte desse país sem apoio e por conta própria, para que, dessa forma, seja possível traçar novos caminhos que possam contribuir para processos de subjetivação livres da discriminação racial e de gênero (Ultramari *et al.*, 2022).

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta (org.) **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CESARIO, Bianca. **Falta de políticas públicas explica desigualdades raciais no mundo empresarial, diz pesquisador**. Instituto Ethos, 2017. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/falta-de-politicas-publicas-explica-desigualdades-raciais-no-mundo-empresarial-diz-pesquisador/>. Acesso em: 5 maio 2024.

COMIN, Alvaro Augusto. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. *In: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DEON, Ana Paula da Rosa; PEREIRA, Eliane França; DE SOUZA, Pâmella Batista; PELLEGRINI, Priscila Gasperin; TOLFO, Suzan. Saúde mental do trabalhador. *In: TOLFO, Suzana da Rocha (org.). Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador: fundamentos e intervenções com base na psicologia* São Paulo: Vetor Editora, 2020. cap. 8, p. 203-223.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos**. DIEESE, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>. Acesso em: 5 maio 2024.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 402-411, jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (O legado da "raça branca")**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. *In: EMÍLIO, Marli. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2019**. ISBN 978-85-240-4530-1. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 8 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. *In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. 1. ed. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

LESSA, Carlos. Prefácio: Os ovos da serpent. *In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 11-18.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. VII, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos (org.). **Viver por conta própria: como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Niterói: EDUFF, 2004.

NARDI, Henrique Caetano; YATES, Denise Balem; FERNANDES, Janice Mendes; RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, edição especial 1, p. 14-20, 2007.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. À supremacia branca brasileira: que lógicas sustentam o arranha-céu cheio de brancos? **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/a-supremacia-branca-brasileira-que-logicas-sustentam-o-arranha-ceu-cheio-de-brancos.shtml>. Acesso em: 5 maio 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe., p. 109-123, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Márcia Regina de Lima; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-44.

ULTRAMARI, Leonardo Roman; NAZARIO, Luciano da Costa; PACCE, Benjamin Dias; MARTINS, Eduardo Teixeira. Neoliberalismo e a construção do sujeito criativo. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e250709, 2022.

Sobre as autoras

Lia Vainer Schucman: Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

Heitor Marques Santos: Mestrando na área de Psicologia Social e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Maria Eduarda Delfino das Chagas: Mestranda na área de Psicologia Social e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

Contribuições dos autores: Schucman, L. V.: Conceituação, Metodologia, Supervisão, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Santos, H. M.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Chagas, M. E. D.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.



O impacto social do trabalho das trançistas brasileiras e o ativismo feminista negro interseccional

The social impact of the work of Brazilian braider and intersectional black feminist activism

Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira¹ , Amana Rocha Mattos¹ 

RESUMO

O texto discute o ativismo feminista negro de trançistas na diáspora africana no Brasil e o impacto social de sua prática. Embora o movimento de mulheres negras trançistas permaneça lutando para a formalização dessa categoria, os efeitos de suas ações são notáveis na sociedade. Por meio do pensamento feminista negro interseccional, construímos a fundamentação teórico-metodológica, enfocando o que tem sido desenvolvido por diferentes trançistas, tomando a experiência vivida como critério de conhecimento válido entre mulheres negras. Nesse sentido, este trabalho objetivou apresentar alguns aspectos observados nas análises de pesquisa de campo com trançistas de diferentes regiões do Brasil. Os resultados apontam que as mulheres negras trançistas preservam os saberes ancestrais do trançismo, desenvolvendo seus conhecimentos conectadas ao seu tempo histórico, expressando o ativismo feminista negro interseccional ao garantir a subsistência individual e coletiva; participando de projetos de transformação social e dialogando com o seu território em diferentes instituições brasileiras.

Palavras-chave: Tranças. Trançistas. Feminismo negro. Interseccionalidade. Economia Criativa.

ABSTRACT

The text discusses the black feminist activism of braiders in the African diaspora in Brazil and the social impact of their practice. Although the movement of black women braiders is still struggling to formalize this category, the effects of their actions are remarkable in society. Through intersectional black feminist thinking, we have built a theoretical-methodological foundation, focusing on what has been developed by different braiders, taking lived experience as the criterion for valid knowledge among black women. In this sense, this paper aims to present some aspects observed in the analysis of field research with braiders from different regions of Brazil. The results show that black women braiders preserve the ancestral knowledge of braiding, developing their knowledge connected to their historical time, expressing intersectional black feminist activism by guaranteeing individual and collective subsistence; participating in social transformation projects and dialoguing with their territory in different Brazilian institutions.

Keywords: Braids. Braiders. Black feminism. Intersectionality. Creative economy.

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mails: carolareias@yahoo.com.br; amanamattos@gmail.com

Recebido em: 14/08/2024. Aceito em: 28/10/2024

INTRODUÇÃO

Iniciamos esta escrita afirmando enfaticamente que, apesar de [ainda] não constar uma categoria profissional chamada “trancista” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as trançistas existem! São pessoas que trabalham confeccionando tranças africanas, preservando e desenvolvendo a história ancestral do trançismo na diáspora, por meio do compromisso ético em ofertar ações de cuidado ao trauma racial¹ para a população negra.

Entendemos como diáspora um amplo campo de estudos teórico-metodológicos que tem sido consolidado no meio acadêmico desde o século XX, para abarcar análises a respeito das diversas migrações forçadas e traumáticas a que diversos povos foram submetidos, entre eles, populações de diferentes regiões da África em função do tráfico negreiro no Atlântico (Silva; Xavier, 2018).

O trançismo no Brasil é um legado dos saberes ancestrais oriundos do continente africano que, ao longo do tempo, ramificou-se em diferentes direções, por meio da agência da trança. As tranças têm uma longa história. Essa história, no Brasil, embora tenha sido propositalmente apagada (Nascimento, 2016), permanece sendo contada e recontada por meio do corpo (Nascimento, 2021) e da oralitura (Martins, 2021). Ao nos aproximarmos da árvore do trançismo², veremos a diversidade de modelos de tranças e opções de técnicas sendo utilizadas e outras muitas caindo em desuso por diferentes trançistas. Por se tratar de um trabalho milenar que acontece anonimamente como prática resistente, fora do âmbito acadêmico, não é possível afirmar um pioneirismo a respeito de qualquer processo de desenvolvimento das tranças. Contudo, cabe enfatizar que o desenvolvimento do trançismo acontece por meio da relação entre as mulheres negras, por meio da percepção de suas necessidades individuais e coletivas no tempo histórico em que se situam, revelando um processo criativo inerente a cada trançadeira/trancista e a marca do tempo nessas transformações.

Esse processo criativo tem sido direcionado a práticas que buscam atender às necessidades da população negra no presente, sem se desconectar de sua raiz, do passado. As trançistas se projetam para o futuro por meio das tranças de diferentes formas, sem deixar os elementos trazidos por sua ancestralidade, por suas mães, tias, irmãs, avós, bisavós, tataravós.

Nesse sentido, ao longo do tempo, as mulheres negras que mantiveram a tradição de confeccionar tranças em si mesmas ou em outras pessoas como forma de cuidado, sem serem remuneradas por isso, foram sendo chamadas *trançadeiras*. A terminologia *trancistas* surge no Brasil aproximadamente nos anos 2010, principalmente nos movimentos de mulheres negras que se autodefiniam com o intuito de diferenciar o exercício remunerado, a profissionalização da confecção de tranças africanas.

1 Essa terminologia tem sido utilizada por diferentes autores, como Carter (2007), para especificar as respostas subjetivas individuais como consequência da colonização e do racismo.

2 Utilizamos o termo “árvore do trançismo” como uma metáfora interseccional a fim de localizar as diferentes ramificações a partir das tranças e do fazer das trançadeiras e trançistas, bem como a compreensão intergeracional e ancestral presente nessa epistemologia.

Cabe mencionar que, apesar de a confecção das tranças africanas ter se desenvolvido principalmente entre mulheres negras, atualmente, pessoas de diferentes marcadores sociais são trabalhadoras trancistas. Tais pessoas aprendem por meio das trançadeiras ou de cursos livres oferecidos por outras trancistas, revelando a diversidade presente nesse ofício e a presença de múltiplos marcadores sociais da diferença que atualmente podem ser observados.

A arte presente no fazer das trancistas ultrapassa a dimensão do corpo e tem sido utilizada como forma de comunicar a sua filosofia e os seus interesses, ainda que transgredindo as lógicas institucionais moralmente aceitas. Ela estabelece uma linguagem, um modo de ser no mundo, de se relacionar, de comunicar, que constitui a cultura afro-brasileira. Ou seja, constitui uma condição fundamentalmente humana, que, como uma teia de significados, determina os modos de ser no mundo (William, 2020).

O esforço conferido a esse trabalho se dá no sentido de (des)embaraçar as lógicas que sustentam concepções tidas como verdades a respeito dessa profissão. Enquanto trabalhadoras, o que fazem as trancistas? O que se escuta repetidas vezes é que trancistas fazem “trancinhas”, um constructo permeado por estereótipos racistas que infantiliza, diminui e desvaloriza as interfaces dessa profissão, e, seguindo o mesmo caminho, promove a “folclorização”, como exposto por Nascimento (2016, p. 145). A compreensão do aspecto cultural presente nessa profissão desconectado do seu sentido, sua função e da dimensão do ofício das trancistas no presente, reduz as tranças à condição de vazio folclore. Explora as trancistas folclorizadas a uma mera mercadoria no comércio turístico, envolto em uma aura de entretenimento, alvo da curiosidade e da comercialização do branco, que só recebem “valorização” e “reconhecimento” quando adaptadas à concepção de cabeleireiras “afro” ou “étnicas”, uma subcategoria de uma profissão hegemonicamente aceita pela cultura dominante.

Os sentidos que tornaram esse conhecimento resistente por todos esses séculos têm sido esvaziados pela apropriação cultural, e as tranças reduzidas a um produto destituído de seu valor intrínseco. Assim sendo, quando as trancistas se autodefinem em sua singularidade, especificidade e multiplicidade de atuação, são recomendadas pelo etnocentrismo original, como explica Nascimento (2016), a se adequarem a classificações reconhecidas pelo grupo dominante ou, do contrário, serão tidas como exóticas, primitivas, não profissionais, ostensivamente silenciadas e invisibilizadas.

Diante do exposto, propomos apresentar algumas análises que estão sendo desenvolvidas em pesquisa de tese de doutorado, nas quais focaremos em três características fundamentais presentes na ética de cuidado de mulheres negras trancistas como parte do ativismo feminista negro interseccional brasileiro, sendo elas: a garantia da subsistência das trancistas em meio às opressões sociais; o impacto social por meio das ações das trancistas e o diálogo político-interinstitucional presente nesse ofício.

O ATIVISMO FEMINISTA NEGRO INTERSECCIONAL NO TRABALHO DE MULHERES NEGRAS TRANCISTAS

Para refletirmos sobre o trabalho das mulheres negras trancistas no Brasil, precisamos compreender que as mulheres negras brasileiras estiveram e estão há

quase dois séculos sob intensa situação de injustiça no que diz respeito a raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença. De acordo com a intelectual negra estadunidense Patrícia Hill Collins (2019, p. 33), opressão é o termo “que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade”, englobando três dimensões interdependentes: a exploração do trabalho, a negação de direitos e as imagens de controle.

Historicamente, as mulheres negras brasileiras, por meio da estratificação social (Hasenbalg, 2005), foram empurradas a trabalhos servis como resquício da lógica colonial escravocrata. Para a intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (1984), a combinação do racismo e do sexismo no país conferiu às mulheres negras o lugar de “burro de carga”; exercendo atividades mal remuneradas e exploratórias, as mulheres negras brasileiras foram submetidas a diversos tipos de trabalhos no pós-abolição que as colocaram em uma posição subserviente de invisibilidade, silenciamento, apagamento intelectual e outros, tornando-as prisioneiras de estereótipos que atendem aos interesses econômicos capitalistas, tal qual o lugar de doméstica, mãe preta e mulata do Carnaval.

Contudo, encontramos entre as mulheres negras brasileiras diversas ações que explicitam as estratégias para “escapar da, sobreviver na e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalecente” (Collins, 2019, p. 43); e, entre essas ações, no Brasil, observamos o trabalho das transcistas.

Verificamos nas transcistas o esforço em lidar com as opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e outros marcadores sociais da diferença, por meio dos conhecimentos preservados e adquiridos por meio da experiência vivida, como um critério de conhecimento válido, o que nos revela a presença do ativismo feminista negro interseccional em território brasileiro. Seja individualmente ou em grupo, as transcistas têm desenvolvido o seu ativismo por meio de suas práticas.

Nossas afirmações partem do que foi formulado por Gonzalez (2020) e Collins (2019) a respeito do pensamento feminista negro na relação com a experiência vivida, por meio de diferentes notícias da grande mídia a que tivemos acesso no andamento desta pesquisa, a respeito do fazer de mulheres negras transcistas no país; e nas redes sociais, espaço que diferentes transcistas têm utilizado como ferramenta de divulgação de seus trabalhos e suas ideias. Observamos, nas ações das mulheres negras transcistas, a dimensão da luta pela sobrevivência coletiva e a busca pela transformação institucional expressas constantemente em sua ética de cuidado. Cotidianamente, de forma individual ou coletiva, as transcistas enfrentam a dominação racial criando esferas de influência e ferramentas para desestabilizar as estruturas opressoras.

Nesse sentido, a seguir, apresentaremos alguns dados que nos permitiram fazer tais afirmações e a considerar que, como trabalhadoras, as transcistas se autodefinem desvinculando-se dos estereótipos e imagens de controle, promovendo emancipação e integração racial por meio da criação de diferentes práticas e oportunidades, entre elas a dimensão econômica que emerge da cultura.

A GARANTIA DA SUBSISTÊNCIA DAS TRANCISTAS EM MEIO ÀS OPRESSÕES SOCIAIS

De acordo com os indicadores da terceira edição do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, [2024]), as mulheres negras estão 1,6 hora a mais envolvidas com trabalhos domésticos não remunerados do que as mulheres brancas, e em 2022, 11,8% das mulheres estavam desocupadas, sendo 14% delas pretas ou pardas e 9,2% brancas.

Considerando os dados recolhidos em campo, observamos que as trancistas desenvolvem um conjunto de habilidades que podem ser consideradas essenciais à manutenção de suas próprias vidas. Esse desenvolvimento estratégico acontece de maneira singular para cada uma, mas, em geral, parte de uma dor pessoalmente vivida, que pode estar atrelada às dimensões psicológica, emocional, social e financeira, como apontam os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou espiritual.

Esse compromisso ético aparece inicialmente como uma estratégia de autocuidado ou cuidado com outras pessoas, que pode se desdobrar em uma estratégia de sustento financeiro; como manutenção da autoimagem ou como fortalecimento psíquico/emocional.

O cuidado e o autocuidado de mulheres negras, como afirma Prestes (2018, p. 171), está especificamente na busca por “unir a descoberta de novas estratégias à retomada de modos antigos e ancestrais de cuidar em nome do bem-viver”, cuja lógica se funda na compreensão de saúde, que se organiza como forma de equilíbrio entre comunidade e natureza em resistência à colonialidade presente na sociedade. Dessa forma, é primazia da concepção de cuidado para mulheres negras que seu grupo e seu meio ambiente também estejam saudáveis para que possam ter saúde. O cuidado e o autocuidado presentes nas práticas das trançadeiras podem se tornar uma forma de gerar renda, tornando-se trancista. Quando trancistas geram renda para si mesmas, estão criando uma disruptiva na feminização da pobreza.

De acordo com o *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (Marcondes et al., 2013, p. 128), a pobreza no país “apresenta-se de forma muito mais presente entre a população negra [...] As mulheres negras acessam, de forma diferenciada, tanto os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los”.

Ratificando tais informações, a intelectual negra trancista comunicadora Sara Mara Brisa, em uma entrevista dada ao *podcast Acessíveis Cast*, 10 anos depois da publicação deste Dossiê, em 2023, fez a seguinte afirmação:

No meu salão, eu trabalho com valor social. Esse trabalho que a gente faz é muito demorado e é muito trabalhoso. É um trabalho do caramba! Então assim, geralmente o pessoal cobra entre seiscentos reais e setecentos reais a mão de obra. Nessa faixa, quatrocentos e cinquenta. Cara, eu to cobrando duzentos e vinte! [nesse momento a entrevistadora — que era uma mulher branca — diz: *umenta esse preço, mulher!* Sara Mara responde:] *Não... Porque não é questão do preço, é que assim... Geralmente, quem é que usa mais esse penteado? É a mulher negra que ela precisa mais, às vezes porque tem o cabelo crespo, porque esse aqui [mexendo no próprio cabelo] ainda é cacheadinho, entendeu?! Só que assim, esse cabelo aqui não é meu cabelo. É um cabelo que eu coloquei, que era um igual ao seu [apontando para o*

cabelo da entrevistadora] que alguém pegou ele, e fez virar isso aqui. *Mas aí quando é um cabelo nosso mesmo, crespão, de repente no trabalho não aceita, entendeu?! Ou a pessoa tem que escovar, ou tem que prender, ou tem que ser aquela coisa indefinida que a mulher vai perder três horas a mais no dia dela pra cuidar do cabelo [...] não é só por estética, é por necessidade do dia a dia mesmo.* E aí, a gente sabe que a mulher preta é a que menos ganha dinheiro no mercado de trabalho. Geralmente, as mulheres que eu atendo, que são mulheres pretas, ou são mães solo, ou é uma galera que está na correria, faculdade, estágio e tal... Não tá ganhando dinheiro o suficiente. Como que eu vou cobrar dessa mulher quatrocentos e cinquenta reais, se o salário dela é mil e duzentos? Aí ela paga oitocentos reais de aluguel. Vai fazer trança? [...] Eu trabalho nessa consciência [...] a questão do militar, do que eu posso fazer pelos meus, é isso! (Acessíveis Cast, 2023, grifos nossos).

As palavras de Sara Mara apontam para diferentes dimensões do pensamento feminista negro presentes no trabalho da trançista. Sara Mara mostra à entrevistadora como cuida do seu próprio cabelo, explicando que, diferentemente de outras mulheres negras, ela escolheu usar o *mega hair*³. Contudo, Sara explica que sabe quão difícil é a questão financeira para a maioria das mulheres negras, e com base nessa consciência, como ela enfatiza, Sara relata que trabalha com “valor social”, mostrando as estratégias que adotou para garantir a sua própria subsistência enquanto uma mulher negra e como promove a sobrevivência de outras mulheres como ela.

Entretanto, apesar de tais afirmações, por inúmeros motivos, que podem ser considerados efeitos das opressões sociais na profissão trançista — tais como o não reconhecimento profissional, a desvalorização, a dificuldade de inserção e permanência no mercado, entre outras —, muitas mulheres negras que aprendem a fazer tranças escolhem não se tornar uma trançista, mantendo-se na posição de trançadeiras, utilizando as tranças para a manutenção da própria imagem ou a de terceiros, sem fins lucrativos. E o fato de mesmo carregando tal conhecimento optarem por não exercer essa profissão, é também uma forma de garantir a própria subsistência apoiada no cuidado e, por isso, deve ser entendido como uma característica fundamental de seu ativismo.

Nesse sentido, concordamos com as afirmações de Prestes (2018, p. 174):

O cuidado realizado por mulheres negras precisará unir a luta política com o auto-cuidado, e a politização dos processos de auto-recuperação. Uma via em que esforços pessoais são investidos em auto-cuidado ao mesmo tempo em que se mantém a conexão com um mundo maior de luta coletiva.

Diferentemente das trançadeiras, as trançistas são pessoas que são remuneradas pelo exercício de suas atividades profissionais, ainda que esse ofício não seja reconhecido institucionalmente como uma categoria profissional até o momento no Brasil. Distinguindo-se da atuação das/os/es cabeleireiras/os/es, as trançistas oferecem um serviço pautado por uma ética própria de cuidado por meio da confecção das tranças africanas, combatendo os efeitos psicossociais produzidos pelo racismo estrutural (Almeida, 2018) na sociedade brasileira, seja como forma de autocuidado ou de cuidado oferecido a outras pessoas. Esse saber/fazer, em muitos casos, organiza-se como a principal fonte de renda para diversas famílias (Santos, 2013; 2022),

3 É uma técnica utilizada para o alongamento com cabelos humanos.

contudo, compreendemos que garantir a subsistência individual e coletiva não se restringe à dimensão econômica. Apesar de esse ser um aspecto fundamental para o bem-viver, reconhecemos que, ao longo dos séculos, as tranças feitas pelas trançadeiras e trancistas têm desempenhado um papel psicológico importante para a sobrevivência em meio às injustiças sociais, como afirma Nilma Lino Gomes (2020), e isso precisa ser reconhecido como uma característica específica de seu fazer.

O IMPACTO SOCIAL POR MEIO DAS AÇÕES DAS TRANCISTAS

Entre os dados coletados no campo, observamos que as ações desenvolvidas pelas trancistas impactam os que estão ao seu redor. Isso pode ser visto quando suas ações afetam o seu núcleo familiar, seja por meio da renda, seja por meio da empregabilidade, entre outros; ou quando influenciam sua comunidade, o local onde estão situadas, por meio da participação ou organização de eventos, da contribuição a projetos existentes ou do desenvolvimento de projetos próprios.

Um movimento prático que demonstra a intelectualidade de mulheres negras trancistas alinhadas ao pensamento feminista negro interseccional pode ser observado por meio da história da intelectual negra trancista Andreia MF, de São Paulo.

O primeiro contato que tivemos com a trancista Andreia foi no I Encontro do Observatório do Trauma Psicossocial, que aconteceu no dia 29 de novembro de 2022, realizado por meio da plataforma *online* Google Meet. Ao iniciar a sua fala, Andreia pediu desculpas e relatou que estava em meio às atividades do seu salão de beleza, mas que estava assistindo às falas do encontro enquanto trançava e atendia as pessoas que chegavam em seu salão.

Em sua fala, muito emocionada, a trancista disse que o que a população negra precisa é de ação, porque a realidade é urgente: “Nós estamos morrendo. A minha fala é um pedido de socorro!”. Em meio a sua narrativa, Andreia pediu licença e chamou uma cliente, uma mãe que tinha acabado de entrar pelas portas do seu salão, que também é a casa de Andreia MF. Aquela mulher contou sua história chorando e disse que se não fosse o trabalho liderado por Andreia MF ela estaria perdida. Andreia agradeceu àquela mãe, agradeceu às pessoas que estavam no encontro por tê-la ouvido, e disse: “Eu aprendi a fazer tranças dentro da cadeia, porque aqui fora eu não tive nenhuma oportunidade, foi assim que eu sobrevivi, e através das tranças eu construí o Coletivo Mães do Cárcere”.

Posteriormente, em um vídeo que encontramos em seu canal no YouTube, Andreia MF diz:

Eu criei o Movimento Mães de Cárcere. Sou líder do movimento já há 18 anos. Tô hoje com 4.870 mulheres, eu atendo os familiares de presos. Eu sobrevivi ao cárcere, eu passei pelo cárcere. Eu não sou teórica, eu sou prática. Começou a aparecer pessoas perguntando pra mim: “Andreia, o que que eu faço? Aconteceu isso e isso... Meu filho é usuário de drogas, meu filho foi preso como traficante”. E aí, foi quando eu conheci a Defensoria Pública né, porque eu já vinha conhecendo já havia algum tempo, e fui encaminhando os processos pra eles. E uma foi falando para a outra, e falando pra outra. Fui apresentando o trabalho que nem todo mundo conhecia, o trabalho da Defensoria, foi aí que eu fui apresentando, mostrando... *Fazendo esse trabalho de assistente social que o Estado não remunera.* (Andreia MF, 2020, grifos nossos)

Como é possível notar, o trabalho desenvolvido por Andreia extrapola o ato de fazer tranças. Com seu fazer, em sua casa-salão de beleza, ela desenvolveu um projeto de luta social para mulheres negras e para o bem da comunidade que explicita o ativismo presente no pensamento feminista negro: a luta por justiça social e por transformação institucional, revelando assim a sua intelectualidade (Collins, 2019).

Contudo, o trabalho intelectual das mulheres negras trançistas não pode ser reduzido ao ato de fazer tranças. Não que a trança seja algo menor, ao contrário. Mas ser trançista não se resume ao fato de dominar as técnicas do trançado. Assim como não se deve fazer generalizações que impeçam a percepção das inúmeras possibilidades criativas desenvolvidas a partir desse fazer.

O movimento de Andreia MF representa um ponto de vista da multifacetada atuação das trançistas. Nesse sentido, é importante dizer que há outros pontos de vista em que essa intelectualidade pode ser observada, por exemplo, por meio do que tem sido construído por intermédio da produção intelectual das trançadeiras e trançistas e sobre elas, por meio de pesquisas desenvolvidas na academia, por meio das redes sociais enquanto comunicadoras, por meio da produção artística, entre outros (Cunha, 2010; Santos, 2013; Santos, 2017; Souza, 2021; Santos, 2022).

A partir do exemplo mencionado, é possível compreender que o trabalho de mulheres negras trançistas fomenta ações ligadas principalmente ao território, geralmente ocupando territórios conflagrados, com a presença da violência urbana e da suposta “guerra às drogas”, uma vez que não é uma disputa de igual poderes, e sim o genocídio de povos negros e periféricos.

O desenvolvimento de diferentes projetos sociais, tal como o projeto Mães do Cárcere, busca operar, irrefutavelmente, para estancar as incontáveis falhas do Estado nesses territórios em termos de educação, saúde e assistência social: uma necropolítica (Mbembe, 2018). Todavia, as fronteiras têm se diluído, as trançistas têm expandido os seus conhecimentos por meio de experimentações e suas práticas têm transitado por diferentes territórios, por vezes transnacionais.

O DIÁLOGO POLÍTICO E INTERINSTITUCIONAL

Verificamos ao longo da pesquisa de campo que as ações das trançistas também dialogam em parceria com institutos educacionais e escolas, entidades religiosas, instituições privadas, públicas, militares e outras. Compreendemos nesse ponto que essa ação revela um dos pilares do feminismo negro interseccional, como descrito por Collins (2019): a luta pela transformação institucional.

Refletir sobre a celebração anual da Consciência Negra no dia 20 de novembro, feriado nacional em vigor por meio da sanção da Lei n. 14.759/2023, pode ser um bom exercício para exemplificar esse dado. Em geral, trançistas e demais profissionais que atuam em prol da luta antirracista são acionados nessa data, principalmente para desenvolverem oficinas, palestras, cursos e outros eventos em diferentes instituições. Algumas das instituições estão verdadeiramente comprometidas com o tema, outras buscando estabelecer um compromisso com a pauta racial e outras

apenas aproveitam a data para fazer publicidade a respeito do cumprimento de sua responsabilidade social, uma vez que, nesse quesito, há benefícios que podem ser concedidos a essas instituições. E as transistas sabem disso!

A questão é que independentemente das motivações que impulsionam o convite dessas instituições às transistas, o trabalho desenvolvido em parceria tem se revelado muito potente, como foi possível verificar por meio do evento realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB). Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, no dia 30 de novembro de 2023, a FAB organizou, em parceria com transistas, uma formação chamada *Workshop: Tranças Nagô*. Por meio de notas à imprensa, a FAB explicou, sem muitos detalhes, que a oficina de tranças nagô foi oferecida “de forma gratuita e sem custos pela Organização Militar” como uma instrução que visou capacitar o pessoal efetivo para a “adequação estética” às normas estabelecidas pelo regulamento da instituição militar (Oficiais, 2023).

A notícia desse *workshop* viralizou nas redes sociais e foi possível ver comentários diversos de diferentes pessoas, militares e não militares, sobre a oficina. Entre os inúmeros comentários, havia muitos ironizando e rechaçando a postura da instituição, afirmando: “já podem abrir um salão...”, outros dizendo “É obrigado aprender a fazer unha também?”.

A partir de tais comentários machistas e sexistas, foi possível perceber as intersecções de raça e gênero que emergiram por meio do ensino/aprendizagem das tranças nas forças militares. As instituições militares sempre instruíram seus militares para exercerem a profissão de barbeiro em seus quartéis, com o objetivo principal de manter o padrão disciplinar aos militares. No que tange às necessidades higiênicas e estéticas das mulheres militares, o regulamento tem passado por mudanças ao longo do tempo, mostrando, por meio dessa ação, como a combinação do machismo, do sexismo e do racismo tem sido enfrentada pela instituição.

Apesar da repercussão nas redes sociais e nos sites de notícias, para a surpresa de muitos internautas e leitores, a FAB explicitou que estava apenas cumprindo com a sua regulamentação. As tranças nagô já eram previstas no *Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica – RUMAER*, de 2023.

Esse exemplo revela a força do diálogo interinstitucional no trabalho de mulheres negras transistas. A presença dos seus conhecimentos nas instituições, inclusive militares, promove reflexões, debates e fomenta mudanças necessárias para as relações raciais no Brasil.

Em uma postagem no perfil do Instagram *Fala Transistas*, projeto desenvolvido pela intelectual negra transista Michele Reis, diferentes transistas se posicionaram comentando a notícia em questão. Foi possível ver que a notícia foi bem recebida pelas transistas, a maioria mencionou a importância dessa ação como um exemplo a ser seguido por outras instituições. Em um dos comentários, foi questionado o fato de o *workshop* ter sido gratuito para os participantes da oficina, contudo, outras transistas comentaram dizendo não ter ficado evidente na notícia o contexto, se a transista que ofertou o curso também era militar ou se foi convidada externamente, entre outras questões (Reis, 2024).

É importante tentar desvelar a ambígua relação de exploração e empoderamento que acontece no diálogo com as diferentes instituições, pois existem inúmeras questões que se apresentam nessa relação e que precisam de um olhar crítico, necessitando de análises mais aprofundadas impossíveis de se esgotar em algumas linhas.

A realidade da maior parte das transcistas brasileiras revela que poucas exceções são remuneradas quando contratadas para participar de um projeto ou evento, por não serem consideradas uma categoria profissional, e sim uma ativista cultural. E quando transcistas são remuneradas ao serem convidadas por alguma instituição, em geral, o valor recebido está bem abaixo do valor atribuído a profissionais semelhantes. A partir desse recorte, podemos observar a dinâmica da relação transcista e instituições no Brasil e seus efeitos.

METODOLOGIA

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados por meio da seleção de diferentes notícias publicadas na grande mídia, jornais, revistas eletrônicas e redes sociais, em que o protagonismo do trabalho de mulheres negras transcistas foi evidenciado.

Para refletir sobre o trabalho desenvolvido por transcistas brasileiras, esta pesquisa se estruturou tendo como aporte teórico-metodológico o feminismo negro interseccional (Collins, 2019; Gonzalez, 2020), e os dados foram sistematizados em três categorias distintas:

1. A garantia da própria subsistência em meio a opressões sociais;
2. O impacto social do trabalho das transcistas;
3. O diálogo político interinstitucional que, tal como afirma Collins (2019), compõe a epistemologia feminista negra interseccional.

As análises dos dados desta pesquisa foram construídas em diálogo com intelectuais que teorizam sobre a economia criativa e em conexão com notícias atuais sobre o reconhecimento do trabalho de mulheres negras transcistas no Brasil. Nesse sentido, este trabalho é construído em uma perspectiva qualitativa (Minayo, 2007), analisando os múltiplos espaços e territórios onde são desenvolvidas as ações de mulheres negras transcistas, dando ênfase à experiência vivida como critério de conhecimento válido no que tange as suas próprias narrativas (Collins, 2019).

ANÁLISES DOS RESULTADOS: POSSIBILIDADES E IMPASSES PARA PENSAR O TRABALHO DAS TRANSCISTAS

No escopo das terminologias acadêmico-científicas, reconhecemos que uma das formas na qual podemos compreender o ativismo feminista negro das transcistas pode se dar pela concepção de economia criativa, uma vez que, em termos econômicos, a categoria transcista enquanto profissão surge de uma ramificação da prática não remunerada preservada culturalmente por suas ancestrais trançadeiras.

O termo “economia criativa” busca abordar a relação entre “cultura, criatividade e inovação, apresentando-se como alternativa para o crescimento e desenvolvimento econômico e social dos países nesse início do século XXI” (Watanabe;

Borges; Guilherme, 2024, p. 74). De acordo com Miguez (2007), a economia criativa é um dos setores que mais crescem no âmbito global, mas que se apresenta como um desafio para os países menos desenvolvidos. Miguez (2007) afirma que, por sua complexidade, as questões que implicam as atividades assentadas na economia criativa por vezes ultrapassam as dimensões da economia, apresentando questões para outros campos do conhecimento.

Considerando o trabalho das trancistas como economia criativa, a partir do olhar da psicologia social, observamos que a autodefinição (Collins, 2019) das trancistas também emerge como uma forma de delimitação proposital das fronteiras entre a categoria profissional cabeleireira. Apesar de a prática da trancista nitidamente apresentar características próprias, ela tem sido associada ao fazer das cabeleireiras ao longo do tempo para ser validada no mercado. Esse esforço presente no movimento de mulheres negras trancistas no Brasil traz ao cerne da discussão demandas específicas das trabalhadoras trancistas, que são invisibilizadas quando essas profissionais são retratadas como cabeleireiras “afro” ou “étnicas”, um enquadramento permeado por um rótulo que carrega muitos estereótipos e preconceitos.

Por outro lado, no tocante as relações de poder presentes na sociedade, quando são nomeadas pelo grupo dominante como atividade cultural, há o risco de serem encapsuladas em uma imagem romantizada de um passado perdido de uma pureza africana, construída por concepções essencialistas a respeito dessa identidade que, em parte, também foi criada pelo olhar do branco europeu.

Apesar da multiface profissional — ainda não reconhecida formalmente —, as trancistas têm reivindicado o direito de falar em primeira pessoa sobre suas reais demandas e urgências individuais e coletivas, sem serem reduzidas a e/ou enquadradas em categorias formalmente instituídas no paradigma vigente para existirem. Como afirmamos no início deste trabalho: trancistas existem!

O fato de existirem e estarem reivindicando seus direitos implica uma reorganização das diretrizes reguladoras e teorias que as norteiam. O oposto seria permanecer naquilo que temos visto acontecer: silenciamento, invisibilização, informalidade, negação de direitos, clandestinidade, apropriação cultural em curso, desvalorização profissional e outras opressões a trancistas.

No dia 25 de julho de 2024, em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, foi realizado em Brasília o 17º Festival Latinidades, trazendo o tema “Vem Ser Fã de Mulheres Negras”. A mesa de abertura do evento, intitulada “Trancistas: patrimônio cultural, economia criativa e trabalho”, contou com a presença de Layla Maryzandra, trancista pesquisadora do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), na Universidade de Brasília (UnB). Participaram também Leandro Grass, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Sergio Pereira, representante da assessoria de participação social e diversidade do Ministério do Trabalho e do Emprego; Mariana Braga, assessora de participação social e diversidade do Ministério da Cultura; e Cristiane Portela, historiadora, integrante do Programa de MESPT/UnB, orientadora da trancista Layla (Afrolatinas, 2024).

Consideramos a realização dessa mesa extremamente simbólica para as observações desenvolvidas neste trabalho. Em primeiro lugar, porque revela a expressividade do movimento de mulheres negras trançistas atualmente; em segundo lugar, por se tratar de um exemplo para refletirmos a respeito da amplitude do fazer das trançadeiras e trançistas e suas complexidades, sua atuação em diferentes campos e sua mobilização social política interinstitucional. E em terceiro lugar, para que possamos observar as relações interseccionais que permeiam o reconhecimento de tal categoria, uma vez que tem sido do lugar ocupado por trançistas na academia e suas publicações científicas, que os órgãos governamentais têm se mobilizado à ação, apesar dos múltiplos projetos de (r)existência que diferentes trançistas têm desenvolvido no país em sua ética de cuidado, como os dados apresentados inicialmente.

No evento em questão, a intelectual negra trançista e pesquisadora, Layla Maryzandra, abre a mesa narrando sua trajetória, apresentando os resultados parciais de sua pesquisa, que, no momento, encontra-se em andamento, e questiona: “será que as tranças confeccionadas pelas trançistas no século XXI podem servir de rotas de fuga para construir políticas públicas para trançistas?”. Sua pesquisa tem sido desenvolvida no Distrito Federal (DF) e tem como objetivo principal identificar a prática de fazer os penteados afros trançados como ofício, apontando caminhos para a patrimonialização, além de outras políticas públicas para mulheres negras trançistas do DF pela construção de uma cartografia sociocultural. Maryzandra salienta:

Essa é uma prática que tem crescido aqui no Distrito Federal, entre as jovens negras, especialmente em contexto urbano, com pouca oportunidade para ingressar profissionalmente em outros espaços. Mas que muitas das vezes não tem essa apropriação histórica e cultural do ofício, associando isso a uma tendência e à moda. E aí é algo que esvazia essa narrativa da gente conseguir compreender essa prática enquanto patrimônio cultural. (Afrolatinas, 2024, grifos nossos)

Em sua fala, Layla relata que está construindo diferentes mapas para localizar trançistas no DF, e explica que foi necessário produzir um acervo etnográfico com registros visuais das trançistas para construir um inventário participativo para entregar para o IPHAN e para Secretária de Cultura, a fim de viabilizar a patrimonialização das trançistas. Ao mostrar as fotos nos *slides* de sua apresentação, ela explica:

Essa trança quem fez foi a Analice, ela fez essa trança porque ela disse que antigamente essa trança era utilizada nos casamentos da comunidade. A tiara de tranças, que é uma trança simples, que a maioria de nós usa, possivelmente pode ter alguém usando, inclusive na plateia... E esse outro conjunto de fotos, é a Ana fazendo tingimento de palha da costa com temperos naturais, porque antigamente a gente também utilizava palha da costa no cabelo, né! A gente não começou utilizando cabelo sintético, né! (Afrolatinas, 2024, grifos nossos).

A fala de Layla mostra a importância do resgate da memória e do reconhecimento ancestral no fazer de trançadeiras e trançistas. Contudo, observamos que o fazer das trançistas é uma prática conectada às necessidades do tempo histórico em que tais mulheres negras se situam. As trançistas preservam os conhecimentos de

suas antepassadas e desenvolvem suas práticas considerando a sua subsistência e de sua comunidade no presente. Nesse sentido, podemos afirmar que, no âmbito da beleza, sempre houve, por parte do grupo dominante branco, uma captura desse fazer, uma apropriação cultural em curso, em que as trançistas têm sido envolvidas em função do não reconhecimento de sua categoria profissional. Essa apropriação cultural tem acontecido desde que foram nomeadas cabelereiras étnicas, e daí em diante uma assimilação das práticas, paralela à inferiorização e ao desprezo aos modos como eram confeccionadas as tranças por mulheres negras trançistas. Sendo assim, apropriação cultural pode ser definida como:

[...] uma ação praticada por grupos dominantes e seus indivíduos. [que] Consiste em se apoderar de elementos de outra cultura minoritária ou inferiorizada e utilizá-los sem as devidas referências e sem permissão, eliminando ou modificando seus significados e desconsiderando a opressão sistemática muitas vezes imposta por esse mesmo grupo dominante. (William, 2020, p. 64)

Quando jovens negras se tornam trançistas em contexto urbano, associando esse fazer a tendências e à moda, isso revela tanto a força do ativismo feminista negro e a intelectualidade de tais mulheres negras diante das injustiças sociais, quanto o racismo presente em nossa sociedade. Nesse sentido, não são as jovens negras trançistas que esvaziam a narrativa cultural resistente, ao contrário, elas são mantenedoras desses saberes registrados no próprio corpo (Nascimento, 2021). Na lógica de poder que estrutura as relações raciais no Brasil, as jovens mulheres negras não poderiam esvaziar os sentidos de qualquer coisa. Esse esvaziamento tem acontecido há muito tempo por meio da combinação entre racismo e apropriação cultural.

Como explica William (2020), a percepção cristã da colonização não deu conta de alcançar os significados da expressão cultural africana na diáspora e, com isso, a todo momento alteram os sentidos dos elementos das culturas africana e indígena para a comercialização. Por outro lado, as pessoas negras assistindo à destruição de seus valores culturais, resistem ao sistema que as despreza, construindo narrativas mais “aceitáveis” que possam garantir a sua sobrevivência diante do racismo; por esse motivo, por tanto tempo as trançistas têm sido nomeadas como cabelereiras “afro” ou “étnicas”. Considerando isso, perceberemos que essas jovens mulheres negras têm desenvolvido estratégias de sobrevivência por meio das tranças, o que provavelmente gera renda para si e para o seu núcleo familiar.

Dando seguimento ao debate da mesa, o presidente do IPHAN, Leandro Grass, explica que, nesse momento, ainda estão dialogando a respeito da patrimonialização das trançistas, se deve ser feito tombamento ou registro, e afirma:

Não se trata apenas de um status, ou algum tipo de prestígio àquele bem cultural edificado, ou centro histórico, ou bem registrado, ou modo de fazer, ou celebração ou ofício, ou um lugar... É mais do que isso, é um compromisso do Estado brasileiro com o bem-estar das pessoas que representam aquele bem, as pessoas que são detentoras, proprietárias daquele bem. E aí que se estabelece o plano de patrimonialização, em caso do patrimônio imaterial, o plano de salvaguardas. Onde se estabelece um obje-

to de políticas públicas, com foco naquilo que eu acabei de dizer — reduzir a desigualdade, livrar da discriminação, entre outros aspectos — E aí a gente começa a trabalhar juntos. Portanto, a construção já começou, e *começou a partir de vocês*. É uma construção que vai nos levar, e já está nos levando a um compromisso para investimento, comprometimento para a aplicação do orçamento, compromisso técnico político do IPHAN e de todas as outras instituições de patrimônio que formam esse nosso sistema que tem uma grande responsabilidade. (Afrolatinas, 2024, grifos nossos)

Leandro Grass enfatiza que os trabalhos acadêmicos são de extrema importância, porque fundamentando-se neles é que são legitimados saberes e viabilizadas políticas de reconhecimento. E explica que em função das instabilidades e das mudanças no governo, alguns registros que estavam paralisados dentro do IPHAN receberam prioridade no atual governo Lula (eleito em 2022), sendo registrado o ofício das parteiras no Brasil, o Tambor de Crioula e as Baianas do Acarajé.

Considerando a fala de Grass, cabe enfatizar que a maior parte das trançistas se movimenta e expressa o seu ativismo na sociedade brasileira fora do espaço acadêmico, e que os trabalhos desenvolvidos por trançistas na academia apenas revelam um dos muitos campos em que as trançistas podem ocupar, não devendo ser encarados de forma generalista, e sim parcial. Ou seja, as pesquisas acadêmicas podem colaborar para o desenvolvimento da luta pelo reconhecimento profissional, pela patrimonialização cultural, para a garantia de direitos e políticas públicas, contudo, jamais poderão ser compreendidas de forma totalitária a respeito de um fazer que é múltiplo, como o fazer das trançistas. Há muito sobre as trançistas que não tem sido publicado em trabalhos acadêmicos, mas que pode ser visto por meio da prática de tais mulheres negras.

Na mesa em questão, também podemos acompanhar a fala de Sérgio Pereira, representante da assessoria de participação social e diversidade do Ministério do Trabalho e do Emprego:

Nesse segundo semestre [de 2024] os trâmites já seguem para o Ministério do Trabalho, para que em 2025, possamos apresentar para um grupo de pessoas que vão analisar a CBO, o trabalho feito... Inclusive, nós vamos contar com o trabalho científico da Layla Maryzandra que tá nos ajudando e muito nessa construção, para, em 2025, tentarmos colocar no congresso nacional [...] E o que significa isso? Significa que as trançistas podem se organizar enquanto profissionais, podem organizar os seus sindicatos, podem organizar o valor das tranças, podem ter dinheiro para a formação das trançistas, podem descrever um curso... (Afrolatinas, 2024)

A fala de Pereira demonstrou que há um interesse do Ministério do Trabalho e do Emprego em formalizar a profissão de trançista, incluindo a categoria na CBO. Enquanto trabalhadoras, as trançistas se deparam constantemente com dificuldades para o exercício de sua profissão, tendo que se enquadrar em profissões instituídas como cabeleireiras, artesãs e, por vezes, atuam na informalidade, sem direitos trabalhistas e previdenciários; sem acesso a créditos e financiamentos para seus projetos sociais; sem o reconhecimento e a valorização institucional, entre outros.

Assim como Leandro Grass, Sérgio Pereira enfatizou a importância dos trabalhos científicos para as etapas da regulamentação profissional, dando importância à

perspectiva acadêmica. Na mesa em questão, foi possível perceber o teor representativo que os palestrantes em suas falas deram à pesquisa de Maryzandra para a patrimonialização e para o reconhecimento profissional das trancistas na Classificação Brasileira de Ocupações. Embora possamos compreender a importância das pesquisas acadêmicas para a viabilização de tais ações nas instâncias governamentais, nos questionamos a respeito das práticas das trancistas não acadêmicas: quais são as urgências profissionais das jovens mulheres negras trancistas que estão nos centros urbanos e nas periferias trabalhando atualmente? Quais são as questões que se colocam na patrimonialização de uma profissão? Quando se defende que a patrimonialização deve anteceder a categorização profissional da trancista, quais são as implicações em termos de direitos trabalhistas às trancistas? Será uma profissão que é patrimônio cultural, um patrimônio cultural que é profissão, ou uma profissão que trabalha com patrimônio cultural?

Essas e outras perguntas surgiram no decorrer das análises dos dados desta pesquisa. Contudo, afirmamos que, em suma, toda trançadeira pode se tornar uma trancista, nem toda trançadeira é uma trancista, mas toda trancista sempre será uma trançadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construímos esta escrita buscando refletir sobre o impacto social do trabalho de mulheres negras trancistas como economia criativa e suas complexidades na atualidade. Consideramos que há muitos riscos que se apresentam quando analisamos o fazer das trancistas unilateralmente, ignorando as múltiplas formas como esse fazer pode se dar no presente. Ao reconhecer a amplitude dessa profissão, precisamos nos atentar para os perigos que emergem nos discursos, na direção de reforçar estereótipos, dificultar a busca por justiça social, o avanço da regulamentação da profissão e o seu reconhecimento no âmbito cultural.

Nesse sentido, mais que respostas rápidas e simplórias a questões densas e complexas, deixamos as seguintes indagações: manteremos o mesmo paradigma que localiza as trancistas na cultura hegemônica euro-ocidental? Pois, somente por meio de uma reformulação paradigmática poderemos reconhecer que as trancistas são intelectuais que compõem o pensamento feminista negro interseccional brasileiro.

Para que possamos enfrentar a desigualdade racial e de gênero no âmbito do trabalho, precisamos identificar as manutenções que têm sido feitas da informalidade do trabalho, o cuidado não remunerado, a precariedade e a feminização da pobreza que se impõe a mulheres negras brasileiras, assim como a romantização do empreendedorismo individual.

As questões que apresentamos neste trabalho visam refletir de forma ampliada para a formalização ocupacional das trancistas, entendendo que é necessário tal reconhecimento no mercado de trabalho para que as trancistas possam continuar desenvolvendo os seus projetos de justiça social de forma plena, ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a reparação e a proteção do Estado acerca de sua epistemologia.

REFERÊNCIAS

- ACESSÍVEIS CAST. **SARA MARA BRISA - Acessíveis Cast #10**. Entrevistada: Sara Mara Brisa. Entrevistadoras: MariMoon e Tati Müller. 2023. 1 vídeo (60 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hrMNodrW1AQ>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- AFROLATINAS. **Trancistas: patrimônio cultural, economia criativa e trabalho**. 2024. 1 vídeo (140 min.). Publicado pelo canal @afrolatinas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BpQIIQTO_wA&t=4863s. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDREIA MF. **Andreia mf**. 2020. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pxKoEMXLB-8>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CARTER, Robert T. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007. <https://doi.org/10.1177/0011000006292033>
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Boitempo: São Paulo, 2019.
- CUNHA, Aline Lemos da. **“Histórias em múltiplos fios”**: o ensino de manualidades entre mulheres negras em Rio Grande (RS-Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta. Fe-Argentina) (re)inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas. 2010. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 121-131.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero - indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Tabelas. 3. ed. [S. l.]: IBGE, [2024].
- MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana Simões; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle; FRANÇA, Danilo; SOTERO, Edilza Correia; RIOS, Flavia; ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de; LIMA, Márcia; SILVA, Tatiana Dias. (org). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113.
- MINAYO, Maria Cecilia (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OFICIAIS da FAB fazem tranças em manequim, e imagem viraliza: “podem abrir um salão”. **Extra**, 02 dez. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/blogs/radar-brasil/noticia/2023/12/oficiais-da-fab-fazem-trancas-em-manequim-e-imagem-viraliza-podem-abrir-um-salao.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver.** 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências – Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REIS, Michele. Aula de trança nagô: oficiais da FAB fazem tranças em manequins, e imagem viraliza. 2024. 1 imagem. @falatrancista. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4Ot9sqxg46/?igsh=MzVxNW04YmZkb3pv>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos. **Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic (Curitiba-PR).** 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, Luane Bento dos. **Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros.** 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow (CEFET-RJ), Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro.** 2022. 339 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a Diáspora Atlântica. **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1-11, 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018020>

SOUZA, Jorlania Carolina Cândido de. **Convergências entre a etnomatemática e a metodologia de reconhecimento de saberes: potencializar identidades negras. (A cultura das tranças para além da estética na educação de jovens e adultos).** 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Educação de Jovens e Adultos) – Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

WATANABE, Jefferson Yuji; BORGES, Larissa de Moraes Barbosa; GUILHERME, Luciana. Economia criativa: um olhar cronológico. **Diálogo com a economia criativa.** v. 9, n. 25, 2024. <https://doi.org/10.22398/2525-2828.92573-91>

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

Sobre as autoras

Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira: Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Amana Rocha Mattos: Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Instituto de Psicologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Bolsa de Doutorado; Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, Processo E-26/201.425/2022 – Bolsa; UERJ/FAPERJ Bolsa PROCIENCIA 2023.

Contribuições dos autores: Siqueira, A. C. A. N.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Mattos, A. R.: Conceituação, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.



Eu faço meu destino: uma análise do marcador social de gênero no filme *Alice no País das Maravilhas*

I make my destiny: an analysis of the social marker of gender in the film Alice in Wonderland

Deborah Luísa Vieira dos Santos¹ , Emerson Nunes Eller^{II} ,
Isabela Diamantino Braga dos Santos¹ 

RESUMO

O artigo analisa a representação da mulher no filme *Alice no País das Maravilhas* (2010), de Tim Burton, por meio da cena do pedido de casamento recebido por Alice. O objetivo é entender como o marcador social de gênero atua nessa narrativa e qual a mensagem oculta no enredo para os dias atuais. Para isso, foram aplicadas como metodologia a Análise Textual e a Análise da Imagem, ambas estudadas pela Análise Fílmica. Como categorias de análise, foi observado o posicionamento da personagem na cena. No filme, nota-se que o marcador de gênero surge na forma como a mulher é subordinada e destinada a se tornar dona do lar, colocando os desejos alheios à frente dos seus, algo que a protagonista Alice interrompe ao longo de sua jornada.

Palavras-chave: Marcadores sociais da diferença. Gênero. Cinema. *Alice no País das Maravilhas*. Análise fílmica.

ABSTRACT

The article analyzed the representation of women in Tim Burton's film Alice in Wonderland (2010) through the scene where the protagonist, Alice, receives a marriage proposal. The aim was to understand how the social marker of gender operates in this narrative from the producer's perspective and what the underlying message of the plot is for contemporary times. To achieve this, Textual Analysis and Image Analysis were applied as methodologies, both studied within Film Analysis. The analysis focused on the positioning of the character Alice in the scene observed. In this work, it was possible to observe that the social marker of gender appears in the way women are depicted as subordinate and tasked with becoming homemakers, prioritizing the needs of others over their own interests — something that the protagonist, Alice, disrupts throughout her journey.

Keywords: Social markers of difference. Gender. Cinema. *Alice in Wonderland*. Film analysis.

¹Universidade Vale do Rio Doce – Governador Valadares (MG), Brasil. E-mails: dlvs1@hotmail.com; diamantinoisabela2019@gmail.com

^{II}Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG), Brasil. E-mail: emersoneller@ufmg.br

Recebido em: 13/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

INTRODUÇÃO

O entretenimento tende a influenciar a percepção do público, uma vez que a mídia oferece produtos que visam à doutrinação e à prática do consumo, sobretudo o audiovisual. Para Kellner (2001, p. 11), “o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa”. Nesse sentido, *Alice no País das Maravilhas*, lançado em 2010, permite que o público, especialmente o feminino, faça uma leitura particular e se sinta representado pelas questões abordadas na narrativa, principalmente por serem problemas vivenciados pelas mulheres, em que a comunicação é capaz de gerar proximidade e refletir em identificação.

No longa produzido por Tim Burton, *Alice* (interpretada por Mia Wasikowska) é apresentada como uma jovem que está destinada a viver sob dois mundos, enfrentando as dificuldades da vida real e assumindo a missão de salvar o País das Maravilhas da tirania da rainha Vermelha. O sonho da heroína é encontrar sua própria identidade, sem que houvesse pessoas dizendo como ela deveria conduzir a vida.

A discussão que permite analisar o papel de Alice é que a protagonista vence situações que testam sua coragem e autoconfiança. Este artigo, fragmento da pesquisa de conclusão de curso, trabalha com a vivência de Alice no mundo real, sobretudo com a obrigatoriedade de aceitar um casamento arranjado. Na Era Vitoriana, o casamento era visto como um “final feliz” para a sociedade inglesa, principalmente a burguesa, que abraçava essa união como um mecanismo primordial de bem-estar social. Ou seja, uma mulher casada com um homem da realeza certamente iria ser feliz, socialmente respeitada e responsável por projetar um exemplo de família a qual tem o esposo como chefe do lar. A esposa seria a procriadora e os filhos um prêmio de uma união estável e repleta de privilégios sociais (Zolin, 2010; Fabrício, 2015; Lopes, 1986).

A fim de observar como o casamento tem peso diferente para homens e mulheres, torna-se importante compreender o gênero enquanto marcador social da diferença que, segundo Zamboni (2014), é responsável pela construção de boa parte da identidade do indivíduo. O conceito de marcadores sociais da diferença parte de uma relação de poder e hierarquização política, em que aqueles considerados inferiores ou indignos de ocupar determinados espaços são excluídos de um padrão que é benéfico para os que detêm o poder (Zamboni, 2014).

Consoante, Mello e Gonçalves (2010, p. 3) apontam que:

Esses sistemas de classificação a partir de “marcadores sociais da diferença” são construções sociais, pré-existem ao nosso nascimento — não fomos nós que os criamos — e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas. Logo, nossa localização no mapa social depende de nossas posições nos sistemas de classificação (estratificação), do que representamos (papéis sociais) e do tipo de controle que é exercido sobre nós.

Desse modo, os indivíduos, quando são encaixados em categorias de classificação, em que eles mesmos não se reconhecem, são impedidos de viver conforme suas crenças e pensamentos, porque, no discurso da dominação, quem exerce a autoridade dita as regras, e quem obedece é considerado digno do título de ajuizado.

Vale ressaltar que o termo “marcadores sociais da diferença” surgiu a partir da observação acadêmica, quando os pesquisadores sentiram a necessidade de estudar as questões que envolviam raça, gênero, sexualidade e religião, por exemplo. Porém, antes disso, diversos movimentos sociais de luta e representação se sobressaíam, como os sindicais e feministas. Sendo assim, nota-se que, para solidificar esses marcadores como um objeto de estudo que merecesse destaque na academia, foi fundamental que pessoas em posições de vulnerabilidade dessem valor às suas opiniões e estivessem dispostas a lutar por seus direitos de forma pública e objetivando o bem coletivo (Zamboni, 2014).

Conforme Zamboni (2014), não é possível delimitar quais e quantos são os marcadores sociais, visto que todas as formas de identificar e classificar indivíduos com determinadas características são agrupadas nessa reflexão. Ele esclarece que a forma como os seres humanos se relacionam e absorvem conhecimento reforça a troca de experiências uns com os outros que podem ou não influenciar demais pessoas em maior ou menor grau de intensidade. Isso significa que a compreensão de mundo de um possível grupo vai coincidir com o pensamento do outro se ambos estiverem envolvidos em uma atmosfera recíproca, isto é, compactuar dos mesmos pensamentos, crenças, ideologias etc.

Essa construção de identidade delineada pelos marcadores sociais da diferença converge com o propósito do cinema, pois, segundo Bernardet (2008), esse produto se tornou um instrumento de disseminação para inúmeras pautas sociais. Nesse sentido, a pesquisa discute como o cinema, enquanto um mecanismo cultural, permite refletir sobre os movimentos sociais, mesmo que de modo anacrônico.

Considerando que o gênero é o tema central deste estudo, é importante esclarecer sua aplicação enquanto marcador social da diferença. Gênero não se limita às características biológicas de um indivíduo, mas refere-se à identificação de comportamentos de interesses pessoais, melhor dizendo, é o modo como uma pessoa se identifica e se define enquanto ser humano.

O debate em torno de gênero revela-se extenso e complexo, porque também parte do conceito “lugar de fala”, que, segundo aponta Djamila Ribeiro (2019, p. 89), “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado”, isto é, cabe àqueles que sofrem opressão e discriminação terem o direito de falar e não apenas de ouvir; aliás, ninguém melhor para falar sobre algo senão aquele que viveu.

Ao abordar questões de gênero, o conceito de “lugar de fala” esclarece, portanto, que, ao se posicionar socialmente e expressar sua orientação sexual, por exemplo, caso esta seja divergente do padrão heteronormativo, o indivíduo tende a ser julgado por aqueles que se arrogam o direito de determinar o que é ou não aceitável socialmente. Para além, o conceito de gênero desvela a construção social de masculino e feminino, com base na hierarquização e na dominação de um sobre o outro (Miguel; Biroli, 2014).

Pode-se depreender que Tim Burton, ao realizar adaptações no livro original de Lewis Carroll, publicado em 1865, optou por inserir cenas, como a do casamento, com o intuito de levar os consumidores da obra a uma compreensão crítica do padrão da sociedade inglesa do século XIX, mas também a entender que o marcador de gênero ainda permeia a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a pesquisa concentra-se no pedido de casamento de Hamish a Alice (do minuto 3 ao 12). Apoiado nisso, foi

possível observar que esse marcador se manifesta de forma evidente no filme de Burton, uma vez que a obra retrata as relações de poder que favorecem o gênero masculino e sua imposição sobre o gênero feminino. Tal aspecto é evidenciado pelo fato de que Alice, enquanto mulher, é escolhida para assumir as responsabilidades do lar, abdicar de seus objetivos pessoais e viver sob as condições impostas pelo marido.

Diante do exposto, ao atentar para questões referentes à desigualdade de gênero abordadas no filme *Alice no País das Maravilhas* (2010), este trabalho procurou investigar, por meio da Análise Filmica (Penafria, 2009), complementada pela Análise de Imagens Fixas (Mendes, 2019), os diálogos e a cena do pedido de casamento. O objetivo é observar de que forma o marcador social de gênero é trabalhado no episódio em questão, tendo como base a sociedade britânica do século XIX. Ademais, pretende-se investigar como esse marcador transcende o período em que se passa o enredo e reflete a sociedade contemporânea.

É fundamental reconhecer que, ao analisar uma obra audiovisual, deve-se considerar que essa produção busca relatar a sociedade do período que representa. Assim, a obra tende a abordar pensamentos, comportamentos e vivências desse tempo por meio de seus personagens, figurinos e cenários. Contudo, o diretor, ao exercer sua liberdade artística, pode utilizar essa representação histórica para contextualizar o cenário atual da sociedade em que produz a obra. Nesse sentido:

[...] existem duas dimensões intercambiáveis na relação História-Cinema: a leitura histórica do filme, em que o filme é tomado como um testemunho histórico direto da sociedade contemporânea, e a leitura fílmica da história, em que os filmes que tratam de temas ou personagens históricos propõem uma leitura do passado, tornando-se criador de consciência histórica paralela à História, mas fora da perspectiva analítica que lhe é própria (Macedo; Mongelli, 2009, p. 20).

Essa contextualização é essencial para a compreensão deste estudo, pois a obra analisada retrata a sociedade vitoriana em relação ao casamento, trazendo, sob a perspectiva de Tim Burton, não apenas a decisão do matrimônio naquele período, mas também a opressão que as mulheres enfrentam atualmente, marcada pela expectativa de que um casamento é condição necessária para a felicidade e para a formação de uma família socialmente aceita.

A MULHER ENQUANTO MARCADOR SOCIAL

Nas sociedades de origem patriarcal, a mulher foi rotulada a estar a serviço. Era o que se esperava da mulher na Inglaterra do século XIX, também conhecida como Era Vitoriana. Governada pela rainha Vitória, a sociedade britânica reconhecia a mulher apenas como alguém que precisava se submeter aos afazeres domésticos e aos cuidados familiares. Portanto, o papel social da mulher de estar a serviço continuava sendo reforçado; a obediência ao marido, a mansidão e a docilidade, o prestígio e cuidado com as vestes e postura eram uma realidade concreta (Fabrício, 2015).

De acordo com Zolin (2010), a Era Vitoriana foi marcada pela doutrinação e discriminação feminina, pois as mulheres não tinham direito à propriedade intelectual e liberdade para tomar decisões. Sendo assim, sua independência social, financeira, amorosa e afins

era algo inimaginável. Além disso, eram submetidas aos casamentos arranjados, nos quais as famílias da alta sociedade britânica faziam acordos entre seus membros, em que o pai, chefe de família, prometia a filha a casamento e, muitas vezes, sem o seu consentimento.

Ao observar que, ao longo da história, a mulher se viu diante da necessidade de lutar pela garantia de seus direitos, nota-se como o âmbito social criou e conservou papéis sociais que são atribuídos aos gêneros masculino e feminino, de forma binária.¹ A ideia de papel social parte do princípio de que existe, no âmbito social, uma espécie de categorização do que é próprio para um e para o outro. Para Goffman (2011), o papel social está intimamente relacionado ao fato do ser vestir-se com certa personalidade e permitir-se ser representado na vida cotidiana a partir de características que concede a ele uma identidade social. Essa identidade nem sempre é vista ou valorizada porque a sociedade de origem patriarcal conservadora tenta afastar das pessoas todas as possibilidades de representação que elas podem experimentar.

Goffman (1988) também ajuda a refletir sobre o que cabe ou não à mulher como um padrão social, a partir do conceito de estigma, o qual, conforme o autor evidencia, trata-se da forma como o meio social atribui preconceitos ao indivíduo, atribuindo-lhe características que limitam quem ele é ou pode ser. Fundado nisso, o ser social tende a ser categorizado como desviante e desacreditado pelo fato de não seguir aquilo que é considerado padrão/normal. Essa inferência também está relacionada à sociedade patriarcal e conservadora, que reflete o pensamento colonial, em que o homem faz parte do gênero dominante e é abordado como a figura de autoridade; por outro lado, a mulher é apresentada como um ser destinado a viver fazendo as honras do lar.

Diante do exposto e considerando o atual contexto social, conclui-se que, na contemporaneidade, a mulher ainda é estigmatizada e associada aos papéis sociais de mãe, dona de casa e esposa. “A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade” (Beauvoir, 1970, p. 10). O fato de a mulher ter a capacidade de gerar vida a encerra no contexto social como a sua finalidade maior. “O organismo feminino, subjugando a mulher à função reprodutora, seria uma das bases sobre a qual se teria construído a subordinação da mulher” (Franchetto *et al.*, 1981, p. 20).

Para esclarecer de forma mais objetiva o marcador estudado nesta pesquisa — gênero —, torna-se fundamental considerar a perspectiva de autoras feministas. Elas argumentam que a aplicabilidade desse conceito reforça, no contexto social, uma estrutura machista e hierarquizada que coloca o homem em posição de superioridade em relação à mulher. Em uma perspectiva pós-estruturalista, Butler (2018, p. 54) aponta que o “[...] gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Ao tratar sobre performatividade, o estereótipo baseado no sexo biológico e na diferenciação binária favorece a manutenção de um sistema que elege homens e mulheres com padrões de comportamentos inerentes à personalidade desses indivíduos.

1 O termo “gênero” vai além do binário homem e mulher. A sigla LGBTQIAPN+ reflete diversas identidades de gênero e orientação sexual, incluindo pessoas trans, travestis e não binárias, destacando a necessidade de abranger todas as formas de expressão e representatividade humana.

Strathern (2006) e Scott (1986) dialogam nessa mesma linha de pensamento e concluem que a categorização das pessoas por meio de rótulos de gênero reforça a percepção de que homens e mulheres têm individualidades distintas na vida social. Sendo assim, quando o ambiente social classifica um gênero, corrobora para o fortalecimento da opressão, da dominação e do poder, perenizado pelo masculino, então, automaticamente, exclui outros seres. Esse embate em não concordar com a classificação de gênero pode ser entendível apenas por estudar a história, uma vez que é possível perceber claramente como o homem foi ganhando mais espaço e notoriedade em todas as esferas da vida social (Beauvoir, 1970).

Já a mulher foi rotulada para estar a serviço dessa dominação, “no caso da mulher, não existe um modelo feminino em si, a mulher é o que o homem não é” (Monteiro, 1998, p. 13). O que corrobora com o que Beauvoir (1970) diz sobre a mulher ser o outro do homem, ou seja, privilégios e direitos são conferidos ao gênero masculino, enquanto à mulher restam apenas os vestígios, resultantes de sua condição de ser a sombra projetada pelo espelho masculino.

Os estereótipos vinculados ao gênero feminino foram ainda perpetuados e transmitidos nos produtos culturais. Smelik (1999) relata como os filmes de Hollywood da década de 1960 utilizavam estereótipos a fim de demonstrar qual era o papel social feminino. Para isso, as obras cinematográficas exibiam as mulheres em segundo plano, eram apenas coadjuvantes; seu papel era ser mãe e esposa romantizada, depois, passou a mostrá-las como um objeto sexual de desejo e satisfação masculina, como é representado nas obras do diretor de cinema Alfred Hitchcock, que inseriu personagens sensuais a fim de romper com os padrões hollywoodianos que representavam as mulheres como damas recatadas e do lar (Marques; Weinmann, 2019).

É importante lembrar que o papel da mulher no cinema estava condicionado ao protagonismo do gênero masculino e, sobre ele, recaiam todos os holofotes.

A narrativa estrutural do cinema tradicional estabelece o personagem masculino como ativo e poderoso: ele é o agente em torno do qual a dramática ação se desenrola e o visual fica organizado. A personagem feminina é passiva e impotente: ela é o objeto de desejo do homem. (Smelik, 1999, p. 353)

Zwier (2012) também traz considerações significativas para expressar como o cinema define qual será o papel social da mulher ao longo da narrativa: “Todo o trabalho recai sobre o personagem masculino. Mais uma vez, isto promove uma agenda patriarcal em que as mulheres são ensinadas a ser estagnadas, a questionar-se e a esperar que um homem apareça para liderá-las” (Zwier, 2012, p. 115). Complemento a isso, Santos (2021, p. 28) afirma que “sendo sexualizadas ou santificadas — variando de acordo com o enredo de cada obra – a mulher se encontra limitada a papéis que condicionam sua existência à dependência de um homem”.

Por muitos anos, a forma pela qual o cinema representou as mulheres foi marcada pela inferioridade feminina e pelo poderio masculino. Todavia, na contemporaneidade, percebe-se que esse cenário tem sofrido alterações e o próprio objeto deste estudo comprova essa afirmativa, uma vez que insere uma mulher como protagonista e com a

característica de romper com os padrões da época retratada no filme. A protagonista de *Alice no País das Maravilhas* (2010) questiona desde o modo de se vestir, opondo-se à obrigação de usar meias compridas, até a obrigatoriedade do casamento arranjado, mesmo sendo incentivado pela sociedade vitoriana, período em que se passa a narrativa.

ALICE NO PAÍS DE BURTON: O CASAMENTO COMO RUPTURA DE EXPECTATIVAS

Alice no País das Maravilhas (2010) traz a especificidade de Tim Burton. A extravagância dos personagens, o poder visual das cenas e os diálogos que envolvem a narrativa são características que expressam o olhar do diretor sobre como trabalhar uma obra já existente, mas com ares modernos, pois, apesar de a inspiração do filme ser um livro de 1865, a roupagem que ele dá para esse produto audiovisual chama atenção na atualidade.

A Alice de Tim Burton é uma jovem de 19 anos que se vê diante de um casamento arranjado, sendo obrigada a aceitar a situação pelo bem econômico das famílias envolvidas. Em poucos minutos de narrativa, é possível acompanhar como a protagonista percebe que o mundo que estava sendo oferecido a ela era muito pequeno diante da imensidão que desejava conquistar. Na sociedade inglesa do século XIX, casamentos arranjados eram comuns, pois eram tratados como negócios. O amor romântico que se difunde para a ideia do casamento contemporâneo é uma idealização da Era Moderna (Toledo, 2013). O que não era comum era a mulher rejeitar essa união, porque o patriarca tinha poder na tomada de decisões, e se uma filha tivesse que se casar por “um bem maior”, assim deveria ser feito (Lerner, 2019).

Segundo Lerner (2019, p. 290), “as próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias”. O que Alice não imaginava é que o pedido de casamento seria a oportunidade perfeita de buscar por si mesma.

Ao fazer uma leitura dessa adaptação, visto que no livro original de Carroll (2002) não existe a cena do pedido de casamento, torna-se relevante abrir um parêntese para a interpretação de que essa adaptação também diz respeito às lutas feministas ou, ainda, sobre o que Januário (2021) rotula como “feminismo de mercado”. Esse conceito aponta para a lógica mercantilista, na qual se apropria dos discursos feministas, os quais têm feito parte do agendamento midiático, e se produz uma ideia de feminismo empacotado para o consumo. A autora aponta para uma preocupação que esse processo esvazie as pautas feministas em prol da lucratividade. Para a autora, essa é uma das formas de a publicidade se apropriar da causa para converter em lucro, fazendo com que a mídia se apodere de um movimento para ser bem posicionada no mercado.

Na cena do casamento, ao ter consciência de que sua liberdade seria inibida, Alice recusa o pedido de Hamish. Uma mulher com sentimentos, que almeja liberdade e um encontro particular com seus próprios interesses, sem interferência social, não era a mulher ideal para um casamento vitoriano, porque rebater as vontades do chefe de família era inaceitável (Costa, 2013). Logo, o telespectador pode inferir que Tim Burton desejou transmitir uma mensagem por meio da cena, retratando não só a forma pela qual a sociedade britânica oprimia as mulheres e as condicionava à

obrigação de aceitar um casamento mesmo que não quisessem, como também um mecanismo de atualização do tempo, trazendo à tona a questão de que as mulheres são donas de seu próprio destino, rompendo, assim, com a ideia patriarcal.

A partir disso, a pesquisa observa o marcador social de gênero no filme de Burton, por meio da cena do pedido de casamento (minuto 3 ao 12), sob a perspectiva da Análise Fílmica (Penafria, 2009) e da obra *Metodologia para Análise de Imagens Fixas*, de André Melo Mendes (2019), como suporte complementar.

Análise Fílmica como percurso metodológico

Conforme Penafria (2009), existem quatro tipos de análise fílmica, sendo elas: análise do texto, análise de conteúdo, análise poética e análise da imagem e do som. Nesta pesquisa, a análise do texto e a análise da imagem serão utilizadas. Para fins textuais, considerar-se-ão as falas dos personagens que representam o recorte deste estudo; em relação à imagem, serão analisados os *frames* que compõem a estrutura das cenas. Com o intuito de reforçar o embasamento teórico da análise da imagem, a *Metodologia para Análise de Imagens Fixas*, proposta por Mendes (2019), também foi aplicada.

O raciocínio de Penafria (2009), aliado à compreensão de Mendes (2019), servirá de fundamento para toda a análise do filme deste estudo, pois essa abordagem combina a interpretação objetiva de cada *frame* com a interpretação própria de quem analisa. Assim, será considerado tanto a evidência explícita da cena, que representa seu caráter objetivo, quanto a compreensão crítica do analista, que reflete um caráter sintético.

Alice à frente de seu tempo: o casamento como uma surpresa desagradável

“O casamento arranjado era muito comum no século XIX, quando a mulher tinha seu casamento negociado, em geral, independentemente de sua vontade” (Leandro; Freire, 2018, p. 93). Essa citação introduz a realidade da sociedade do século XIX, porque, na época, era comum as mulheres não terem o direito de escolha, como ocorre no filme *Alice no País das Maravilhas* (2010) (Figura 1).



Figura 1. Alice Kingsleigh desapontada ao saber do pedido de casamento.

- *Todos já estão sabendo?*
- *Foi por isso que vieram. É uma festa de compromisso. Hamish pedirá sua mão no coreto. Quando você disser “sim” todos vão...*
- *Mas eu não sei se quero me casar com Hamish.*

Fonte: *Frame* retirado do filme *Alice no País das Maravilhas* (2010).
Nota: Minutagem: 07min30s e 07min41s.

A Figura 1 exemplifica o momento em que Alice recebe a notícia de que está prestes a ser pedida em casamento. Sua irmã, Margareth (interpretada por Jemma Powell), enfatiza que todos na festa já sabiam, entretanto, a própria “noiva” é pega de surpresa. Alice não apenas desconhecia a novidade, como também é pressionada a aceitar o pedido, pois Margareth afirma que ela iria dizer “sim”. A jovem responde que não tem certeza se quer se casar com Hamish, mas, insatisfeita, sua irmã replica afirmando que um lorde seria a melhor opção para Alice e que ela deveria levar em consideração o passar do tempo, para não envelhecer sozinha.

É importante lembrar que Alice tinha apenas 19 anos e carregava consigo inúmeros sonhos, contudo, casar-se não era um deles, não estava em seus planos. O diálogo entre as irmãs mostra que, na obra de Burton, essa idealização do casamento é representada como uma imposição, um consentimento indesejado e solitário que as mulheres teriam de carregar, como um fardo de dizer “sim” pelos outros e o peso de dizer “não” aos próprios sonhos. Alice simboliza como as mulheres sofriam, sobretudo, pressão psicológica. A sociedade discriminava as jovens solteiras, valorizando apenas aquelas que aceitassem ser as “damas do lar”. A melhor opção para elas era um casamento forçado e quem se beneficiava dessa troca eram as famílias.

De forma objetiva, percebe-se na Figura 1 a expressão facial de Alice como um ponto de tensão na trama. Já de modo sintético, nota-se o emprego do plano fechado (*close-up*),² que foi utilizado no *frame* com o intuito de aproximar da face da protagonista, transmitindo para o público o sentimento de infelicidade da jovem, que não demonstra interesse em aceitar o pedido de Hamish. O que também corrobora para essa interpretação é o que Mendes (2019) nomeia como “contextualização da imagem no tempo e no espaço”.

Para ele, interpretar uma imagem levando em conta a história, a arte e a cultura é o que permite uma interpretação mais precisa, até porque cada período na História é marcado por determinados costumes, o que não significa que esses costumes eram ideias e passíveis de aceitação. Todavia, ao se analisar uma imagem em qualquer circunstância, como no audiovisual, é importante entender o contexto histórico, político, educacional, social e econômico da Era Vitoriana, para assim justificar como se deu a construção do roteiro, a escolha do figurino, do cenário, entre outros elementos.

E foi encarando a realidade social da Inglaterra do século XIX que Tim Burton deixou na figura de Alice uma mensagem contemporânea para todos as telespectadoras: não é errado se sentir mal por não querer aceitar as escolhas dos outros ou

² Plano de filmagem utilizado para aproximar o público das expressões dos personagens, demonstrando intimidade.

o que é imposto pelas convenções sociais. O que realmente pode ser prejudicial é compactuar com os desejos alheios e esquecer de viver aquilo que tanto almeja. A expressão facial de Alice (Figura 1) reforça como as mulheres eram tratadas na Era Vitoriana, uma vez que suas vontades não eram consideradas; o que importava era fazer um bom casamento, cuidar da família e zelar pela reputação do esposo.

Tal afirmativa se comprova pelas palavras de Christiane Lopes:

Essa questão da desigualdade sexual é importante para o século XIX, pois na era vitoriana inicia-se um processo de individuação através do qual a mulher se dá conta de sua situação inferior em oposição ao homem, reconhece todos os seus sofrimentos como ser humano, admite suas contradições e revolta-se indo em busca de uma solução para seu problema existencial (Lopes, 1986, p. 1).

A autora também discute como o pensamento da época estava fundamentado na ideia de que a mulher dependia do homem, sendo considerada frágil. Era a imagem feminina que fazia do marido alguém considerado bem-sucedido e digno de respeito público. Além disso, ela comenta sobre as condições em que a mulher vivia, já que tudo era imposto socialmente. Sua pureza devia sempre ser preservada e os cuidados com o lar e com a família eram suas principais responsabilidades. Em outras palavras, pensar em si mesma, em uma profissão ou nas relações amorosas que desejava assumir não fazia parte da história vitoriana.

No decorrer da cena do pedido de casamento, Margareth chama Alice e a aconselha a fugir de três problemas que, segundo ela, causam infelicidade à mulher: envelhecer sozinha, torna-se um desgosto para a mãe, ao não realizar aquilo que ela deseja, e não se casar. A estrutura de vida vitoriana influenciou fortemente o pensamento feminino, fazendo com que a mulher se sentisse “errada” ao não seguir esses três princípios, que, na prática, fundem-se em um só: formar uma família. É importante destacar que esse tipo de família deveria seguir o padrão conservador da época, ou seja, o pai, que dita as regras; a mãe, que se submete ao lar e ao marido; e os filhos, que devem honrar os pais e cumprir fielmente seus desígnios, como fazer um bom casamento e iniciar uma nova família. A mulher que não seguisse esse padrão seria excluída socialmente, como é o caso da Tia Imogene (interpretada por Frances de la Tour) (Figura 2).

— *Não vai querer acabar como a tia Imogene. Você quer se tornar um fardo pra sua mãe?*

— *Não.*

— *Pois então. Vai se casar com Hamish. Será tão feliz como eu sou com Lowell, e sua vida será perfeita. Já está decidido.*

Fonte: *Frame* retirado do filme *Alice no País das Maravilhas* (2010).
Nota: Minutagem: 07min 53s e 08min 07s.

Na Figura 2, no que diz respeito ao discurso, Margareth usa a representação de sua Tia Imogene para mostrar a Alice que envelhecer sozinha seria sinônimo de doença, já que, no filme, Imogene é retratada como uma senhora solitária que aguarda



Figura 2. Tia Imogene.

seu príncipe encantado. Além disso, Margareth afirma que, sem um homem ao seu lado, Alice acabaria por dar trabalho para a família, pois na Era Vitoriana as mulheres que não se casavam estavam condenadas socialmente, tendo-se a ideia de que continuariam a ser um fardo social e financeiro para suas famílias (Nelson, 2015).

É importante compreender que a mulher vitoriana foi também um produto desta Era, na medida em que a sua vida, os seus hábitos, o seu comportamento e tudo aquilo que ela deveria ser e parecer surgiu de padrões ditados por essa sociedade (Lima, 2018). Ou seja, o poder de decisão da mulher era condicionado pelos outros, inclusive por outras mulheres, que, no Governo Vitoriano, aprendiam que o melhor para elas seria se submeter ao casamento. E é exatamente isso que impressiona no diálogo, uma vez que Margareth decide que Alice iria, sim, se casar e confirma que essa união já estava determinada.

Observando a Figura 2, nota-se o que Penafria (2009) descreve como “pontos de vistas”, em que o analista é chamado a examinar a composição visual da cena. Esse conceito está diretamente relacionado aos estudos de Mendes (2019), também utilizados nesta análise. Assim, ao realizar uma análise objetiva, isto é, a descrição da cena, observa-se que o olhar do telespectador é direcionado para Tia Imogene, a personagem retratada como louca no filme. Ao seu redor, vêem-se alguns casais conversando e uma coloração de cena em tons claros, diferenciando apenas os tons mais escuros que compõem o cenário natural da cerimônia.

Enquanto caráter sintético, conclui-se que Tia Imogene vive uma vida solitária, refletida em sua expressão facial. Apesar de estar em meio a uma festa, encontrava-se sem companhia e todas as outras pessoas envolvidas na cena estão de costas para a personagem. Há na cena uma mesa com duas cadeiras, mas os assentos restantes, em nenhum momento, são ocupados. O plano de filmagem empregado, o plano de conjunto,³ evidencia a amplitude do quadro e dá ênfase à personagem. O objetivo foi comunicar ao público a solidão de Tia Imogene, simbolizando para Alice o seu possível futuro caso não aceitasse o matrimônio. A expressão facial de

³ Sua finalidade é dar significado à cena, mas inserindo a figura humana como aspecto fundamental do enredo.

Alice durante a cena reforça essa ideia, pois, na maior parte das sequências que precedem o pedido de casamento, ela é retratada com um semblante infeliz.

Ainda na sequência da cena, Alice, ao perceber que a tia não estava bem mentalmente, lhe diz que precisava de um médico. O fato de a sociedade isolar a mulher sem marido deu a Imogene o título de louca. Silva (2022) estudou a Era Vitoriana por meio de obras literárias e concluiu que, nesse período, era comum as mulheres serem representadas como loucas por desobedecerem aos maridos ou por buscarem conquistas próprias. “A ideia do anjo do lar passou a ser propagada como um arquétipo perfeito de mulher virtuosa. Quem tivesse conduta que destoasse desse modelo era considerada louca e transgressora” (Silva, 2022, p. 22).

Enfim, o telespectador visualiza a cena do pedido de casamento de Hamish (interpretado por Leo Bill) para Alice (Figuras 3 e 4). Em todas as cenas em que a personagem descobre que será pedida em casamento, Burton retrata a jovem triste e desesperançada, afinal, era a própria liberdade que estava sendo tirada dela.

— *Alice Kingsleigh, quer ser minha esposa?*

— *Bem, todos esperam que eu aceite, e você é um lorde. A minha beleza não é eterna e eu não quero acabar como... Mas está acontecendo tudo tão rápido.*

Fonte: *Frame* retirado do filme *Alice no País das Maravilhas* (2010).
Nota: Minutagem: 11min13s e 11min45s.

— *Ela me deixou plantado, sem uma resposta.*

Fonte: *Frame* retirado do filme *Alice no País das Maravilhas* (2010).
Nota: Minutagem: 1h37min01s e 1h37min03s.

O semblante de Alice na Figura 3 responde por si só à pergunta feita por Hamish. A pergunta é curta e direta, mas nada simples na percepção da “noiva”. Ao interpretá-la, percebe-se que Alice já tinha a resposta. Ela certamente não queria se casar com Hamish, nem sabia se desejava se casar algum dia. A imagem, bem como a sequência da cena, é essencial para uma análise mais profunda do verdadeiro



Figura 3. Hamish Ascot pedindo Alice Kingsleigh em casamento.



Figura 4. Alice Kingsleigh correndo atrás do Coelho Branco.

sentimento interpretativo do quadro. É importante destacar que, nesse contexto, a análise de imagem envolve a seleção de quadros ou *frames* para compreender e interpretar o sentimento e as ideias expressas na cena como um todo, refletindo, assim, o fluxo característico de vídeos ou imagens em movimento (Mendes, 2019).

De modo objetivo, o telespectador vê Hamish ajoelhado, segurando as mãos de Alice, um gesto comum e formalizado pela sociedade quando o assunto é pedir a mulher em casamento. Todavia, de modo subjetivo, nota-se o *contra-plongée*⁴ como o principal plano de filmagem, o que ajuda o público a entender que Alice, naquele momento, estava em uma posição superior em relação a Hamish, isto é, a decisão de aceitar aquele casamento dependia somente dela. É possível inferir, ainda, que seu olhar não se cruza com o olhar de Hamish, deixando implícito que a personagem estava tão insatisfeita que nem mesmo conseguia encará-lo. Sua expressão revela que aquele não era o lugar onde queria estar.

A sequência da cena mostra ao público a resposta de Alice a todos presentes na cerimônia. Aqui, a protagonista retoma os comentários feitos por sua irmã Margareth: a certeza de que se casar com um lorde era a melhor escolha e de que não poderia envelhecer sozinha, pois não queria um final como o de sua Tia Imogene. É importante mencionar que Alice nem mesmo sabia qual seria o seu final, o que sabia é que tinha o direito de trilhar esse caminho para encontrá-lo por conta própria. Mais uma vez, a liberdade surge como um fator fundamental de virada para a narrativa, pois a protagonista permanece convicta de que as escolhas dos outros não poderiam escrever a sua história.

Psicológica e emocionalmente, Alice foi influenciada a acreditar que recusar um pedido de casamento seria o seu pior destino possível. Ela não teve tempo para discernir o que seria melhor, mas percebeu claramente que seus limites estavam sendo desrespeitados, visto que tudo estava acontecendo muito rápido e ela não estava preparada para assumir um compromisso indesejado.

As cenas seguintes mostram Hamish permanecendo ajoelhado, atordoado, sem entender por que foi rejeitado. De forma subjetiva, essa cena pode ter provocado euforia no público, como um sentimento positivo ao vê-lo sozinho, ou seja, a

4 O enquadramento *contra-plongée* refere-se ao momento em que a câmera filma na perspectiva de baixo para cima. Esse enquadramento dá a sensação de poder ou crescimento da personagem que está vista de cima. Ao contrário do enquadre *plongée* (ou mergulho), em que a câmera filma de cima para baixo.

jovem mulher, condenada a uma vida solitária sem um homem, havia deixado sozinho aquele que não poderia ser rejeitado.

O *frame* posterior (Figura 4) revela o “não” de Alice e, de modo analítico, vê-se Alice correndo pelo jardim. Porém, quando se analisa de modo sintético, embora possa parecer que ela corre apenas para alcançar o Coelho Branco,⁵ ao tomar essa atitude, além de tornar público seu “não” a Hamish, deixa claro seu “sim” à própria vida. Isso mostra ao telespectador que está tudo bem em não seguir os impulsos dos outros, porque o que estava reservado para ela era algo muito maior. Graças à sua coragem em quebrar padrões, Alice pôde alcançar o que seu coração realmente desejava: liberdade e autoconhecimento.

Vale ressaltar que a escolha de Alice reflete mais um posicionamento contemporâneo daquilo que, de fato, ocorria na Era Vitoriana. Afinal, como apresentado na narrativa, a mulher tinha pouco ou nenhum direito de escolha, e a consequência dos seus atos recaía sobre si e a própria família. Nesse aspecto, a narrativa se aproxima das conquistas dos movimentos sociais e feministas, sendo um possível reflexo do feminismo de mercado (Januário, 2021), como uma apropriação do mercado cinematográfico de valores feministas, uma das formas de atrair os espectadores e as espectadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos diálogos e cenas apresentados neste estudo, foi possível compreender que o marcador social de gênero está presente na obra *Alice no País das Maravilhas* (2010). A análise das falas e dos *frames* contribuiu para o entendimento de que as mulheres sofriam diversas desigualdades na sociedade inglesa do século XIX, especialmente no que diz respeito ao casamento. Os estudos teóricos utilizados para fortalecer esta pesquisa mostram que as mulheres desse período não só foram vítimas de inúmeras violências, mas também eram reprimidas e obrigadas a aceitar o padrão da dominação masculina pelo bem das famílias envolvidas na união matrimonial.

Este estudo evidencia que o marcador social de gênero atuou sob as seguintes vertentes femininas: o casamento arranjado, o envelhecimento solitário e o direito à liberdade. Todas essas dimensões analisadas tiveram em comum o fato de a mulher ser repreendida e considerada inferior ao homem. Além disso, a análise mostra que o papel social da mulher no século XIX foi condicionado pelo papel social do homem, já que tudo aquilo que era digno de valor foi confiado ao gênero masculino, enquanto ao feminino sempre restou a obediência, a aceitação dos padrões e a fuga à liberdade. A mulher foi criada entendendo que o casamento, os filhos e o lar eram os únicos compromissos que mereciam sua atenção completa e que deveria se esforçar para satisfazer o marido. Por outro lado, os homens podiam exibir seus privilégios, poder e traições sem serem punidos pela sociedade.

Pode-se depreender, ainda, que a obra de Tim Burton não só objetivou mostrar os padrões britânicos do século XIX, mas também representou a sociedade contemporânea, principalmente a realidade das mulheres, porque, como tratado na análise, em pleno século XXI, diversos problemas abordados na trama do cineasta

⁵ Primeiro personagem do filme que aparece para Alice na vida real e acaba por impulsioná-la a encontrar o País das Maravilhas.

ainda se fazem presentes. As mulheres precisam reivindicar com mais ênfase o seu lugar, é como se não tivessem o direito de ser ouvidas, e a todo tempo a sociedade tenta silenciá-las. Nunca é suficiente querer ser apenas o que se é.

Burton, ao retratar a sociedade inglesa, trouxe a atenção do público para problemas que, na maioria das vezes, passam despercebidos, por exemplo, ao sugerir que a independência feminina precisa ser conquistada todos os dias e que as mulheres precisam constantemente lutar e mostrar seu verdadeiro valor. Na contemporaneidade, muitas mulheres também não têm o direito de decidir o que querem fazer e não são questionadas sobre o que gostariam de fazer. A sociedade as fez pensar assim, alimentando nelas o sentimento de impotência. Entretanto, ainda existem muitas Alices que fazem da opressão um estímulo para construir o seu próprio País das Maravilhas.

Tim Burton deu vida a uma obra que está para além da representação da Era Vitoriana. As cenas que apresentam o casamento de Alice estão repletas de códigos e mensagens ocultas. Essa é a beleza do audiovisual de Burton: permitir que o real sentido da obra seja interpretado pelo seu telespectador. Quem assiste ao filme, mesmo sem ter nenhum conhecimento a respeito da Era Vitoriana, consegue perceber que Alice não estava feliz com o mundo que lhe era oferecido, porque abrir mão de tudo que almejava não fazia parte de seus planos. O diretor, ao inserir uma mulher protagonista de 19 anos em uma obra inglesa do século XIX, permite que as mulheres da sociedade atual se sintam representadas. Além disso, entendam que a opressão e o machismo atravessam os anos e continuam a assombrar a História, mas que é possível lutar contra isso.

Tim Burton, apesar de contextualizar o cenário da época, não deixou de lado a necessidade do posicionamento feminino na atualidade. Alice é a personagem que mostra que as mulheres não podem se calar. É a personagem que passou por cima de valores e princípios incontestáveis e não permitiu que sua história tivesse um final que iria agradar a todos, menos a ela mesma. Alice não só quebrou padrões, mas mostrou que é admissível dizer “não” sem medo de ser feliz e de trilhar os caminhos em busca dessa felicidade e do autoconhecimento.

Por fim, o que se espera com esta pesquisa é que ela seja ampliada, visando que todo tipo de desigualdade, a exemplo das abordadas neste estudo, não seja naturalizado, mas que ganhem visibilidade e se torne objeto de discussão em todas as esferas da sociedade. Espera-se também que cada leitor, ao entender que a indiferença fere e leva embora o desejo de lutar pelo que realmente importa, ajude a construir um mundo melhor, em que todas as pessoas tenham o direito de ser e se sentir livres. Afinal de contas, de nada adianta desejar uma sociedade mais justa e acolhedora se as mudanças necessárias para isso não começarem dentro de cada indivíduo.

Na obra aqui analisada, uma só personagem conseguiu expressar o desejo por sua independência e pode ter alcançado muitas mulheres que, porventura, se sentem reprimidas pela sociedade na forma de se vestir, nas escolhas por sua vida amorosa e profissional.

REFERÊNCIAS

ALICE no País das Maravilhas. Direção: Tim Burton. Produção: Jennifer Todd, Joe Roth, Richard D. Zanuck, Suzanne Todd. Elenco: Johnny Depp, Anne Hathaway, Helena Bonham Carter, Crispin Glover, Mia Wasikowska, Matt Lucas. [S. l.]: Disney, 2010. Disney+ (112 min.), son., color.

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. Petrópolis: Arara Azul, 2002.
- COSTA, Lourenço Resende da. História e Gênero: a condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis. **Revista Eletrônica Discente História.com**, v. 1, n. 2, p. 67-81, 2013.
- FABRÍCIO, Cybelle Leal. **Marginalização feminina na era vitoriana representada no romance Tess, de Thomas Hardy**. 2015. Artigo Científico (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2015. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/retrieve/4add879d-655b-43d9-8020-10e26cd2b6aa/TCC-Letras-2015-Arquivo.011.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria; HEILBORN, Maria. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.
- JANUÁRIO, Soraya Barreto. Feminismo de mercado: um mapeamento do debate entre feminismos e consumo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 61, e216112, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666968>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: Edusc, 2001.
- LEANDRO, Aderci Flôres; FREIRE, José Alonso Tôrres. O mercado matrimonial em *Senhora*, de José de Alencar. **Primeira Escrita**, n. 5, p. 93-100, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/7839/5799>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, Sónia Aires. **By the labour of my hands: a emancipação através do Trabalho: protagonistas femininas na ficção de Anne Brontë**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Ingleses e Americanos) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32657>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- LOPES, Christiane Maria. **A mulher na Era Vitoriana: um estudo da identidade feminina na criação de Thomas Hardy**. 1986. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24338/D%20-%20LOPES%2c%20CHRISTIANE%20MARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05 nov. 2023.
- MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (org.). **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- MARQUES, Barbara Refosco; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Como as mulheres são retratadas no cinema de Hitchcock?** Rua, 2019. Disponível em: <https://www.rua.ufscar.br/como-as-mulheres-sao-retratadas-no-cinema-de-hitchcock/>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Cronos**, v. 11, n. 2, p. 163-173, 2010.
- MENDES, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. **Fragmentos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, 1998.
- NELSON, Heather Lea. **The law and the lady: consent and marriage in nineteenth-century British Literature**. 2015. These (Doctor of Philosophy) - Purdue University, Indiana, 2015. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1456&context=open_access_dissertations. Acesso em: 08 ago. 2024.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). In: CONGRESSO SOPCOM, 6., 2009, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. p. 1-11. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

SANTOS, Karoline Leandro. *O feminino no cinema: as comédias românticas teens dos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Cinema) - Universidade Beira Interior, 2021. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11250/1/8076_17382.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Márcio Azevedo da. *A linhagem de Jane Eyre: a degradação da personagem governanta em Amar, verbo intransitivo e a queda do gênero gótico em Nine Coaches Waiting e The Mistress Of Mellyn*. 2022. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/44952/1/2022_MarcioAzevedodaSilva.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

SMELIK, Anneke. Feminist film theory. In: PAM, Cook; BERNINK, Mieke (ed.). *The cinema book*. London: British Film Institute Publishing, 1999. p. 353-365. Disponível em: <https://repository.uibn.ru.nl/handle/2066/105584>. Acesso em: 05 nov. 2023.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

TOLEDO, Maria Thereza. Uma discussão sobre o ideal de amor romântico na contemporaneidade: do romantismo aos padrões da cultura de massa. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 2, p. 201-218, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9687/6812>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZAMBONI, Marcio Bressiani. *Herança, distinção e desejo: homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07052015-151308/pt-br.php>. Acesso em: 07 ago. 2024.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EDUEM, 2010. p. 217-242.

ZWIER, Abigail J. *Just another teen movie: analyzing portrayals of teenage romantic relationships across a decade of top-grossing teen films*. 2012. Thesis (Master of Arts) - Department of Communication Studies, Colorado State University, Colorado, 2012. Disponível em: <https://mountainscholar.org/items/714cf3e2-1707-4589-bfc4-ffbe512bbeab>. Acesso em: 07 ago. 2024.

Sobre os autores

Deborah Luísa Vieira dos Santos: Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Emerson Nunes Eller: Doutor em Belas Artes com especialidade em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Isabela Diamantino Braga dos Santos: Bacharela em Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

Contribuições dos autores: Santos, D. L. V.: Curadoria de Dados, Metodologia, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, Escrita – Revisão e Edição. Eller, E. N.: Curadoria de Dados, Metodologia, Administração do Projeto, Supervisão, Validação. Santos, I. D. B.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.



“Ideias para adiar o fim do mundo”: estratégias da Rede Cidadã para uma economia sustentável

“Ideas to postpone the end of the world”: Rede Cidadã strategies for a sustainable economy

Jackeline Sibelle Freires Aires¹ , Fernanda Sansão Hallack¹ , Danielly Pierre Procopio da Rocha¹ , Sonalle Cristina de Azevedo da Fonseca¹ , Raiene Herculano Santiago¹ 

RESUMO

Este artigo teve como objetivo apresentar o trabalho da Organização da Sociedade Civil (OSC) Rede Cidadã e suas contribuições para o campo da inclusão social a partir dos achados de uma pesquisa de doutoramento, realizada em regime de imersão, que acompanhou o trabalho do curso de facilitação “Terapeutas de Expansão da Consciência”, uma das frentes de ação e transmissão da OSC. Com essa articulação, ensejou-se integrar o debate acadêmico com o interior das empresas que se propõem a inovar no trabalho de inclusão social. A coleta de dados foi composta das descrições em diários de campo, levantamento bibliográfico e problematizações sobre os marcadores sociais da diferença conforme a aposta teórico-metodológica fundamentada na Teoria Ator-Rede (TAR) e na metodologia PesquisarCOM. Identificou-se que a Rede Cidadã pretende promover inovações no campo da assistência social brasileira por meio de técnicas de expansão da consciência e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Por apresentarem contribuições nos cuidados em saúde integrados às práticas de formação e capacitação profissional, concluiu-se que a OSC vem ofertando um processo de empregabilidade inovador, conectado à necessidade de gerar-se alternativas para o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentáveis.

Palavras-chave: Inclusão social. Economia criativa. Rede Cidadã. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Marcadores sociais da diferença.

ABSTRACT

This article aimed to present the work of the Civil Society Organization (CSO) Rede Cidadã and its contributions to the field of social inclusion based on the findings of a doctoral research, carried out under an immersion regime, which accompanied the work of the facilitation “Consciousness Expansion Therapists,” one of the CSO’s action and transmission fronts. With this articulation, it was possible to integrate the academic debate with the interior of companies that propose to innovate in social inclusion work. Data collection consisted of descriptions in field diaries, bibliographical survey and problematizations about the difference social markers according to the theoretical-methodological approach based on the Actor-Network Theory (ANT) and the PesquisarCOM methodology. It was identified that Rede Cidadã intends to promote innovations in the field of Brazilian social assistance through awareness expansion techniques and Integrative and Complementary Health Practices (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS). By presenting contributions to health care integrated with training and professional training practices, it was concluded that the CSO has been offering an innovative employability process, connected to the need to generate alternatives for sustainable economic growth and development.

Keywords: Social inclusion. Creative economy. Rede Cidadã. Integrative and Complementary Health Practices. Difference social markers.

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mails: jackelinesfa@gmail.com; fernandahallack@gmail.com; dpierrepsi@gmail.com; sonalleazevedo@gmail.com; raienehs.psiuerj@gmail.com
Recebido em: 13/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

ANÁLISE

De acordo com Roberto Agune (2014) e Sergio Bolliger (2014), devido à globalização, às aquisições tecnológicas, à liberalização econômica e às privatizações, vem se tornando cada vez mais frequentes os acordos de cooperação e alianças estratégicas para políticas de inovação entre empresas (interessadas em acessar novos mercados e tecnologias) e governos (em busca de aprimorar a sua capacitação interna, racionalizar os gastos públicos e impulsionar o crescimento econômico). Além disso, na atual conjuntura, na qual o conhecimento é um ativo econômico, os problemas se tornam cada vez mais complexos e a velocidade das mudanças é cada vez maior; acelera-se a demanda por serviços e políticas públicas de qualidade por uma sociedade conectada e articulada em rede, segundo Agune (2014).

Dessa forma, a faculdade de inovação vem sendo alçada ao patamar de essencialidade no setor privado e progressivamente também no setor público, já que as soluções para cenários complexos e de restrições orçamentárias dependem de saberes integrados, da circulação de conhecimento, da criatividade, do trabalho em equipe, da criação, da prototipagem e da implementação de novos modelos de negócio (Agune, 2014). As inovações tornaram-se processos abertos de participação e inteligência coletiva, nos quais se incluem a avaliação e o acompanhamento de políticas públicas (Bolliger, 2014).

As universidades também vêm atuando como instrumento empreendedor dessas políticas, constituindo redes capazes de potencializar as transferências de tecnologia. Desse modo, Henri Etzkowitz e Chunyan Zhou (2017) discutem que cada vez mais vem sendo implementados ambientes de cooperação entre universidades, organizações e governos para a geração, a difusão e a aplicação de conhecimentos. Nesse contexto, as discussões em torno da economia criativa vêm se destacando no âmbito acadêmico ao longo das décadas, como apontado por Jefferson Watanabe, Larissa Borges e Luciana Guilherme (2024) em estudos que traçam a cronologia desse campo. A economia criativa resulta de uma compreensão atual sobre a relação entre cultura e crescimento econômico de forma sustentável, iniciada no século XXI, em que “[...] as atividades da economia criativa têm sido destacadas como alternativas para o crescimento e o desenvolvimento econômico de países em todo o mundo” (Watanabe; Borges; Guilherme, 2024, p. 73).

Tratando-se de uma conceituação essencialmente nova, Samira Chedid (2017) aponta que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), fórum intergovernamental subsidiário à Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelecido em 1964, propôs a divisão das indústrias criativas em quatro eixos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais (Chedid, 2017). Porém, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, propôs a economia criativa como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável (Chedid, 2017). Assim, agregam-se aos seus eixos as alternativas de articulação em rede para transformações sociais, que conectam saberes populares, organizações sociais e conhecimento técnico-científico para sustentabilidade econômica, social e ambiental. Comumente chamadas “tecnologias apropriadas” — ou, mais frequentemente no

Brasil, tecnologias sociais —, elas seriam um conjunto de técnicas ou metodologias inovadoras, efetivas e reaplicáveis, desenvolvidas e apropriadas em conjunto *pela e para* a população para atender às suas demandas concretas, visando a ações transformadoras para a redução da desigualdade, a inclusão social e a qualidade de vida, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC) (Brasil, [s.d.]a).

As quatro dimensões do conceito de Tecnologia Social convergem com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, [s.d.]) e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo: introdução ou geração de inovação nas comunidades; cidadania e participação democrática; diálogo entre saberes populares e científicos; e solução de problemas sociais com sustentabilidade ambiental (Brasil, [s.d.]a). Tais empreendimentos sociais são muitas vezes realizados por Organizações da Sociedade Civil (OSC), que promovem cooperação entre sociedade e estado, visando a mudanças sociais, como a promoção de direitos, a conscientização socioambiental e o combate à exclusão social, oferecidas especialmente às populações minoritárias da sociedade, conforme aponta o site da Receita Federal (Brasil, 2022).

Essas instituições constituíram-se em um importante canal de atuação política planejada no espaço público brasileiro nos anos 1970 e 1980 em diante, confluindo pautas e aspirações. À época, elas forjaram-se como condutos para a efetivação dos princípios participativos propostos pela Constituição de 1988, implantados em resposta à pressão e à reivindicação populares. Mariana de Castro Moreira (2014) discute que a Carta Magna propulsionou e legitimou a participação cidadã tanto para a execução de políticas públicas quanto para a formulação destas, visando à garantia de direitos básicos e à sua universalização.

Integrando o campo das OSC brasileiras, temos a Rede Cidadã. Trata-se de uma entidade de assistência social que se apresenta como uma das primeiras organizações sociais a investir no trabalho social em rede. Desde 2002, ela reúne empresas, órgãos públicos, organismos sociais e membras(es/os) voluntárias(es/os) para desenvolver programas e projetos de forma continuada para a geração de trabalho e renda. Contando com sede em Belo Horizonte e atuação nacional, promove a inclusão social por meio da inserção, no mercado de trabalho, de jovens aprendizes e estagiárias(es/os), da população idosa, LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, entre outras(es/os), oportunizando a empregabilidade por meio de parcerias com diversas instituições e atores sociais.

Sua atuação na área de assistência social destina-se ao atendimento prioritário aos usuários descritos na Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em conformidade com o conjunto normativo que rege a Política Nacional de Assistência Social, a Rede Cidadã milita na causa da inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social promovendo a integração ao mundo do trabalho, com proteção social e garantia de direitos, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n. 33/2011. Tais informações estão disponíveis no *site* público da referida OSC.

A organização destaca como sua direção investir não apenas na formação técnica de quem participa de seus cursos, mas também no resgate de seus sonhos e em

seu desenvolvimento socioemocional. Com o *slogan* “Vida e trabalho, um só valor”, a OSC concebe que as duas perspectivas, vida e trabalho, devem caminhar juntas para promover a realização profissional e pessoal dos seres humanos. Desse modo, propondo-se a ofertar práticas às quais denominam “expansão da consciência”, que vão além da capacitação profissional, oferecem formação socioemocional a todas(es/os) as(es/os) suas(ues/eus) partícipes, promovendo uma preparação mais complexa para o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior probabilidade de permanência nesse espaço, à medida que buscam compreender as singularidades das histórias de vida das(es/os) educandas(es/os) e suas necessidades socioemocionais.

Neste artigo, fruto da pesquisa de doutoramento, que já passou pelo exame de qualificação de tese, intitulada *Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e inclusão social: articulações da Rede Cidadã*, de Jackeline Sibelle Freires Aires, temos como objetivo apresentar o trabalho da OSC e suas propostas de inovação como contribuições para o campo da economia criativa e sustentável. Com essa articulação, ensinamos integrar o debate acadêmico com o interior das empresas que se propõem a inovar no trabalho de inclusão social. Para tanto, apresentaremos um enxerto do que encontramos em uma pesquisa imersiva feita por Jackeline Aires no campo de um dos cursos de facilitação de colaboradoras(ies/es) ofertados pela OSC, denominado “Terapeutas de Expansão da Consciência” (TEX), visando apresentar sua proposta e trazer análises e reflexões sobre suas possíveis contribuições ao campo da economia criativa.

O estudo é fruto de uma cooperação em pesquisa entre a Rede Cidadã, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Laboratório afeTAR, unidade de desenvolvimento tecnológico da UERJ, e contou com três pesquisadoras(ies/es) no campo da Rede Cidadã em linhas de pesquisa diferentes. Duas pesquisadoras, Dandara Chiara Ribeiro Trebisacce e Fernanda Sansão Hallack, mediante o edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) n. 12/2020, de 15 de maio de 2020, para inovação do Programa de Mestrado em Controladoria e Gestão Pública da UERJ; e o presente estudo (*Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e inclusão social: articulações da Rede Cidadã*, de Jackeline Aires), vinculado ao Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que recebe incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Rede Cidadã, mediante concessão de bolsa integral para participação de Jackeline Aires no seu curso TEX.

Caracterizando melhor o Laboratório afeTAR, coordenado pela professora doutora Alexandra Cleopatre Tsallis, da UERJ, este é um coletivo de pesquisadoras(ies/es) de todo o Brasil, da área social, da psicologia e afins, que abarca desde graduandas(es/os) a doutoras(ies/es), com focos diversificados de pesquisa. Neste, desenvolvemos projetos com base em ideais e vontade de construção de um mundo no qual possamos caber e existir de diferentes formas, fomentando o engajamento social e apostando na inovação dos processos científicos, eticamente situados.

Para o trabalho de pesquisa deste artigo, a entrada no campo elegeu como metodologia os referenciais que vimos adotando no laboratório: o PesquisarCOM e

a Teoria Ator-Rede (TAR). O primeiro método foi postulado a partir dos desdobramentos dos estudos da professora doutora Márcia Moraes (2010), membro do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em estudos sobre deficiência e processos de exclusão social. A escrita de diários de campo foi orientada pela TAR, de Bruno Latour (2008; 2012; 2020), antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência francês, e um dos principais pensadores mundiais sobre a questão da sustentabilidade ambiental.

As duas abordagens tratam de um modo singular de fazer pesquisa, nas quais a(e/o) pesquisadora(ie/or) entra no campo como partícipe que partilha COM as(es/os) atoras(ies/es) pesquisadas(es/os), considerando tanto humanos quanto não humanos como atuantes na composição da sua descrição, que, por isso, são chamados “actantes na Teoria Ator-Rede”. Pesquisar COM tem mais a dimensão de um verbo que de um substantivo. Indica que para sabermos de determinada realidade, para sabermos mais sobre o curso TEX, por exemplo, é preciso acompanhar esse processo em ação, que se faz na prática cotidiana daquelas pessoas que a(e/o) vivenciam. Temos nomeado esse processo como “imersão”.

Também elegemos, enquanto política de nomeação dos participantes da pesquisa, trazer as autoras(ies/es) por nome e sobrenome no corpo textual do artigo — flexionando-os no feminino, em seguida na linguagem neutra (e/ie/es/ies) e finalmente no masculino — no intento de visibilizar a diversidade e enfatizar a equidade de gênero, fazendo um breve resumo biográfico das autoras(ies/es) fundamentais na nossa abordagem metodológica.

Acreditamos que estarmos atentas(es/os) a marcadores sociais da diferença que possa trazer contribuições aos movimentos sociais como possibilidade tangível de criar uma nova ordem social de pertencimento como uma aposta sustentável, conforme pesquisas de Alexandra Tsallis et al. (2020) no texto “Política de Nomes”. Elas contestam o costume de naturalizar o anonimato das(es/os) participantes das pesquisas, e, no trabalho citado, buscam “[...] explicitar caminhos alternativos que se comprometam metodologicamente com o próprio processo de pesquisar” (Tsallis et al., 2020, p. 183). Na mesma perspectiva, Monique Brito aposta na escolha política e na ética da escrita no feminino, pois “[...] durante muito tempo fomos nomeadas pelo masculino com a responsabilização da língua portuguesa por isso” (Brito, 2021, p. 14).

Assim, objetivamos, também, no presente trabalho, pensar a inclusão gerando notoriedade para a diversidade de corpos no contexto de uma OSC que se propõe à inclusão da população LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, em situação de rua, oriundas do sistema penal, entre outras(es/os), com uma ordenação que se propõe a questionar a hegemonia do masculino. Pretendemos que essas vozes participem ativamente deste processo de pesquisa, com base na argumentação de Ana Claudia Lima Monteiro, Maria Paula Borsoi Raimundo e Bárbara Gerard Martins (2019) de que devemos construir nossos dispositivos de pesquisa de forma a tomar nossas(es/os) *sujeitas(es/os)* como capazes de produzir agência.

Na mesma perspectiva, dialogamos com Heloisa Starling e Lilia Moritz Schwarcz (2006) acerca de raça, gênero, sexo, idade e classe enquanto categorias

classificadoras que podem ser assimiladas como construções locais, históricas e culturais. Afetam tanto a ordem das representações sociais quanto desempenham interferência real no mundo, por meio da produção e da reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais. À vista disso, os “marcadores sociais da diferença” não constituem sentido apenas isoladamente, mas principalmente por meio da relação que estabelecem entre si. “Na verdade, tais marcadores servem para estabelecer *relações de relações*” (Starling; Schwarcz, 2006, p. 219, grifo nosso).

Em conclusão, marcar tais distinções no presente trabalho faz transbordar o campo no texto para podermos, academicamente, problematizar novas epistemologias que não invisibilizem a diversidade de pessoas que contribuem para o debate acadêmico.

REFLEXÃO

De acordo Gilson Dobbin (2022), em matéria no Portal da Câmara dos Deputados, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas da população LGBTQIA+. O *Atlas da Violência 2021*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um estudo de Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho (2017) indica que a violência é a principal causa de morte na faixa entre 15 e 29 anos, perfilando a metade dos homicídios que acontecem no país. Em acréscimo, as altas taxas de suicídio de jovens entre 15 e 29 anos constituem um importante problema de saúde pública no mundo e no Brasil, em que chama atenção a sua aceleração nos últimos anos, especialmente nos grupos em situação de maior vulnerabilidade, conforme o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2021), apurado a partir de dados que abrangem o intervalo entre 2010 e 2019.

Esses são só alguns exemplos, entre tantos outros infelizes. Queremos essas pessoas vivas, saudáveis, plenas! Fazemos ressonância com o pensamento de Emerson Merhy, médico sanitário e pesquisador brasileiro: “Qualquer vida vale a pena ser vivida. E a vida tem que ser radicalmente defendida” (Rede Unida, 2011, s/p). O Brasil convoca essa necessidade.

No cenário de inclusão brasileiro, pessoas com deficiência apresentaram, em 2019, taxas de participação de 28,3% e de formalização de 34,3% no mercado de trabalho, números muito menores do que as das pessoas sem tal condição (66,3 e 50,9%, respectivamente), sendo a taxa de desocupação observada nesse contingente (10,3%) maior do que a verificada entre as pessoas sem deficiência (9%) (IBGE, 2022). Ainda sobre a inclusão no mundo do trabalho, a população com 65 anos ou mais, de acordo com o Censo de 2022, em um estudo conduzido por Irene Gomes e Vinícius Britto (2023), cresceu 57,4% em 12 anos, e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2060 teremos mais idosas(es/os) do que jovens em nosso país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), elaborada pelo IBGE e utilizada por Amanda Silva, no trabalho que discute sobre as(es/os) idosas(es/os) no mercado de trabalho, aponta que estas(ies/es) compõem o grupo com menor participação (Silva, 2024). Quanto às(es/os) jovens, Vitor

Abdala (2020) apresenta que a taxa de desemprego das(es/os) brasileiras(ies/os) entre 18 e 24 anos ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período.

De acordo com a discussão de Adriane Shibata Santos et al. (2023), a inclusão social é entendida pela existência de uma sociedade da qual as pessoas fazem parte. Porém, nem sempre essa sociedade entende e acolhe a diversidade inerente a cada pessoa e acaba por excluir quem seja considerada(e/o) “diferente” (Santos et al., 2023). Assim, refletindo com Sofia Favero (2022), passamos por uma intensa formação para aprender a não dar respostas simples a problemas complexos, por que diante da diversidade seria diferente?

Nessa perspectiva, ingressamos no curso de facilitação “Terapeutas de Expansão da Consciência” (TEX), de iniciativa da OSC Rede Cidadã, para vivenciar suas práticas de aprofundamento e os desdobramentos dos seus efeitos. Esse trabalho de capacitação é oferecido pela organização a suas(es/eus) parceiras(ies/os) e colaboradoras(ies/es) na intenção de compor para seu autoconhecimento e desenvolvimento como multiplicadores da técnica nas linhas de atuação da instituição. Assim, identificamos que a organização investe no que denomina “expansão da consciência”, visando à maior eficácia de seu trabalho de inclusão social.

Tal empenho tem como fundamentação o potencial que o processo de aprimoramento pessoal tem de transformar a realidade social das(es/os) atendidas(es/os), ao trabalhar sua expansão sensitiva e reflexiva, despertando no corpo a expressão das “[...] emoções e suas energias, a intuição e o pensamento integrados, os efeitos da ancestralidade, a reconexão com a natureza e a linguagem generosa da não violência consigo mesmo e com os outros” (Curadoria TEX, 2020, p. 1)¹. Assim, a OSC incorpora em sua proposta metodológica a promoção da integração existencial do participante, “[...] orientada para o aumento do nível de consciência do modo de pensar, sentir, agir, ser e estar, buscando trazer modificações intensas e profundas na maneira de perceber a vida, as relações e a si mesmo” (Curadoria TEX, 2020, p. 3).

A entrada no campo de pesquisa também mostrou que o TEX agrega às suas reflexões diversas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), auxiliares na promoção do cuidado na rede pública de saúde brasileira. As PICS vêm sendo utilizadas, sobretudo, nos serviços de Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS), que são a porta de entrada de usuários na perspectiva da prevenção de agravos e promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção primária para o cuidado continuado, humanizado e integral (Brasil, [s.d.]b). Uma das concepções centrais dessa abordagem é de uma visão ampliada do processo saúde e doença, oriunda de práticas milenares, por exemplo, a Medicina Tradicional Chinesa. Nesse sentido, estamos associando-a com a ideia de se tratarem de recursos que resgatam saberes ancestrais, tanto advindos de nossa cultura quanto de outros países.

¹ Presente no texto de apresentação impresso no material didático de uso interno ofertado pela Curadoria do TEX a alunas(es/os) do curso.

Oferecendo recursos ampliados em atenção e prevenção, como acupuntura, fitoterapia, arteterapia, biodança, entre outros, apresentam alternativas à medicalização, proporcionando aplicações de autocuidado, participação em práticas coletivas, troca de saberes e demais estratégias capazes de colaborar com o processo de reconstrução de modos de viver. A maioria dos recursos utilizados busca resgatar a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade. Trazendo um exemplo vívido do campo de pesquisa, em um dos módulos do TEX, ocorreram práticas de Tai Chi Chuan, nas quais, em grupo, de pés descalços, exercitamos o corpo fazendo algumas posturas de animais da natureza. Sempre com o convite de manter a atenção na respiração.

Em um estudo de revisão sistemática de Fernanda Costa, Rosangela Greco e Neusa Alexandre (2018), discutindo os benefícios do Yoga, uma PICS ofertada no SUS e trabalhada no TEX, encontramos melhorias de aspectos psicossociais, sintomas físicos, estresse, ansiedade, tensão, depressão, irritabilidade, disfunção social, concentração, resistência e equilíbrio, e aumento do conforto, calma, alegria, clareza, quietude, energia, bem como uma diminuição do uso de medicamentos. A OSC, também buscando certificar-se do alcance de seus resultados em seu público amplo, constatou maior tempo de permanência no emprego pelas pessoas atendidas em seus cursos de formação socioemocional, conforme apurações empíricas ao longo de um ano com grupos de controle, segundo Fernando Alves (Alves et al., 2021), diretor executivo e um dos fundadores da Rede Cidadã.

Assim, o TEX busca sensibilizar para a expansão da consciência como um mergulho interior, que pode fazer transbordar seus benefícios às(es/aos) demais. A curadoria do curso pontua que busca trabalhar os movimentos necessários para a expansão da consciência pessoal, profissional e da presença existencial de cada uma(ume/um) no mundo. Esse rastro de atuação chamam “legado”. Propõem-se que novas(es/os) profissionais sejam capazes de fazer da gestão com pessoas um caminho de expansão da consciência pessoal e profissional, de expansão das empresas e dos negócios. E afirmam: “Só quem expande a consciência transforma a realidade, a vida pessoal e a empresa onde trabalha” (Curadoria TEX, 2020, p. 1).

Portanto, conforme a OSC, investir na expansão da consciência de suas(es/eus) colaboradoras(ies/es), e contiguamente das(es/os) usuárias(es/os), por meio das práticas aprendidas, configuraria-se como um caminho oportuno para expandir o trabalho de inclusão social, na medida em que as(es/os) educandas(es/os) estariam mais habilitadas(es/os) e com mais recursos para transformar sua realidade. Alia-se a isso a importância da continuidade em projetos e gestão social, conforme demonstra o trabalho de Dandara Chiara Ribeiro Trebisacce (2023), mestra em Gestão Pública que teceu estudo de dissertação sobre a Rede Cidadã. Segundo ela, devem ser estabelecidos capacitação continuada, mediação com as oportunidades de trabalho, acompanhamento pós-contratação e atuação da equipe nos casos de ruptura dos contratos de trabalho. Em outras palavras, uma formação duradoura, com convivência, apoio e monitoramento, capaz de resgatar e fortalecer os vínculos familiares, criando um ambiente de suporte ampliado de inclusão no círculo social e no mundo da geração de trabalho e renda (Trebisacce, 2023).

Com essa finalidade, foi criada pela Rede a “Trilha de Desenvolvimento do Usuário e Família”. O núcleo central dela é a formação socioemocional e a articulação em rede, preparando as pessoas para a conquista da autonomia pessoal e financeira e a ampliação de seus recursos de suporte. Desse modo, no decorrer do percurso, firmam-se conexões de continuidade da carreira, desde o preparatório para ser jovem aprendiz e para o estágio até o emprego nas empresas parceiras. Um projeto duradouro que se constitui articulando a rede de atores locais, ligados à administração municipal, às políticas públicas de assistência social, ao Conselho da Criança e do Adolescente, a outras organizações sociais e às empresas parceiras.

Essas frentes de atuação, seu efeito multiplicador, são capazes de gerar convergência, de confluir corpos, vidas, experiências, recursos, configurando novos sistemas, novas trocas econômicas, culturais e simbólicas. Como nos ensina Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, lavrador, poeta, professor, ativista político ambiental, quilombola e de direitos pelo uso da terra: “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida” (Santos, 2023, p. 4-5).

Embora a Rede Cidadã não utilize o conceito de confluência em sua ementa do TEX, suas práticas e premissas metodológicas exemplificam-na ao enfatizarem a importância de nos integrarmos. Nesse sentido, a OSC intenta que as relações socioculturais e a economia confluam, salientando a necessidade de ampliar as bases desenvolvimentais de quem trabalha com inclusão social, por isso promovendo práticas para a conexão pessoal e ambiental.

A articulação em rede pretende criar condições para a sustentabilidade de um projeto social duradouro, capaz de viabilizar o apoio contínuo para a formação pessoal, a inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento de carreira profissional. Aos poucos, as redes de geração de trabalho e renda estabelecem e multiplicam conexões com o ecossistema local, criando caminhos para novas alternativas de trabalho e renda a partir de conceitos e práticas da economia criativa e sustentável.

CONCLUSÃO

Em um cenário social com tantas dificuldades de acesso e desigualdades como o brasileiro, entidades de assistência social como a Rede Cidadã podem exercer papel estratégico. Conforme Mariana de Castro Moreira (2014, p. 64), “hoje frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores passam a atuar e a fazer parte do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas [...]”, em contraste com o cenário dos anos 1960 e 1970, no qual as fronteiras entre o Estado e os demais entes eram mais delimitadas.

Ainda segundo Mariana de Castro Moreira (2014, p. 63), “experiências têm demonstrado que a atuação local e descentralizada destas organizações possibilita certa informalidade, agilidade e capilaridade muitas vezes não alcançada pela atuação estatal”. Evidentemente, essa privatização do público e transferência de atribuições fazem borrar as fronteiras entre público e privado, gerando novos problemas,

como o esvaziamento de coletivos de luta por direitos (Peroni, 2017). Contudo, essa se tornou inegavelmente a nova face da atuação democrática, operante numa lógica fluida de interconexão em rede em prol da solução de problemas, da racionalização de recursos e da superação de desafios.

Nesse cenário, a OSC Rede Cidadã empreende em contextos desafiadores, como empregabilidade de jovens, pessoas idosas, com deficiência, LGBTQIAP+ e outros grupos em situação de vulnerabilidade, confrontando as barreiras do capacitismo, do etarismo, da homofobia, entre outras. O enfrentamento de resistências, conflitos e preconceitos provoca a necessidade de constante articulação política interorganizacional e interdisciplinar, a qual a instituição especialmente se propõe com fim de produzir inovações, transferir tecnologias e adquirir protagonismo no campo assistencial brasileiro, conforme aponta Fernanda Sansão Hallack (2023), mestra em Gestão Pública que pesquisou a frente de atuação com jovens aprendizes na Rede Cidadã.

As práticas em expansão da consciência e o resgate de saberes ancestrais como possibilidades para o necessário trabalho de inclusão social buscam justamente testar os limites das restrições impostas, levantar as potencialidades e *insights* criativos de todos os envolvidos, ampliar o leque de possibilidades, conectar sensibilidades, saberes, formas de estar e de lutar no mundo. Formas essas que contam histórias, e que ao contar histórias suspendem o tempo apressado e monetarizado da dinâmica capitalista.

Esse adiamento é o que propõe Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, no qual sugere alternativas para o desenvolvimento, a conexão com a natureza e a ancestralidade na atualidade, como meios para nossa continuidade e sobrevivência. Segundo ele, nossa atual conjuntura cria ausências: “[...] do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história” (Krenak, 2020, p. 26-27).

Nessa perspectiva, o título da obra do ambientalista inspira o nosso trabalho, ilustrando a atuação da Rede Cidadã. O trabalho da OSC pode ser considerado também uma alternativa “para adiar o fim do mundo”, na medida em que convida a todas(es/os) ao encontro entre pares, a vivências coletivas em roda, a experiências na natureza e de cuidado junto às famílias e às instituições, entre outros aspectos. Arriscamos tecer essa metáfora de que estariam, então, de maneira inovadora, apresentando uma estratégia para adiar o fim do mundo, contando novas histórias com, pelo menos, 130.877 pessoas atendidas até o momento (Rede Cidadã, [s.d.]).

Somos parceiras(es/os) dessa ideia, pensando que se pudermos exercê-la de forma cada vez mais intensa e ampla, estaremos adiando o nosso fim, a destruição social e ambiental. A aposta de valorizar novos aspectos das práticas de inclusão permite a diversas(es/os) cidadãs(aes/aos) em vulnerabilidade contar suas histórias e construir novas histórias sobre si e sobre o mundo onde vivem, articulando redes para transformações sociais, que conectam saberes populares, organizações sociais e conhecimento técnico-científico para sustentabilidade econômica, social

e ambiental. Assim, o processo de inclusão social progressivamente contará novas histórias: de acesso a direitos, participação política e econômica, conquista de autonomia e cidadania. Segundo Krenak (2020), será contando novas histórias que “adiaremos o nosso fim”.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. **IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- AGUNE, Roberto. O governo no século XXI. *In*: AGUNE, Roberto; GREGÓRIO, Alvaro; NEVES, Ana; DIAS, Isabel de Meiroz; CARLOS, José Antônio; BOLLIGER, Sergio (org.). **Dá pra fazer: gestão do conhecimento e inovação em governo**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014. p. 22-33.
- ALVES, Fernando Almeida; CARVALHO, Maria Tatiana Pessoa Costa de; TSALLIS, Alexandra Cleopatre; AIRES, Jackeline Sibelle Freires. 20 years of “Rede Cidadã”: education involving mind, body and emotions in the work for social inclusion. **International Journal of Human Sciences Research**, Editora Atena, v. 1, n. 5, p. 1-8, 2021.
- BOLLIGER, Sergio. Inovação depois da Nova Gestão Pública. *In*: AGUNE, Roberto; GREGÓRIO, Alvaro; NEVES, Ana; DIAS, Isabel de Meiroz; CARLOS, José Antônio; BOLLIGER, Sergio (org.). **Dá pra fazer: gestão do conhecimento e inovação em governo**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014. p. 34-49.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Tecnologia Social**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, [s.d.]. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html. Acesso em: 15 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil, 2010 a 2019. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 33, set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS**. Brasília: Ministério da Saúde [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pics/pics>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- BRASIL. Receita Federal. **Organização da Sociedade Civil (OSC)**. Brasília: Receita Federal, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRITO, Monique Araújo de Medeiros. **Retirância-mulher: uma epistemologia nordestina produzida COM as extravagâncias e assentamentos da vida**. 2021. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7383>. Acesso em: 1º jan. 2023.
- CHEDID, Samira. Economia Criativa: você sabe o que é? **Politize!**, 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/economia-criativa/?https://www.politize.com.br/e=&gad_source=1. Acesso em: 09 ago. 2024.
- COSTA, Fernanda Mazzoni da; GRECO, Rosangela Maria; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa. Ioga na saúde do trabalhador: revisão integrativa de estudos de intervenção. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 509-519, 2018. <https://doi.org/10.5327/Z1679443520180191>
- CURADORIA TEX. **[Material interno]**. Coordenação do curso de formação de terapeutas da expansão da consciência, 2020.
- DOBBIN, Gilson. Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+; CLP aprova Seminário sobre o tema. Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema>. Acesso em: 30 out. 2024.

“Ideias para adiar o fim do mundo”: estratégias da Rede Cidadã para uma economia sustentável

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>

FAVERO, Sofia. “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des)cisgenderizando o cuidado em saúde mental. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. e226613, 2022. <https://doi.org/10.1590/18094449202200660013>

GOMES, Irene; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência de Notícias - IBGE**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 29 mar. 2024.

HALLACK, Fernanda Sansão. **Rede Cidadã: rede sociotécnica em ação em prol do Programa Jovem Aprendiz**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Gestão Pública) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. n. 47. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em: 2 ago. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência**. Porto: Afrontamento, 2008. p. 39-61.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador; Bauru: EDUFBA; EDUSC, 2012.

MONTEIRO, Ana Claudia Lima; RAIMUNDO, Maria Paula Borsoi; MARTINS, Bárbara Gerard. A questão do sigilo em pesquisa e a construção dos nomes fictícios. **Psicologia, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 157-172, 2019. <https://doi.org/10.26864/pcs.v9.n2.6>

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virginia (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 26-51.

MOREIRA, Mariana de Castro. **“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?”: Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia**. 2014. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? **Movimento-revista de educação**, n. 5, 2017. <https://doi.org/10.22409/mov.v0i5.32611>

REDE CIDADÃ. **Metodologia de atuação**. Rede Cidadã, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redecidada.org.br/metodologia-de-atuacao/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

REDE UNIDA. **“Quem são os anormais da hora?”**. Rede Unida, 2011. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/noticia/quem-sao-os-anormais-da-hora>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SANTOS, Adriane Shibata; DICKIE, Isadora; CAVALCANTI, Anna Luíza de Sá; PFEIFFER, Karla. Projeto BRINEQUO: fomentando sustentabilidade e inclusão social em atividades de ensino e extensão. **Plural Design**, Joinville, v. 6, n. 1, p. 112-122, 2023. <https://doi.org/10.21726/pl.v6i1.2186>

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Amanda. **Idosos no mercado de trabalho: Entenda o cenário, vantagens e como inclui-los**. Sólides, 2024. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/idosos-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo canções e arriscando um refrão. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 210-233, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p210-233>

TREBISACCE, Dandara Chiara Ribeiro. **Letrilhamento: tecnologia social para o trabalho em rede**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Gestão Pública) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

TSALLIS, Alexandra Cleopatre; ALMEIDA, Beatriz Prata; MELO, Rafaelle Cristine Diogo; BREDARIOL, Tereza de Magalhães. Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 10, n. 1, p. 184-204, 2020.

WATANABE, Jefferson Yuji; BORGES, Larissa de Moraes Barbosa; GUILHERME, Luciana. Economia criativa: um olhar cronológico. **Diálogo com a economia criativa**, v. 9, n. 25, 2024.

Sobre os autores

Jackeline Sibelle Freires Aires: Doutoranda (segundo ano) e Mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Fernanda Sansão Hallack: Mestre em Controladoria e Gestão Pública/Mestrado para Inovação – CNPq nº 12/2020.

Danielly Pierre Procopio da Rocha: Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sonalle Cristina de Azevedo da Fonseca: Doutoranda (primeiro ano) e Mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Raiene Herculano Santiago: Discente da graduação em Psicologia (quinto período) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Rede Cidadã.

Contribuições dos autores: Aires, J. S. F.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Hallack, F. S.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Rocha, D. P. P.: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Fonseca, S. C. A.: Metodologia, Visualização, Escrita – Revisão e Edição. Santiago, R. H.: Visualização, Escrita – Revisão e Edição.



Cidade criativa à brasileira: potencial para o desenvolvimento sustentável

Brazilian approach to the creative city: potential for socially sustainable development

Andréa Virgínia Freire Costa^I , José Clewton do Nascimento^{II} 

RESUMO

Desde o final do século XX, a utilização dos recursos culturais da cidade vem sendo ampliada e expressa em vários discursos, destacando-se, entre eles, a ideia de cidade criativa, que foca no fortalecimento das indústrias criativas como estratégia para o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste artigo foi analisar a apropriação do termo “cidade criativa” no Brasil, quanto ao seu potencial para construir um modelo de cidade socialmente mais sustentável, que incorpore os sujeitos e os grupos criativos. Para isso, fez-se revisão bibliográfica sobre o conceito de cidade criativa e verificaram-se as propostas de implementação indicadas pelas cidades brasileiras nordestinas integrantes da Rede de Cidades Criativas da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). Os resultados apontam que essas cidades apresentam uma versão bastante recortada do conceito; entretanto, apontam estratégias para a implementação de cidade criativa que consideram os grupos sociais do setor criativo e visam à promoção do desenvolvimento social, o que pode contribuir para delinear um conceito de cidade criativa mais inclusivo.

Palavras-chave: Cidade criativa. Rede de Cidades Criativas da Unesco. Movimentos sociais. Desenvolvimento sustentável. Brasil.

ABSTRACT

Since the end of the 20th century, the use of the city's cultural resources has been expanding and expressed in various discourses. Among which, the idea of a creative city stands out, that focuses on the strengthening and development of creative industries as a strategy for urban development. The objective of this article is to analyze the appropriation of the term creative city in Brazil, regarding its potential to design a more socially sustainable city model that incorporates creative individuals and groups. To achieve this, a bibliographic review of the creative city concept was conducted and the proposals for the implementation suggested by the northeastern Brazilian cities that are members of the UNESCO Creative Cities Network were examined. The results indicate that these cities present a greatly reduced version of the concept; however, the proposed strategies for the implementation of a creative city consider social groups within the creative sector and aim to promote social development, which can contribute to outlining a more inclusive concept of a creative city.

Keywords: Creative cities. Unesco Creative Cities Network. Social movements. Sustainable development. Brazil.

^IUniversidade Federal do Rio Grande do Norte/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Natal (RN), Brasil. E-mail: avfcosta@gmail.com

^{II}Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal (RN), Brasil. E-mail: jotaclewton@gmail.com

Recebido em: 24/07/2024. Aceito em: 02/10/2024

INTRODUÇÃO

No final do século XX, observaram-se a reestruturação econômica decorrente da desindustrialização dos países, o declínio urbano de grandes partes da cidade, a austeridade fiscal e a ascensão de governos neoliberais (Harvey, 1996; Vivant, 2012; Grodach, 2017). Paralelamente e relacionado a isso, a crise do planejamento urbano de matriz modernista (Maricato, 2015) se intensificou e, como consequência, a cultura passou a ser usada como meio para promoção do desenvolvimento urbano (Arantes, 2002; Yúdice, 2004; Grodach, 2017; Couto, 2023), o que pode ser chamado “empresariamento urbano” (Harvey, 2014).

Desde então, a utilização dos recursos culturais da cidade vem sendo ampliada e expressa em vários discursos, mostrando-se como uma influência de longa duração para as políticas urbanas e culturais (Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Entre esses discursos, destaca-se recentemente a ideia de cidade criativa (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022), que tem como um dos seus eixos o fortalecimento e o desenvolvimento das indústrias criativas, como estratégia para a cidade se reinventar dos pontos de vista urbano e econômico (Segovia; Hervé, 2022). O surgimento desse termo situa-se em um contexto de mudança econômica, em que a criatividade se configura como um recurso importante (Vivant, 2012), com a ascensão das atividades criativas, que compõem o campo da economia criativa (Unctad, 2012).

O termo “cidade criativa”, apesar de inicialmente ter sido recebido com severas críticas no meio acadêmico (Peck, 2005; Scott, 2006; Grodach, 2017), foi sendo incorporado por políticos e planejadores urbanos em todo o mundo e encontra-se em ampla circulação (Duxbury *et al.*, 2012; Vivant, 2012; Pratt, 2017), tendo sido construído de forma empírica e conceitual, a partir de aplicações realizadas em diferentes contextos (Duxbury *et al.*, 2012; Segovia; Hervé, 2022).

Mas o que seria uma cidade criativa? Diversos autores são unânimes em apontar a imprecisão do termo (Peck, 2005; Scott, 2006; O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1); ou as diversas acepções e formas de aplicação desse conceito (Reis; Urani, 2011; Vivant, 2012; Segovia; Hervé, 2022). Por vezes, está ligado à atração da classe criativa e ao fomento da economia criativa (Florida, 2011; Landry, 2012a); em outras, ao que uma boa cidade deveria ser, relativo à diversidade e à urbanidade (Landry; Bianchini, 1995; O’Connor; Shaw, 2014); há ainda a perspectiva que parte do potencial transformador dos artistas para a vida cultural urbana (Miles, 2012; Grodach, 2017); e, por fim, a referência ao uso da criatividade para desenvolvimento social e econômico sustentável (Vivant, 2012; Unesco, 2020; Segovia; Hervé, 2022).

Tendo isso em vista, considerou-se como objetivo geral deste trabalho analisar a incorporação do termo “cidade criativa” no contexto brasileiro, enquanto potencial de contribuição para construir um modelo de cidade socialmente mais sustentável, que incorpore os sujeitos e os grupos criativos. Para isso, inicialmente descreve-se o surgimento do termo, sua difusão e busca de operacionalização, bem como o quadro atual e as possibilidades advindas desse conceito. Em seguida, apresenta-se

o percurso do conceito de cidade criativa no Brasil, abordando os conflitos relativos ao termo, bem como se analisam as proposições feitas por seis cidades criativas, localizadas no Nordeste brasileiro¹. Por fim, expõem-se as considerações finais a partir da pesquisa realizada.

CIDADE CRIATIVA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

Breve histórico sobre as cidades criativas

O termo “economia criativa” foi usado pela primeira vez em 2001, nas obras dos economistas John Howkins e David Throsby (Reis, 2006). A partir dessa década, observou-se a consolidação e a popularização do termo “economia criativa”, principalmente pela sua adoção por agências internacionais como Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e Unctad (United Nations Conference on Trade and Development) (Miguez, 2007).

No Brasil, o Ministério da Cultura (Minc) buscou solidificar um entendimento nacional no Plano da Secretaria de Economia Criativa (2011), ao trazer que: “Os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (Brasil, 2011, p. 22).

A compreensão sobre economia criativa, além de revelar o lugar que a cultura passou a ocupar no mundo contemporâneo, ajuda a compreender o quanto ela passou a ditar políticas públicas. Como coloca Yúdice, “a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica” (2004, p. 25), ou mais especificamente, “enquanto recurso para se atingir um fim” (2004, p. 52). Desse modo, observa-se o uso da cultura como “cura para todos os males”: melhorar as condições sociais, estimular o crescimento econômico, criar empregos e promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Essa centralidade da cultura e a ascensão da criatividade como um recurso a ser incorporado nas mais diversas áreas, ao serem relacionadas ao planejamento urbano, irá embasar novas proposições sobre as intervenções no espaço urbano (Arantes, 2000; Fernandes, 2006; Seldin, 2016). Logo, junto às primeiras proposições acerca do termo “indústrias criativas” na Austrália e no Reino Unido nos anos 1990, irá surgir a ideia de cidade criativa. Assim, foi se estabelecendo uma íntima relação entre economia, cidade e cultura nos âmbitos acadêmico e empírico.

Os primeiros registros do termo “cidade criativa” aconteceram em dois eventos realizados em 1988, um no Reino Unido e outro na Austrália (Matovic; Del Valle, 2020/1). O termo “cidade criativa” apareceu também no estudo desenvolvido pelo urbanista inglês Charles Landry para Glasgow (1991), que tinha como objetivo

¹ Este artigo é parte da tese em andamento sobre o planejamento urbano embasado no conceito de cidade criativa, em cidades brasileiras integrantes da Rede de Cidades Criativas da Unesco, localizadas no Nordeste do Brasil (Salvador/BA, João Pessoa/PB, Fortaleza/CE, Recife/PE, Campina Grande/PB e Penedo/AL).

fomentar a economia considerando os aspectos culturais. Essa mesma ideia foi retomada pelo autor, em parceria com Franco Bianchini no livro *The creative city* (1995). Em 2002, o economista norte-americano Richard Florida lançou *The rise of the creative class*, em que trouxe a ideia de que a promoção do desenvolvimento econômico ocorre quando as cidades atraem a classe criativa (Florida, 2011). As ideias de Landry e Florida foram difundidas e postas em prática em palestras e consultoria em cidades feitas pelos autores, sendo construído nas perspectivas teórica e prática (Peck, 2005; Vivant, 2012; Matovic; Del Valle, 2020/1).

Contudo, esse primeiro momento foi também acompanhado por críticas, que apontavam gentrificação; competitividade econômica; instrumentalização da cultura e da arte; visão elitista sobre a classe criativa; negligência quanto à desigualdade e à pobreza; exclusão de culturas minoritárias; incoerências teóricas do conceito; e o uso do termo “cidade criativa” como *marketing* (Peck, 2005; Scott, 2006; Duxbury *et al.*, 2012; Vivant, 2012; Grodach, 2017; Pratt, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1).

A busca da operacionalização do conceito marca o segundo momento da cidade criativa. Um ponto fundamental foi a adoção do termo pela Unesco a partir de 2004, quando criou a Rede de Cidades Criativas (RCCU), composta atualmente de 350 cidades, que se candidataram nas áreas de artesanato e arte folclórica, design, cinema, gastronomia, literatura, artes midiáticas e música (Unesco, 2023). Define cidades criativas como “[...] aquelas que reconhecem a criatividade como estratégia de desenvolvimento sustentável [...] e colocam a criatividade e as indústrias culturais no centro dos seus planos de desenvolvimento no nível local e cooperam ativamente no nível internacional” (Unesco, 2020, p. 2).

Essa instituição desempenhou um papel central na propagação do modelo turístico-cultural de renovação pela Europa e por outros continentes, apresentando uma agenda que propõe a aliança entre cultura e desenvolvimento (Couto, 2023). Dessa forma: “a proposta de política da cidade criativa conseguiu se conectar com a perspectiva de desenvolvimento sustentável e, a partir disso, transitou em direção às agendas urbanas e culturais internacionais” (Segovia; Hervé, 2022, p. 8, tradução nossa). O conceito também foi adotado por outras agências internacionais, como a Unctad e o World Bank Group (Yúdice, 2004; Reis; Urani, 2011; Couto, 2023).

Neste artigo, mesmo considerando o debate sobre o termo “desenvolvimento sustentável” (Ratiu, 2013; Segovia; Hervé, 2022), adota-se a perspectiva da Unesco, que o entende como um crescimento que ocorre nas dimensões espacial, econômica e social; promove inclusão social e redução da pobreza; preocupa-se com a preservação do meio ambiente; busca criar um ambiente urbano vibrante e que proporciona bem-estar (Unesco; World Bank, 2021).

Com relação às contribuições ao conceito de cidade criativa, cumpre destacar a vasta produção de Landry (Landry, 2000; Landry; Hyams, 2012; Landry, 2012b) e diversas pesquisas baseadas em estudos empíricos (Evans *et al.*, 2006; Hartley *et al.*, 2012; Unesco; World Bank, 2021; Montalto *et al.*, 2023), que buscaram operacionalizar o conceito, indicando estratégias para sua aplicação e apontando índices para sua mensuração e avaliação da criatividade urbana.

Cidade criativa: um termo em disputa

A análise do termo “cidade criativa” em uma perspectiva cronológica permite afirmar que ele foi sendo paulatinamente incorporado por gestores urbanos e agências governamentais, notadamente na Europa Ocidental e na América do Norte (Miles, 2012; Pratt, 2017; Montalto *et al.*, 2023), suscitando um intenso debate acadêmico (Miles, 2012; Pratt, 2017; Montalto *et al.*, 2023), inclusive com a criação do campo de estudos da economia cultural e criativa, passando a ser pesquisado em universidades e centros de pesquisa, que instituíram programas de graduação e pós-graduação (Pratt, 2017).

Assim, verifica-se que o conceito está em circulação há mais de duas décadas e que: “Distante de uma moda passageira, o conceito de cidade criativa foi retomado por diversos tipos de cidades, apesar da crítica acadêmica aparentemente fatal, uma política com metas vagas e resultados políticos questionáveis” (Grodach, 2017, p. 82, tradução nossa).

Contudo, a partir das críticas feitas, ao longo do tempo os aspectos negativos relacionados à cidade criativa foram ficando cada vez mais evidentes e a necessidade de “estratégias mais multidimensionais, mais nuançadas, mais participativas, que sejam sensíveis às culturas e às diferenças locais e que prestem maior atenção à redistribuição de proveitos, são exigências em crescendo” (Duxbury *et al.*, 2012, p. 6). Diversos autores apontam que o conceito de cidade criativa está em evolução e que traz em si a possibilidade de outra abordagem sobre a arte e a cultura na cidade (Grodach, 2017; Vivant, 2012) ou mesmo a falar em uma cidade pós-criativa, na qual as produções artística e do cotidiano estabeleçam outras bases de existência urbana (Miles, 2012).

Assim, após mais de duas décadas de circulação, é possível verificar que a imprecisão do termo foi se transformando (e sendo transformada) em diferentes visões da cidade criativa, estando o termo ainda em disputa (O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Desse modo, “nos últimos anos houve uma mudança silenciosa no discurso da cidade criativa” (Grodach, 2017, p. 86, tradução nossa). A partir dos anos 2010, as críticas que apontavam os efeitos negativos da implementação da cidade criativa passaram a receber mais atenção (Matovic; Del Valle, 2020/1; Duxbury *et al.*, 2012) e a estratégia de aplicar o mesmo modelo, com foco no mercado internacional e nos fluxos globais, passou a não ser mais vista como única abordagem possível (Duxbury *et al.*, 2012).

Mais recentemente, observa-se a tentativa de reposicionamento da cidade criativa (O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022), pois o termo “funciona, em grande parte, como um significante vazio que depende de quem atribui significado a ele. Sendo assim, o uso positivo de seu potencial político é uma questão em disputa” (Segovia; Hervé, 2022, p. 11, tradução nossa).

A partir da literatura sobre o tema, entende-se que o foco inicial da cidade criativa ainda se encontra presente, porém o termo continua em evolução e atualmente está sendo colocado em uma perspectiva mais ampla, abrangendo aspectos anteriormente não contemplados, explorando formas alternativas de desenvolvimento

da política cultural urbana (Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Dessa forma, pode-se indicar alguns pontos de disputa do termo, que tem o potencial de conduzir a cidade criativa para caminhos distintos do que vem seguindo até o momento, mais alinhados à promoção do desenvolvimento sustentável. São eles:

- Necessidade de delinear estratégias abertas à participação e valorizando a diversidade cultural local, beneficiando aqueles economicamente desfavorecidos (Duxbury *et al.*, 2012);
- Desenvolvimento de estudos que abordam aspectos relacionados aos impactos negativos da cidade criativa (Duxbury *et al.*, 2012; Matovic; Del Valle, 2020/1);
- Surgimento do movimento *maker*, ligado à fabricação de produtos culturais em pequena escala e ao *creative placemaking* (intervenções urbanas pontuais feitas pela comunidade) (O'Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022);
- Visão mais ampla da cultura, para além de sua instrumentalização, considerando os atores envolvidos e sua forma de existência na cidade (O'Connor; Shaw, 2014; Segovia; Hervé, 2022);
- Busca de nova forma de governança (Duxbury *et al.*, 2012), combinando ações pontuais de curto prazo com outras de longo prazo (Segovia; Hervé, 2022);
- Fortalecimento da premissa do direito à cidade: seja relacionado à criatividade urbana (Segovia; Hervé, 2022); seja focado na comunidade e na inclusão (O'Connor; Shaw, 2014);
- Alinhamento do discurso de cidade criativa ao conceito de desenvolvimento sustentável (Segovia; Hervé, 2022).

Esses pontos de disputa do termo possibilitam o surgimento de novas perspectivas, mais abrangentes e multidimensionais (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1), que possibilitam voltar às raízes da cidade criativa (quanto ao aspecto da diversidade urbana), sem esquecer as estratégias operacionais construídas para tornar uma cidade criativa, assimilando as críticas feitas.

Em resumo, a literatura sobre o tema aponta que para responder às críticas feitas e se reposicionar, o conceito de cidade criativa deve: abarcar todo o espaço urbano, sem negligenciar aspectos como desigualdade social e econômica; alinhar-se aos princípios da sustentabilidade; respeitar os aspectos culturais locais, valorizando os indivíduos e os grupos efetivamente criativos (artistas, grupos artísticos e produtores culturais locais); estabelecer uma nova forma de governança, aberta à participação comunitária; considerar os aspectos inerentes à criatividade; em suma, garantir o direito à cidade (Duxbury *et al.*, 2012; O'Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1; Segovia; Hervé, 2022). A partir desse cenário, surge um questionamento: qual seria, então, o futuro da cidade criativa?

Caminhos possíveis para a cidade criativa

Inicialmente, quando formulado pelos seus precursores (Florida [2002]; 2011; Landry; Bianchini, 1995), o conceito estava intimamente ligado à estratégia de tornar

uma cidade atrativa para a classe criativa, por meio da criação de um espaço urbano atrativo e diverso. A aplicação dessa ideia ao redor do mundo esteve, na maior parte das vezes, alinhada ao pensamento de desenvolvimento urbano neoliberal, em vez de políticas voltadas ao apoio de atividades criativas e artísticas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017). Por outro lado, a apropriação do termo por agências internacionais remodelou o conceito para uma definição mais objetiva e alinhada ao desenvolvimento sustentável, possibilitando sua disseminação pelo mundo (Couto, 2023; Unesco, 2020).

Nesse sentido, Vivant (2012) ressalta a contribuição do conceito de cidade criativa para pensar sobre o espaço urbano, ao ressaltar o papel da cidade enquanto espaço da diversidade e do contraditório. Já Miles aponta para a emergência de “[...] uma nova aliança entre a produção artística e as culturas do cotidiano”, que pode ser “um ponto de partida para a cidade pós-criativa. [...] Existe, portanto, uma alternativa ao atual estado das coisas” (Miles, 2012, p. 26). Assim, haveria espaço para propostas de projeto urbano mais conectados à diversidade cultural e às necessidades locais, ambientais, sociais e economicamente sustentáveis e que não tenham como finalidade a mera apropriação dos recursos culturais na lógica neoliberal, mas que busquem a equidade social (Miles, 2012).

Harvey (1996) coloca que as abordagens neoliberais do planejamento urbano (à qual a cidade criativa comumente está alinhada) pode conduzir a um resultado que produza verdadeiro desenvolvimento urbano, ao afirmar que “[...] é uma questão aberta se o empresariamento urbano e a competição interurbana poderá conduzir ou não às transições socialistas e progressistas no futuro” (Harvey, 1996, p. 50).

Essa possibilidade advém de que, a despeito de todas as tentativas de transformar a arte e cultura em produtos a serem vendidos, a criatividade urbana não fica encerrada em locais pré-determinados e, dada a sua natureza, opera de um modo próprio (Vivant, 2012). A fim de explicar como a criatividade se estabelece na cidade, a autora lança mão do conceito de serendipidade, que “expressa o papel do acaso nas descobertas” (Vivant, 2012, p. 82). “A criatividade se alimenta da serendipidade, [...] das associações inéditas e dos encontros fortuitos [...]”, desse modo, “Um cenário formatado e planejado não viabiliza tal espaço do imprevisto” (Vivant, 2012, p. 83-84).

Em resumo, conforme coloca Fernandes (2006), de modo geral, duas relações são possíveis entre cidade e cultura: a de rompimento, pautada em um processo hegemônico de produção do espaço urbano, que entende os atributos culturais da cidade como objetos comercializáveis; e a de promessa, focada nas ações anti-hegemônicas de produção da cidade, estando ligado à premissa do direito à cidade. Essas esferas se mesclam, apresentando-se por vezes superpostas. As promessas vêm do tensionamento constante resultante das dinâmicas urbanas, cabendo destacar a relação de determinados grupos culturais com o território que ocupam e constroem; a ação de comunidades tradicionais frente à discussão da patrimonialização de lugares; e o que a autora chama de “urbanismo móvel”, derivado de atividades comerciais como feiras e similares. Partimos dessa perspectiva para a relação dual entre “cidade e cultura” para “cidade e criatividade”. Pode-se entender que o conceito

de cidade criativa, se até o momento vem sendo utilizado em uma perspectiva mercadológica de cidade, traz em si a possibilidade de um entendimento diferente, “pois a criatividade não se planeja nem se programa [...], ela nasce do atrito entre alteridade e encontros imprevistos” (Vivant, 2012, p. 87). Sendo assim, a relação entre cidade e criatividade poderia oscilar de ruptura (do tecido urbano) à promessa (quanto ao exercício do direito à cidade).

Portanto, quanto ao futuro da cidade criativa, “alcançar um novo horizonte ou o progressivo encurralamento até seu desaparecimento são duas possibilidades plausíveis que serão determinadas com o passar do tempo” (Segovia; Hervé, 2022, p. 12). Nesse sentido, passemos a analisar o conceito de cidade criativa no contexto brasileiro.

CIDADE CRIATIVA NO BRASIL: DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CLUSTERS CRIATIVOS

Percurso da cidade criativa no Brasil

A partir da literatura sobre cidades criativas no Brasil (Reis, 2006; Brasil, 2011; Reis, 2012; Teixeira, 2013; Barreto, 2016; Leitão, 2016; Barreto, 2018), verifica-se que o tema chegou ao país ladeado pelo conceito de economia criativa e posteriormente a ela. O debate sobre economia criativa no Brasil começa nos anos 2000 (Miguez, 2007; Reis, 2008; Barreto, 2016). Em 2011, o Minc criou a Secretaria de Economia Criativa e publicou o Plano da Secretaria da Economia Criativa (Barreto, 2018). Além disso, cabe destacar o surgimento e o progressivo aumento de cursos universitários no Brasil relacionados ao setor cultural (Costa; Pessoa, 2016). Esse panorama indicava o reconhecimento da importância da economia criativa brasileira e a busca do fortalecimento do seu setor criativo (Reis, 2012; Barreto, 2018), mas não prosperaram como esperado. Ademais, em 2016, com a extinção do MinC e o dismantelo das políticas culturais brasileiras, houve enfraquecimento na pauta cultural no geral, incluindo a economia criativa (Rubim, 2017).

Se junto à pasta da cultura o termo “cidade criativa” encontrou dificuldades, ao se pesquisar junto ao Ministério das Cidades, verifica-se que nos seus programas, o termo “cidade criativa” permanece ausente. Ao que parece, a discussão sobre cidade criativa no Governo Federal do Brasil, que inicialmente apareceu sob a esfera do Minc (Reis, 2012; Barreto, 2016), foi levada para o Ministério do Turismo (Mintur) em 2019, quando o Minc foi rebaixado à secretaria do Mintur. Assim, de algum modo, a instabilidade do Minc reflete-se na indefinição sobre o campo da economia criativa e, por conseguinte, do conceito de cidades criativas. Hoje, ele encontra-se difuso nas pastas da cultura e do turismo (Brasil, 2011; Brasil, 2013; Brasil, 2022) e não reflete o conceito e os objetivos da Unesco relativos ao desenvolvimento sustentável.

A disseminação do termo no Brasil ocorreu de forma lenta, sendo apontada a necessidade de adequação ao contexto brasileiro (Barreto, 2018; Emmendoerfer, 2018). Assim, “[...] produziremos não só um conceito diferente, mas a criação de políticas que valorizem a cultura brasileira em seus diversos aspectos e, principalmente, em suas características originárias, que são os povos indígenas e africanos” (Barreto, 2018, p. 32).

A partir dos estudos analisados relativos ao Brasil, verifica-se que, ao tratar de cidades criativas, há três caminhos possíveis para o reconhecimento de uma cidade como criativa. Primeiro, aquele feito pela gestão municipal e usado como propaganda, baseada em critérios relativos ao setor criativo ou não. Ocorre também quando os estudiosos do tema aferem às cidades, considerando o conceito de cidade criativa ou a existência de uma economia criativa forte; ou mesmo pela trajetória da cidade, quanto ao uso dos ativos criativos e culturais da cidade na reestruturação urbana, mesmo que a cidade não se intitule, nem se reconheça como tal. E, por fim, há a atribuição dada pela Unesco, a partir da inserção das cidades na RCCU.

Ao analisar esse conceito no Brasil, sem se circunscrever às cidades que integram a RCCU, Barreto (2018) indica que as cidades criativas brasileiras podem estar ligadas ao:

- Aspecto histórico e patrimonial: apresentam territórios criativos e elementos culturais que podem ser utilizados a favor do turismo, como a cidade de Paraty, com a Feira Internacional de Literatura (FLIP);
- Aspecto econômico: a cidade usa a cultura e a criatividade como ativo econômico. Contudo, quanto aos elementos culturais tradicionais, como dança e música, seria necessária subvenção estatal; já os bens e serviços criativos (como a moda e os jogos eletrônicos) compoariam setores criativos rentáveis;
- Aspecto urbano: relacionado ao que se chama de “planejamentos urbanos criativos”, derivados de ações de transformação urbana, marcada por requalificação de fachadas e ruas, de novas centralidades, ao que se seguem processos de gentrificação (Barreto, 2018).

Isso posto, considera-se que, seja quanto à dimensão conceitual, seja quanto ao objeto de estudo empírico, delinea-se, no Brasil, um campo marcado pela imprecisão e pela confusão de termos e exemplos concretos quanto à cidade criativa.

Cidade criativa no Brasil: conflito e fragmentação

No Plano da Secretaria da Economia Criativa, não há menção ao termo “cidades criativas”, que só aparece em um texto complementar escrito por Fonseca (2011). Ao abordar as metas, o plano refere-se aos territórios criativos, definidos como “bairros, polos produtivos, cidades e bacias criativas”, sobre os quais serão desenvolvidas ações para “potencializar a geração de trabalho, emprego e renda” (Brasil, 2011, p. 42). Já o Plano Nacional de Cultura conceitua território criativo como “bairros, cidades ou regiões que apresentam potenciais culturais criativos capazes de promover o desenvolvimento integral e sustentáveis, aliando preservação e promoção de seus valores culturais e ambientais” (Brasil, 2013, p. 38). Ressalta também que os territórios criativos compreendem as indústrias culturais clássicas (atividades artísticas) e os novos setores (atividades criativas, como propaganda e arquitetura). Por sua vez, Fonseca (2011) aponta que território criativo diz respeito tanto a determinado espaço criativo quanto a uma cidade.

Esse conceito está relacionado a *clusters* criativos, definidos como áreas dentro das cidades, onde ocorre a produção e o consumo dos produtos culturais (Reis, 2011). Esses locais teriam a função de moradia e de espaço de trabalho, estando sempre abertos para o trabalho e o lazer; apresenta um entorno com diversidade cultural local, mas também está conectado ao mundo. Considerando o ciclo econômico da economia criativa, composto de produção, distribuição e consumo, os *clusters* criativos seriam o espaço onde esse fluxo começa a ocorrer de forma mais intensa, proporcionando o estabelecimento de um setor criativo (Reis, 2006). Nesse entendimento, “os *clusters* podem ser entendidos como um primeiro passo rumo ao que os autores caracterizam por cidade criativa” (Teixeira, 2013, p. 37).

Similar ao conceito de *cluster criativo*, aparecem na literatura nacional os distritos criativos, apresentados como “espaços urbanos onde existe uma expressiva concentração de negócios e atividades criativas [...]. A localização de tais distritos normalmente se dá em zonas que antes estavam degradadas ou abandonadas” (Testoni; Wittmann, 2019, p. 21). Esses espaços podem ser espontâneos ou criados; caracterizam-se pelo uso misto para moradia, lazer e trabalho; e têm a diversidade como uma característica fundamental. As autoras indicam a existência de alguns desses espaços no Brasil, como o Distrito C e a Vila Flores, em Porto Alegre (RS); e o Centro Sapiens, em Florianópolis (SC).

No âmbito governamental, a recomposição da pasta cultural e as ações dela derivadas, como a anunciada criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC), podem propiciar a retomada do fomento à economia criativa no Brasil e, conseqüentemente, do avanço quanto às cidades criativas, via pasta da cultura (Brasil, 2024). Por outro lado, junto ao Mintur observa-se atualmente o incentivo à inserção das cidades na RCCU, tendo sido criada em 2023 a Rede Brasileira de Cidades Criativas (RBCC) (Brasil, 2022).

Hoje, o Brasil é o terceiro país com mais cidades criativas (Brasil, 2023), sendo a inserção na rede uma das metas do Plano Nacional de Cultura. Entretanto, cumpre destacar que “[...] é possível perceber que a condução de algumas cidades criativas brasileiras está viabilizando ações reducionistas, priorizando a dimensão econômica em vez de uma abordagem amplificada e multidimensional da criatividade, ou seja, desvirtuando-se dos seus propósitos de tornar-se uma cidade criativa” (Silva; Muzzio, 2023, p. 214).

Esse e outros estudos realizados sobre as cidades brasileiras integrantes da RCCU concluem que elas apresentam efeitos negativos, tais como: não respeitar a identidade cultural local; promover a gentrificação; haver falhas em implementar uma boa governança; e não atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável preconizados pela Unesco (Cardoso *et al.*, 2016; Barreto, 2018; Pinheiro; Ipiranga; Lopes, 2023; Siqueira; Lucas, 2023).

Esses impactos repercutem, em última instância, nos sujeitos e grupos criativos. Isso porque a criatividade urbana se alimenta dos aspectos intangíveis urbanos, como práticas culturais, manifestações artísticas e estilo de vida. E é o sujeito criativo quem desenvolve um papel fundamental para o ambiente criativo dos espaços

urbanos, pois é ele quem “através do seu próprio corpo, revitaliza os bairros e a economia local [...] Um corpo que se *clusteriza* em determinados centros urbanos e que, justamente, por conta disso, e sem saber bem disso, aciona processos de gentrificação, exclusão e higienização” (Barreto, 2018, p. 33).

Esse processo não ocorre de forma pacífica e o discurso de cidade criativa não consegue se impor de forma homogênea: o embate entre os agentes urbanos (promotores imobiliários, proprietários fundiários, Estado, grupos de artistas, cidadãos) vem ocorrendo (Cardoso *et al.*, 2016; Barreto, 2018; Pinheiro; Ipiranga; Lopes, 2023). Os estudos frequentemente apontam as tensões advindas da implementação da cidade criativa. Verifica-se ainda que esses conflitos advêm da oposição entre duas facetas de cidades criativas, presentes de forma ainda mais clara nas cidades brasileiras: uma almejada e planejada pelas empresas e pelo setor público, resultado de altos investimentos financeiros e grandes projetos; e outra espontânea, composta dos sujeitos criativos da cidade e decorrentes de suas microações.

Desse modo, é possível compreender a decisão do Minc em trabalhar com a ideia de territórios criativos, bem como conceitos como *clusters* ou distritos criativos. Em se tratando de um conceito que não é uniforme, a seleção de elementos a serem aplicados é esperada. Portanto, no Brasil, uma vez constatada a impossibilidade de adoção da ideia de cidade criativa como um todo, cria-se uma versão brasileira da cidade criativa, que será marcada pela desigualdade urbana, social e econômica. Assim, para um país com profundos conflitos econômicos e sociais, a distância entre o conceito e sua aplicação será ainda maior do que ocorre na Europa e na América do Norte, sendo a escolha do que será implementado ou descartado pautado por esse contexto.

Cidade criativa à brasileira

No Brasil, há no momento 14 cidades integrantes da RCCU, sendo seis delas na região Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1. Cidades criativas brasileiras na Rede de Cidades Criativas (com destaque para as localizadas no Nordeste do Brasil).

Ano do ingresso na RCCU	Cidade	Área – Cidade criativa
2014	Curitiba (PR)	Design
2014	Florianópolis (SC)	Gastronomia
2015	Santos (SP)	Cinema
2015	Belém (PA)	Gastronomia
2015	Salvador (BA)	Música
2017	Paraty (RJ)	Gastronomia
2017	Brasília (DF)	Design
2017	João Pessoa (PB)	Artesanato e artes populares
2019	Belo Horizonte (MG)	Gastronomia
2019	Fortaleza (CE)	Design
2021	Recife (PE)	Música
2021	Campina Grande (PB)	Artes midiáticas
2023	Penedo (AL)	Cinema
2023	Rio de Janeiro (RJ)	Literatura

Fonte: os autores, a partir de informações do sítio eletrônico da Unesco (2024).

A identificação de algumas ações adotadas pelas cidades criativas brasileiras reforça nosso argumento de que, no Brasil, a apropriação do conceito de cidade criativa se dá pelo recorte e uso de algumas estratégias: realização de eventos (Flip, em Paraty/RJ); implementação de equipamentos culturais (Rio de Janeiro/RJ); criação de distritos criativos (Florianópolis/SC); incremento do turismo baseado nos ativos culturais (Belo Horizonte/MG); e incorporação como política pública de ações espontâneas dos sujeitos criativos e das práticas culturais tradicionais (Belém/PA).

Entretanto, retomando os caminhos possíveis para o futuro do conceito de cidade criativa, seja um novo formato, seja seu desaparecimento (Segovia; Hervé, 2022), as contradições urbanas presentes nas cidades criativas brasileiras muitas vezes estão relacionadas às ações anti-hegemônicas do processo de produção da cidade, mais alinhadas ao direito à cidade (Fernandes, 2006). Por isso mesmo, essas cidades contêm em si o potencial de desenvolvimento de outra proposta de cidade criativa, se não completamente distinta dos modelos de desenvolvimento urbano neoliberal, mas que reconheça essas tensões sociais, incorporando a participação dos movimentos sociais, especialmente dos grupos e dos sujeitos que desenvolvem atividades criativas, e assim possibilitar o desenvolvimento social e urbano sustentável.

Focando nas cidades do nosso recorte espacial (Nordeste brasileiro), procedemos à observação das estratégias indicadas por essas cidades criativas no ato de sua candidatura, como sendo sua contribuição à RCCU (disponíveis no sítio eletrônico da Unesco). Cada cidade indicou entre 4 e 7 metas almejadas, entre elas: criação de espaços culturais ou de serviços criativos; realização de mostras, feiras e eventos internacionais para cidades integrantes da RCCU; desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da RCCU; proposição de ações relacionadas ao planejamento urbano; e realização de diagnósticos para mapeamento da criatividade local.

Após essa primeira análise, focamos nas propostas que podem contribuir para a implantação de uma cidade criativa que reconheça os movimentos sociais e que utilize a economia criativa e suas redes de modo a promover o desenvolvimento social. Assim, buscou-se identificar as propostas que tivessem por objetivo final: a criação e o fortalecimento de sujeitos e grupos criativos; o reconhecimento e a valorização das singularidades locais; ou indicasse como objetivo o desenvolvimento sustentável. Foram identificadas as seguintes proposições:

- Campina Grande/PB: compartilhar novas metodologias para o mapeamento da economia criativa e cartografia das singularidades culturais (Unesco, 2024);
- Fortaleza/CE: compartilhar melhores práticas locais na plataforma web do Programa Fortaleza Criativa (Unesco, 2024);
- João Pessoa/PB: criar um Laboratório de Design e Inovação para Artesanato e Pequenas Empresas, para fornecer assistência técnica para comunidades e grupos artísticos; mapear singularidades culturais por meio de pesquisa, cuja metodologia e resultados serão compartilhados com outras cidades da RCCU; gerar empregos para os grupos marginalizados e vulneráveis do mercado do artesanato por meio da Fábrica de Artesanato Social; implementar um projeto transversal para promover a gastronomia, o *design* e o artesanato tradicionais (Unesco, 2024);

- Penedo/AL: promover e apoiar artistas locais e criadores de filmes; dar suporte à cultura por meio de políticas públicas, reforçando o engajamento e mobilizando atores locais, conforme a declaração MONDIACULT 2022 (Unesco, 2024);
- Recife/PE: nos planos a longo prazo, destacar a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável; promover capacitação profissional para aprimorar a produção, a distribuição e a difusão das manifestações culturais, especialmente para os profissionais de comunidades marginalizadas; incentivar o desenvolvimento de atividades urbanas e culturais no centro da cidade, visando ao acesso e à participação na vida cultural local (Unesco, 2024);
- Salvador/BA: criar o Museu da Música, que mostra a diversidade da música brasileira, sendo um espaço aberto para os músicos profissionais; promover o acesso e a participação na vida cultural e a coesão social, apoiando eventos musicais realizados em espaços públicos por meio da cooperação público-privada; incentivar a mobilidade de artistas dentro da RCCU, com programas de capacitação e artistas residentes (Unesco, 2024).

Analisando as propostas das cidades nordestinas integrantes da RCCU, identificou-se que todas as cidades propuseram estratégias que têm por objetivo final o fortalecimento de sujeitos e grupos criativos, das singularidades locais e o desenvolvimento sustentável. Algumas delas, como Campina Grande, Fortaleza e Penedo, de forma mais tímida, com uma ou duas propostas; e outras, como João Pessoa, Recife e Salvador, de forma mais ampla, presente na maioria de suas propostas. Isso aponta para a possibilidade de um novo desenho da cidade criativa, em que, paralelamente a grandes projetos culturais e urbanos, com alto valor econômico, tenham lugar o apoio e a valorização das microações cotidianas dos sujeitos e grupos criativos, relacionados à serendipidade urbana. Desse modo, acredita-se haver condições para que a criatividade urbana seja efetivamente reconhecida como estratégia de desenvolvimento sustentável, conforme apontado pela Unesco (Unesco, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quando formulado pelos seus precursores (Landry; Bianchini, 1995; Florida [2002]; 2011), o conceito estava intimamente ligado à estratégia de tornar uma cidade atrativa para a classe criativa, por meio da criação de um espaço urbano atrativo, diverso e criativo. A aplicação dessa ideia em diversas cidades ao redor do mundo esteve, na maior parte das vezes, alinhada ao pensamento de desenvolvimento urbano neoliberal, em vez de políticas voltadas ao apoio de atividades criativas e artísticas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017). Assim, os autores estabeleceram parâmetros, ações e estratégias para tornar uma cidade criativa. Além disso, a apropriação do termo pela Unesco e outras agências internacionais remodelou o conceito para uma definição mais objetiva e alinhada ao desenvolvimento sustentável, possibilitando sua disseminação pelo mundo (Unesco, 2020; Couto, 2023).

O que se verifica atualmente é que, a despeito do profícuo debate acadêmico e dos impactos sofridos pela população, esse modelo de cidade criativa tem garantido sua permanência após mais de duas décadas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Pratt, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1). Desse modo, se há aqueles que apontam os problemas da cidade criativa, como promover a gentrificação e ignorar a pobreza e a desigualdade urbanas (Peck, 2005; Scott, 2006), há outros que apontam que o termo traz a possibilidade de outra abordagem sobre arte e cultura na cidade, na qual a produção artística e do cotidiano estabeleçam outras bases de existência (Miles, 2012; Vivant, 2012; Grodach; 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1; Segovia; Hervé, 2022).

Em se tratando do contexto brasileiro, os estudos indicam para uma versão extremamente recortada do conceito de cidade criativa. Contudo, as cidades nordestinas integrantes da RCCU apontam como estratégias para a implementação de cidade criativa diversas ações que levam em consideração os grupos sociais do setor criativo e que visam à promoção do desenvolvimento social. Essas propostas, se implementadas, podem contribuir para delinear um conceito de cidade criativa mais inclusivo, com respeito aos movimentos sociais, que viabilize a organização em redes e que, então, possa conduzir ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.
- BARRETO, Luisa Marques. **O avesso da cidade criativa e a emergência de ações coordenadas como novos modos de comunicação urbana**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BARRETO, Luisa Marques. Quando o prédio virou torre, o comércio virou *mall*, a cidade virou criativa. *Revista Ecológica*, São Paulo, n. 20, p. 2-36, jan./abr., 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **MinC recebe contribuições da sociedade para a elaboração da Política Nacional de Economia Criativa**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. Plano Nacional de Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICN/Cultura/metas-do-plano-nacional-de-cultura.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTUR nº 55**, de 12 de dezembro de 2022. Institui a Rede Brasileira de Cidades Criativas - RBCC, no âmbito do Ministério do Turismo. Brasília, 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Rio de Janeiro (RJ) e Penedo (AL) são as cidades brasileiras selecionadas para concorrer à Rede de Cidades Criativas da Unesco**. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; GOMES, Taynara do Vale; MELO, Ana Carolina Campos de; BIBAS, Luna Barros. Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 37, p. 823-844, set. 2016. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3710>
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO - UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

- COSTA, Andréa V. F.; PESSOA, Nara da Cunha. Formação acadêmica em Produção Cultural: a experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. *In*: COSTA, Leonardo Figueiro; MELLO, Ugo Barbosa de. **Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COUTO, Bruno Gontyjo do. Cidades criativas e a agenda internacional das políticas turístico-culturais de renovação urbana. **Cadernos Metrôpole**, v. 25, n. 57, p. 397-417, 2023. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5702>
- DUXBURY, Nancy; FORTUNA, Carlos; BANDEIRINHA, José Antônio; PEIXOTO, Paulo. Em torno da cidade criativa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 99, p. 05-08, 2012. <https://doi.org/10.4000/rccs.5089>
- EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Territórios criativos como objeto de políticas públicas no contexto brasileiro. *In*: ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Cidades criativas: vocação e conhecimento**. Novo Hamburgo: Feevale, 2018.
- EVANS, Graeme; FOORD, Jo; GERTLER, Meric C.; TESOLIN, Lori; WEINSTOCK, Sarah. **Strategies for Creative Spaces and Cities: Lessons Learned**. London: London Development Agency, 2006.
- FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. *In*: JEUDY, Henry Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (eds.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FONSECA, Ana Carla. Economia Criativa: um novo olhar sobre o que faz a diferença. *In*: Brasil. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- GRODACH, Carl. Urban cultural policy and creative city making. **Cities**, v. 68, p. 82–91, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.05.015>
- HARTLEY, John; POTTS, Jason; MACDONALD, Trent; ERKUNT, Chris; KUFLEITNER, Carl. The CCI Creative City Index 2012 - Final Report. **Cultural Science Journal**, v. 5, n. 1, jan. 2012.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento. **Espaço e Debates**, v. 39, p. 48-64, 1996.
- LANDRY, Charles. **Making the most of Glasgow's cultural assets: the creative city and its cultural economy**. Glasgow, 1991.
- LANDRY, Charles. **The creative city: A toolkit for urban innovators**. London: Earthscan, 2000.
- LANDRY, Charles. **The creative city index: measuring the pulse of the city**. London: Bournes Green/Comedia, 2012a.
- LANDRY, Charles. **The origins and the future of the creative city**. London: Comedia, 2012b.
- LANDRY, Charles; BIANCHINI, Franco. **The creative city**. London: Demos, 1995.
- LANDRY, Charles; HYAMS, Jonathan. **The creative city index: measuring the pulse of the city**. London: Bournes Green/Comedia, 2012.
- LEITÃO, Claudia Sousa. O destino das cidades ou as cidades como destino: Uma reflexão sobre cidades criativas a partir de políticas públicas culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.
- MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MATOVIC, Milica; DEL VALLE, Roberto San Salvador. On the creative city concept. **Journal of Cultural Management and Cultural Policy**, p. 35-52, 2020/1. <https://doi.org/10.14361/zkmm-2020-0103>
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/139/4/Teorias%20e%20políticas%20da%20cultura.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

- MILES, Malcom. Uma cidade pós-criativa? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 99, p. 9-30, 2012. <https://doi.org/10.4000/rccs.5091>
- MONTALTO, Valentina; ALBERTI, Valentina; PANELLA, Francesco; SACCO, Pier Luigi. Are cultural cities always creative? An empirical analysis of culture-led development in 190 European cities. **Habitat International**, v. 132, 102739, fev. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2022.102739>
- O'CONNOR, Justin; SHAW, Kate. What next for the creative city?. **City, Culture and Society**, v. 5, n. 3, p. 165-170, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2014.05.010>
- PECK, Jamie. Struggling with the Creative Class. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 29, n. 4, p. 740-770, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2005.00620.x>
- PINHEIRO, Vanessa Pereira; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 6, p. e2023-0416, 2023. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220416>
- PRATT, Andy C. New horizons for culture, creativity and cities. **City, Culture and Society**, v. 8, p. 1-2, 1 mar. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2017.01.002>
- RATIU, Dan Eugen. Creative cities and/or sustainable cities: Discourses and practices. **City, Culture and Society**, v. 4, n. 3, p. 125-135, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2013.04.002>
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/pt-br.php>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da Cultura**. São Paulo: Manole, 2006.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (orgs.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: https://garimposolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, Ana Carla Fonseca (org.) **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- REIS, Ana Carla Fonseca; URANI, André. Cidades criativas - perspectivas brasileiras. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: https://garimposolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p57-77>.
- SCOTT, Allen J. Creative cities: conceptual issues and policy questions. **Journal of Urban Affairs**, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2006. ISSN: 0735-2166
- SEGOVIA, Chema; HERVÉ, Julie. The creative city approach: origins, construction and prospects in a scenario of transition. **City, Territory and Architecture**, v. 9, n. 29, 2022.
- SELDIN, Cláudia. A “cidade criativa” como um novo paradigma nas políticas urbano-culturais. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 7, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313338438_A_'Cidade_Criativa'_Como_um_Novo_Paradigma_nas_Políticas_Urbano-Culturais_The_'Creative_City'_as_a_New_Paradigm_in_Urban-Cultural_Policies. Acesso em: 30 nov. 2022.
- SILVA, Andréa Pereira da.; MUZZIO, Henrique. Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 29, n. 1, p. 200-223, 2023.
- SIQUEIRA, Marina Toneli; LUCAS, Aleph Tonera. Nem tudo o que reluz é ouro: Florianópolis e o urbanismo competitivo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 25, n. 57, p. 419-442, 2023. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5703>

TEIXEIRA, Amanda Wanis. **Cidades criativas**: a construção de um ideário e sua influência na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TESTONI, Beatriz Maria Vicente; WITTMANN, Tatiana. Distritos criativos ganham espaço no Brasil e no exterior. **Via Revista – Cidades Criativas**. 6. ed, ano 4, n. 6, abr. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **55 novas cidades passam a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da UNESCO no Dia Mundial das Cidades**. Paris: Unesco, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/55-novas-cidades-passam-fazer-parte-da-rede-de-cidades-criativas-da-unesco-no-dia-mundial-das>. Acesso em: 09 maio 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Creative Cities Network**. Paris: Unesco, 2024. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities>. Acesso em: 09 jun. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **UNESCO Creative Cities Network for sustainable development**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375210>. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO; WORLD BANK. **Cities, culture e creativity: leveraging culture and creativity for sustainable urban development and inclusive growth**. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377427>. Acesso em: 19 nov. 2021.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: SENAC SP, 2012.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sobre os autores

Andréa Virgínia Freire Costa: Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

José Clewton do Nascimento: Doutor pela Universidade Federal da Bahia.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento**: nenhuma.

Contribuições dos autores: Costa, A. V. F.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Nascimento, J. C.: Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização, Administração do Projeto, Escrita – Revisão e Edição.



Costurando esperança: projetos com costura e artesanato no Rio de Janeiro como um possível caminho para a produção de artigos de moda

Sewing hope: projects with sewing and craftsmanship in Rio de Janeiro as a viable path to produce fashion items

Barbara de Oliveira e Cruz¹ , Rita Maria Couto¹ , Roberta Portas Gonçalves Rodrigues¹ 

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre diferentes alternativas para o modelo de produção tradicional e massificado que prevalece no sistema de produção de artigos de moda. Para isso, parte da análise e do estudo de dois negócios sociais com atividades de costura e artesanato localizados no Rio de Janeiro: a Pipa Social e a Rede Asta. Por meio dessa análise, pretendemos entender se essa produção local e responsável tem representatividade no setor da moda e ainda se o *designer* é capaz de assumir uma postura socialmente responsável e representar um agente capaz de melhorar os problemas do setor de produção em moda. A abertura dialógica da antropologia favoreceu a reflexão sobre os sentidos sociais do *design* e a fundamentação teórica foi fortalecida por autores da antropologia, servindo de fio condutor para a análise dos casos apresentados.

Palavras-chave: Moda. Costura. Artesanato. Pipa Social. Rede Asta.

ABSTRACT

This article intended to reflect on different alternatives to the traditional and mass production model that prevails in the system production of fashion articles. To this end, this involves analyzing and studying two social enterprises engaged in sewing and handicrafts located in Rio de Janeiro: Pipa Social and Rede Asta. Through this analysis, it was intended to understand whether this local and responsible production has a significant representation in the fashion sector and whether designers can undertake a socially responsible posture and represent as an agent capable of improving the problems of the fashion production sector. The dialogical opening of anthropology favored the reflection on the social meanings of design. The theoretical foundation was strengthened by anthropologist authors, serving as a guideline for the analysis of the cases presented.

Keywords: Fashion. Sewing. Craft. Pipa Social. Rede Asta.

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mails: barbaradeoliveirae-cruz@gmail.com; ricouto@puc-rio.br; robertaportas@puc-rio.br

Recebido em: 01/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado de uma das autoras. Com ampla experiência na área de moda, a pesquisadora buscava diferentes alternativas para o modelo de produção tradicional e massificado que prevalece no setor. Trabalhando a 25 anos no mercado de moda nacional, particularmente no Rio de Janeiro, vivenciou as mudanças que aconteceram na forma de produzir e consumir peças de vestuário. Essas mudanças foram aceleradas com a desterritorialização da produção no final do século passado. Conhecendo os problemas do setor, a pesquisadora buscava respostas para algumas de suas indagações, por exemplo: por que a maioria das marcas de varejo de moda carioca não produzia localmente?

Procurando respostas para seus questionamentos, a pesquisadora decidiu investigar negócios sociais¹ com atividades de artesanato e costura no Rio de Janeiro, definindo então o objeto de pesquisa. Por ser um objeto muito amplo, a pesquisa concentrou a análise em quatro exemplos,² apresentando, dessa forma, um estudo de múltiplos casos. Como a análise dos quatro exemplos não caberia neste artigo, apresentamos apenas dois. Apesar de os quatro terem relevância semelhante, escolhemos apresentar os dois nos quais ficou mais explícita a conexão com marcas de varejo de moda.³

A pesquisa foi iniciada com um amplo levantamento bibliográfico organizado em dois eixos teóricos principais. No primeiro, analisamos o setor de produção de artigos de moda a fim de entendermos os problemas do setor. O segundo eixo levantou conceitos de responsabilidade social no *design*. A decisão de analisar negócios sociais com atividades de costura e artesanato no Rio de Janeiro partiu do amadurecimento teórico preliminar da pesquisa. Poderíamos ter levantado e analisado outros modelos de produção mais convencionais no setor, como fábricas e confecções locais. Porém, a partir do alicerce teórico levantado, constatamos que existem grupos que praticam atividades de costura e artesanato locais, e que esses grupos, trabalhando em parceria com *designers* socialmente responsáveis, apontariam um caminho alternativo e com engajamento social para a produção de artigos de moda.

O objetivo central deste artigo foi analisar dois exemplos de negócios sociais com atividades de costura e artesanato no Rio de Janeiro a fim de entender se esse modelo aponta novas formas de produção com engajamento social de artigos de moda.

Apesar da diferença de definição entre artesãos e costureiras, percebemos durante a pesquisa que nesses exemplos de produções não massificadas, essas diferenças ficam bastante sutis. O trabalho dessas costureiras não é igual ao das operadoras de máquinas de costuras das confecções. Apesar da mesma nomenclatura

1 Negócios sociais são empreendimentos que utilizam mecanismos de mercado focando na minimização de desigualdades socioeconômicas, conciliando viabilidade econômica e impacto social. Podem constituir-se como empresas privadas ou instituições sem finalidade de lucro.

2 Os outros dois negócios analisados na pesquisa foram: Ecomoda e Mulheres do Sul Global.

3 Durante a pesquisa foi feito um levantamento de negócios do setor da moda com práticas de responsabilidade socioambiental. Percebemos que nos negócios sociais em que eram praticadas atividades de costura e artesanato encontraríamos um maior engajamento social na produção.

“costureiras” e mesmo utilizando equipamentos semi-industriais ou até mesmo industriais, seus trabalhos aproximam-se muito mais dos trabalhos manuais realizados por artesãos. Definimos então o trabalho dessas costureiras como semiartesanais.

O levantamento bibliográfico realizado como alicerce da pesquisa não caberia e não será apresentado de forma completa no presente artigo, pois apesar de consistente, consideramos que a originalidade desta proposta está na exposição e na descrição dos exemplos. A fundamentação teórica apresentada foi formada prioritariamente pelas entrevistas realizadas pela pesquisadora com atores que representam os casos analisados. Foram utilizados ainda como guia teórico para conduzir o artigo autores que revelam a relação entre a antropologia e o *design*, como Ingold (2012; 2015; 2018) e Anastassakis (2010; 2012), e complementado com importantes referências do campo do *design*, como Berlim (2021), Contino (2019), Cippola e Bartholo (2014).

É uma pesquisa de natureza aplicada que tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados. Trata-se de uma pesquisa social na qual o problema foi abordado de forma qualitativa e os objetivos foram atingidos por meio de pesquisa descritiva e exploratória. Os dados descritos foram obtidos por meio da exploração e da interação do pesquisador com o objeto de estudo.

A abertura dialógica da antropologia favoreceu a reflexão sobre os sentidos sociais do *design*. A abordagem contemporânea da antropologia está presente na exploração de mundos emergentes, procurando entender e explicar as ações dos homens na sociedade por meio de teorias. Essas teorias nascem das pesquisas de campo nas quais o pesquisador se familiariza com as populações locais, conhecendo seus valores, hábitos, modos de vida e outras dimensões da vida social (Anastassakis, 2012).

Por se tratar de um estudo de casos, a metodologia da pesquisa apresentada neste artigo privilegiou procedimentos como a pesquisa de campo. Por meio desta investigamos e analisamos negócios sociais com costura e artesanato no Rio de Janeiro. Entretanto, a pandemia da Covid-19 atravessou a pesquisa e foi preciso redescobrir uma nova forma de ir a campo sem estar presencialmente nele. Nesse momento, em razão do isolamento social imposto pela pandemia, precisamos redirecionar alguns procedimentos. As entrevistas presenciais foram substituídas pelo modelo *on-line* por meio da plataforma Google Meet e as observações participantes foram substituídas por pesquisa sistemática nas redes sociais. As limitações causadas pela pandemia interferiram no desenvolvimento e nos resultados da pesquisa, principalmente em relação às interações sociais com as artesãs e as costureiras, que foram poucas.

O desenvolvimento do artigo está dividido em três partes. Na primeira parte é apresentada uma breve explicação sobre a problemática do modelo de produção massificada de artigos de moda. Partimos, posteriormente, para uma análise de dois negócios sociais com atividades de costura e artesanato, e finalizamos o desenvolvimento com as considerações e as reflexões sobre os casos.

PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE MODA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

O modelo hegemônico de produção de artigos de moda apresenta-se como um sistema opressor, com predominância da prática de terceirização que busca força de trabalho barata, camuflando práticas irresponsáveis, como péssimas condições oferecidas aos trabalhadores, além de danos ao meio ambiente. Essa informalidade, representada pela terceirização, sempre esteve presente no setor que se beneficia da adoção de uma rede informal de prestadores de serviços com o intuito de reduzir custos, responsabilidades e riscos. Uma cadeia produtiva que continua intensiva em força de trabalho apesar da mecanização e dos avanços tecnológicos.

A partir do final do século passado o mundo passou por grandes transformações, inclusive nas formas de produzir e consumir artefatos, aceleradas pelos avanços tecnológicos. A globalização e o capitalismo tardio, conforme denominaram alguns autores, geraram consequências em diferentes âmbitos. Na esfera cultural, ocorreu uma massificação posicionando a cultura como mercadoria, priorizando seu valor financeiro sobre o simbólico. Na esfera social houve a precarização da força de trabalho e o aumento das desigualdades sociais. Jameson (1997) nomeou esse período de “pós-modernismo”, destacando que ele representa uma modificação sistêmica do capitalismo.

Sobre essa questão, Giddens (1990, p. 6, tradução nossa) destaca: “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da Terra”. O autor aponta uma crise de identidade causada pelo processo de globalização que gera o afastamento da ideia sociológica clássica de sociedade como um sistema delimitado. Essa crise é consequência dos processos globais que expandem as fronteiras nacionais, conectando comunidades e proporcionando novas combinações de espaço e tempo. Práticas como a produção e o consumo de moda são moldadas por estruturas sociais mais amplas, influenciadas por um mercado globalizado comandado por aqueles que detêm as formas e os processos de produção para acumulação de capital.

Esse modelo opressivo de produção de artigos de moda é reflexo do sistema capitalista no qual a sociedade está inserida. Um sistema baseado na priorização do lucro e do crescimento econômico. Muitos autores destacam que a moda é filha do capitalismo. Dentro desse contexto esse modelo produtivo demonstra o congelamento e o enrijecimento da mobilidade social, conduzindo a uma visão pessimista. Porém, devem existir outros modelos de produção de artigos de moda desvinculados desse sistema vigente.

No setor da moda, esses aspectos ficam claros por meio do modelo de produção denominado *fast fashion*. O *fast fashion* representou um novo modelo de produção que refletia as mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais do período. O objetivo desse modelo de produção é a aceleração do giro do capital por meio do aumento do consumo que gera preços de venda mais baixos e lucros mais altos, alcançados por meio da desvalorização de elementos da produção, incluindo os trabalhadores (Contino, 2019).

O conceito de moda, em geral, está diretamente associado à novidade, vinculando-se ao consumo. Mas práticas de produção e consumo precisam ser irresponsáveis? Existem formas de produzir e consumir conscientes?

Pretendíamos entender se seria possível encontrar um caminho alternativo de produção de artigos de moda desvinculado desse modelo predominante, o *fast fashion*. E qual o papel do *designer* de moda nesse processo? Ele poderia assumir um papel de facilitador social, representando um agente capaz de melhorar os problemas do setor?

Percebemos que poderíamos encontrar respostas para essas perguntas a partir da análise de negócios sociais com atividades de artesanato e costura no Rio de Janeiro, visualizando o *designer* como um agente facilitador desse cenário.

Um novo modelo (almejado) de produção em moda com engajamento social está dentro dos preceitos do movimento *slow fashion*. Segundo Berlim (2021), esse movimento se constituiu dentro das premissas do desenvolvimento sustentável e surge como uma alternativa de produção e consumo, além de ideológica, rompendo com as formas tradicionais do mercado.

Entretanto, mais do que uma estratégia do mercado, o movimento apresenta-se como um conjunto de ideias que vem ao encontro de todas as reflexões acerca dos riscos globais e da angústia da pós-modernidade surgidos no século XX (Berlim, 2021, p. 133).

O *slow fashion* propõe soluções abrangendo dimensões humanas da moda, criatividade, produção local, compartilhamento, ativismo ambiental e social e a redistribuição ética de capitais financeiros. Resgata técnicas artesanais e respeita a cultura local. Produtos confeccionados nesse modelo de produção local e artesanal, ou semiartesanal, com máquinas de costura e outros equipamentos, normalmente apresentam custos e, conseqüentemente, preços mais elevados do que aqueles que são resultado de uma produção massificada (Berlim, 2021).

Logo, o movimento atribui ao artesanato a forma de uma atividade de resistência às formas hegemônicas de produção, pois o artesanato, além de confrontar as tecnologias presentes na indústria, permite controlar mais de perto as condições da produção (Berlim, 2021, p. 145).

A valorização da produção e cultura local articuladas em rede é aspecto importante no atual contexto de globalização no qual a economia criativa se apresenta como catalisadora de transformação local. Negócios sociais como os investigados neste artigo são relevantes nesse cenário, gerando impacto positivo em diferentes áreas, como a econômica, a social e a cidadania.

Guiando-se pelo viés da responsabilidade social, a abordagem da pesquisa e do presente artigo mostra que a produção de artigos de moda pode ser colaborativa, responsável, ética e, acima de tudo, transformadora.

Um novo modelo de produção de artigos de moda sugerido (ou almejado) fica mais evidente quando ocorre a conexão entre os *designers* (que classificamos de “socialmente responsáveis”) e grupos de costureiras e artesãos. Nesses casos, percebe-se a aplicação de metodologias participativas do campo do design que conecta e aproxima pessoas e pessoas e ainda pessoas e coisas, recorrendo aos modelos de produção pré-industriais. Segundo Anastassakis (2010, p. 39), “aprofundar o diálogo interdisciplinar e a reflexão sobre o que fazemos e como o fazemos não é só algo produtivo, mas fundamental”.

A relação entre pessoas e coisas é um ponto relevante da interdisciplinaridade entre a antropologia e o *design* que se apresentará como fio condutor deste artigo.

A antropologia tem contribuído para o campo do *design*, ampliando a discussão sobre o papel social do *design* e a responsabilidade social dos *designers*. Esse debate vem orientando o ensino e a prática do *design* no Brasil nas últimas décadas e foi a motivação para a pesquisadora mergulhar nesse tema buscando respostas para seus questionamentos e insatisfações no setor da moda.

Cippola e Bartholo (2014) consideram o *design* socialmente responsável como um exemplo de inovação social e sustentabilidade a partir dos preceitos de Ezio Manzini. Eles definem o *designer* socialmente responsável quando este atua em seu contexto local, estabelecendo diálogo com as pessoas, favorecendo mudanças e até transformações nesses contextos. O designer auxilia a busca de soluções desenvolvidas por grupos de pessoas para resolver problemas em contextos locais.

A importância de uma postura ética e moral dos *designers* em relação à sociedade começa a ser amplamente difundida a partir da década de 1970, com as ideias de alguns autores como Victor Papanek, Tomás Maldonado e Gui Bonsiepe. Segundo Papanek (2014), para os *designers* projetarem com responsabilidade moral e social era preciso conhecerem as pessoas e o público.

NEGÓCIOS SOCIAIS COM COSTURA E ARTESANATO NO RIO DE JANEIRO

Decidimos analisar negócios sociais que utilizam atividades de costura e artesanato relacionados ao *design*, pois acreditamos que essa poderia ser uma trilha para a busca de uma produção de artigos de moda mais engajada socialmente. Visualizamos ainda o potencial do Rio de Janeiro, com sua peculiar ocupação espacial, como cenário para o desenvolvimento de projetos dessa natureza. A interdisciplinaridade entre o *design* e a antropologia apresenta-se como fio condutor para a análise dos casos demonstrados no presente artigo: Pipa Social e Rede Asta.

Buscamos entender essa interdisciplinaridade por meio dos preceitos da *designer* Zoy Anastassakis, que destaca a importância da antropologia para o campo do *design*. Ingold (2018) reforça o conceito da abertura dialógica da antropologia defendido por Anastassakis (2012), elucidando a generosidade da disciplina que busca respostas por meio das ações e das falas dos indivíduos. O mundo se abre aos antropólogos, e essa abertura, muitas vezes, não revela soluções finais, mas possíveis caminhos para continuarmos, privilegiando a inclusão.

Outra característica muito importante dessa interdisciplinaridade entre a antropologia e o *design* destacada pelos autores é a relação entre pessoas e coisas. Segundo Ingold (2015):

Parece-nos que o movimento de uma vida humana — talvez em contraste com as vidas de animais não humanos — seja temporalmente alongado. Sempre estamos, por assim dizer, constitucionalmente à frente de nós mesmos. A montante, concomitantemente com o aparecimento de coisas, está a imaginação, e vindo atrás está nossa apreensão perceptual de um mundo que já se encontra estabelecido, e no qual as coisas estão lá para aparecer (Ingold, 2015, p. 31).

Miller (2013) destaca que na antropologia a conexão entre pessoas e coisas ultrapassa a ideia de que as pessoas fazem coisas que as representam, investigando ainda, e na mesma proporção, como as coisas fazem as pessoas. “Essa teoria também dá contorno e forma à ideia de que os objetos fazem as pessoas. Antes de realizarmos coisas, nós mesmos crescemos e amadurecemos a luz de coisas que nos foram transmitidas pelas gerações anteriores” (Miller, 2013, p. 83).

“A árvore é um objeto? [...] como a definiríamos? [...] Onde termina a árvore e começa o resto do mundo?” (Ingold, s/p, 2012). O autor faz uma distinção curiosa entre objeto e coisa, concluindo que o mundo é formado por coisas e não objetos. Ele exemplifica por meio do “objeto” árvore destacando a vida que se desenvolve nela, como o musgo que cresce nos galhos, os pássaros que constroem seus ninhos e as raízes que se entranham na terra. Ingold (2012) conclui então que a árvore não é apenas um objeto, é um agregado de fios vitais, percebido como coisa.

O objeto se coloca diante de nós como um fato consumado [...] a coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião (Ingold, s/p, 2012).

Segundo o autor, um objeto pode virar coisa e as coisas são trazidas à vida. Ele reforça sua afirmação por meio de uma experiência com seus alunos da Universidade de Aberdeen quando confeccionam uma pipa. “A pipa que repousava sem vida sobre a mesa dentro da sala tinha se transformado numa pipa-no-ar. Não era mais um objeto — se é que jamais o foi — mas uma coisa” (Ingold, s/p, 2012).

Pensar a pipa como um objeto é omitir o vento — esquecer que ela é, antes de tudo, uma pipa-no-ar. E, assim parece, o voo da pipa é resultado da interação entre uma pessoa (quem a empina) e um objeto (a pipa); enquanto tal, ele só pode ser explicado imaginando que a pipa seja dotada de um princípio animador interno, uma agência, que a coloca em movimento, na maioria das vezes contrariando a vontade daquele que a empina (Ingold, 2012).

Pipa Social

A ONG Pipa Social, sobre a qual dissertaremos neste artigo, representa mais do que o objeto pipa que repousava sem vida sobre a mesa e vai além ainda da coisa pipa que voa ao ar livre a partir da ação de um indivíduo empinando o objeto, como no experimento de Ingold. A Pipa Social, fundada por Helena Rocha em 2012, representa um objeto imaginário que se transforma em uma coisa quando causa a integração entre pessoas, instituições e objetos.

O nome Pipa foi escolhido por Helena, pois o objeto simboliza as favelas do Rio de Janeiro. A formação de favelas nos morros da cidade favoreceu a atividade de soltar pipa, muito comum entre seus moradores.

A Pipa Social sobrevoou as favelas cariocas visando formar, a partir da colaboração de moradores, um núcleo de criação e produção coletiva objetivando o posicionamento profissional e a inclusão social. O objetivo seria alcançado por meio da convivência entre os integrantes e outras pessoas por meio do desenvolvimento de projetos colaborativos.

A pesquisadora e uma das autoras deste artigo entrevistou Helena Rocha em agosto de 2019. A entrevista foi realizada onde funcionava a ONG, em uma casa antiga no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Em 2012, quando fundou a Pipa Social, Helena pretendia desenvolver o trabalho com moradoras da favela Santa Marta e procurou um endereço dentro da favela. Helena percebeu logo no início que o projeto iria se expandir para outras favelas, pois as próprias costureiras e artesãs divulgavam o trabalho da Pipa e traziam moradoras de outras comunidades.

A conexão com o meio acadêmico e o mercado muitas vezes acontece pelo voluntariado. É comum estagiários de *design* trabalharem na ONG. A Pipa Social promove essa integração entre academia, mercado e moradoras das favelas por meio de parcerias na criação e no desenvolvimento de produtos. Além dos estagiários de *design*, o voluntariado acontece também por meio de profissionais.

Inicialmente, a produção da Pipa assumiu duas frentes. A primeira era onde eram criados e confeccionados produtos com a marca Pipa Social. Esses produtos eram comercializados em multimarcas e a Pipa Social teve pontos de venda no shopping Rio Sul e no centro cultural da Light. A segunda consistia na produção para outras marcas. Essas marcas não vendiam a marca Pipa Social, mas buscavam uma produção com engajamento social.

A partir de 2018 esse modelo de negócio começou a enfrentar problemas, pois a Pipa perdeu muitos pontos de venda. Foi nesse período que fizeram a primeira exportação para Portugal, quando, por meio de uma parceria com as herdeiras de Tarsila do Amaral, produziram bolsas com desenhos de pinturas da artista bordadas.

A partir dessa primeira exportação Helena percebeu que esse poderia ser um caminho de crescimento para a ONG, e começaram a desenvolver um mostruário para exportação. Os produtos estavam sendo desenvolvidos pelas costureiras e artesãs em parceria com *designers*, a criação era colaborativa. Continuavam também produzindo para outras marcas, mas nesse tipo de negócio a geração de renda ficava abaixo do desejado. Esses clientes que buscavam produzir na Pipa se apresentavam de duas formas: eram marcas pequenas que buscavam uma produção reduzida e com responsabilidade e pagavam preços mais altos por esse trabalho e ainda clientes maiores que produziam brindes empresariais valorizando o conceito de responsabilidade social.

Sobre a conexão com as marcas de varejo de moda do Rio de Janeiro, Helena explica que desenvolveram e produziram 600 bolsas para o Rio Ethical Fashion com retalhos doados pela Farm e desenvolveram produtos como *nécessaires* com retalhos de couro para a marca Soulier de calçados, sendo os retalhos fornecidos pela própria empresa. Percebemos então que essa conexão é pouco representativa.

Retornando às ideias de Ingold (2012):

Finalmente, eu mostrarei que os caminhos ou trajetórias através dos quais a prática improvisativa se desenrola não são conexões, nem descrevem relações *entre* uma coisa e outra. Eles são linhas *ao longo das quais* as coisas são continuamente formadas. Portanto, quando eu falo de um emaranhado de coisas, é num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento (Ingold, s/p, 2012).

A Pipa Social não representa apenas conexões entre coisas, pessoas e instituições, mas se transforma e se reconstitui continuamente em um resgate infinito para arrematar os fios das extremidades que ficaram soltos.

Completamos a análise com o depoimento de uma costureira da Pipa Social retirado do Instagram, no período em que a pesquisa foi realizada:

[...] Eu já estou lá na Pipa, embora com essa pandemia eu estou afastada, mas eu já estou lá na Pipa há mais ou menos uns sete anos [...]. A Pipa me proporcionou muitas coisas, uma delas é aqui onde eu estou, nessa cobertura, que é na minha laje, o meu ateliê, meu material de trabalho todo aqui, meu esposo fez esse cantinho aqui pra mim. [...] quando eu fui pra lá, trabalhar lá, nós recebíamos uma bolsa e dessa bolsa eu consegui reduzir os meus gastos em compra de material e com essa redução eu consegui colocar essa cobertura com a ajuda do meu esposo [...] conseguimos colocar o meu ateliê nessa cobertura onde eu moro, porque era tudo isso no meu quarto [...] graças à Pipa eu tenho o meu cantinho aqui fresquinho [...]. Eu espero que a gente voe ainda muito mais alto, ainda mais pra frente, eu tenho fé que essa pandemia vai passar e que vamos voltar a nos reunir e vamos continuar voando, a pipa não vai descer, a pipa vai subir cada vez mais [...]. (Depoimento de Rosa Maria, ONG Pipa Social, 2020)

Rede Asta

A Rede Asta é um sistema colaborativo aberto que nasceu e se desenvolveu com essa intenção: projetar além das soluções tradicionais de *design* considerando novos campos, incluindo serviços e transformações. Nesse modelo colaborativo aberto, o *design* utiliza suas habilidades em diferentes direções, como a cidadania, por exemplo.

A Rede Asta nasceu em 2005 do sonho da advogada Alice Freitas. Alice havia feito uma viagem com a intenção de conhecer novos modelos de negócio e mapeou locais onde encontrou o artesanato como forma alternativa de produção. Juntou-se a Raquel Schettino, advogada com grande experiência no mercado corporativo, e fundaram a Rede Asta.

Em novembro de 2019, a pesquisadora, e uma das autoras do artigo, entrevistou Angélica Oliveira, uma funcionária da Rede Asta. A entrevista aconteceu no endereço da Asta, no Rio de Janeiro.

Oliveira (2019) começa explicando que a Rede Asta já passou por vários modelos de negócio. Hoje, o negócio está dividido em duas atividades: uma área de mercado/produtos, representada pelo desenvolvimento de produtos, na maioria brindes, e uma área de impacto/serviços representada pela escola de negócios para artesãos.

Desde o início da entrevista fica logo evidente, pelos termos utilizados por Oliveira (2019), a adaptação do negócio social ao mercado corporativo. Ela descreve detalhadamente todas as fases percorridas pela Asta nos 15 anos de existência, cada etapa numerada e explicada como um modelo de negócio. Os autores Izidio, Lana e Moraes (2019) alertam que projetos sociais podem muitas vezes repetir os mecanismos de dominação dos processos representados pelo mercado e instituídos pelo capital.

A Rede Asta começou com a parceria com uma cooperativa de reciclagem no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os produtos desenvolvidos por meio dessa parceria eram comercializados em um quiosque no Shopping Tijuca,

Zona Norte do Rio de Janeiro. O quiosque funcionou por alguns anos, vendendo os produtos confeccionados pelos artesãos e servindo ainda como laboratório para entenderem a aceitação dos produtos pelo público. O negócio funcionava da seguinte forma: primeiramente, os produtos e as coleções eram desenvolvidos junto às cooperativas, comercializados e testados no quiosque. Aqueles artigos mais vendidos no quiosque eram desenvolvidos com algumas modificações e comercializados em maiores quantidades no atacado por meio de feiras como a Gift Fair.

Essa primeira fase, representada pela venda de varejo no quiosque, eles chamaram “1.0”. A fase seguinte, que chamaram “2.0”, caracterizou-se pela venda de produtos por catálogo, modelo de varejo muito popular na área de cosméticos, e chegaram a ter 70 revendedoras cadastradas em todo o país. Esse modelo perdurou durante cinco anos, trazendo uma vantagem para o crescimento da Asta, que ficava cada vez mais conhecida em todo o território nacional. Paralelamente às vendas do varejo pelo catálogo, a venda por atacado expandia-se por meio de brindes corporativos, firmando parcerias com empresas.

No modelo seguinte, que chamam “3.0”, a venda no varejo foi incrementada ainda por dois pontos de venda. Começam a perceber as dificuldades do varejo, que se apresentava cada vez mais insustentável. Não obtinham o retorno financeiro para as cooperativas associadas e para o autossustento do negócio. Decidiram então fechar as lojas.

Nesse período, a Rede Asta já tinha dois CNPJs: o primeiro englobava os negócios relacionados às vendas, e o segundo, chamado “Instituto Asta”, relacionava-se aos projetos e aos serviços. As vendas representaram por muitos anos a principal atividade da Asta, mas a partir dessa transição do modelo 3.0 para o 4.0, os projetos e os serviços do Instituto Asta se fortalecem e assumem a posição de principal atividade. A experiência na produção e na comercialização de brindes corporativos, utilizando modelos de produção sustentáveis, foi fundamental para esse fortalecimento, estimulando ainda a relação com empresas/clientes.

Essa aproximação e o fortalecimento de laços com essas empresas parceiras proporcionaram os projetos do Instituto Asta. O primeiro aconteceu em 2011 com a Coca-Cola, por meio de um curso de formação empreendedora dado a um grupo de artesãos de uma comunidade ribeirinha do Amazonas. Então a Asta começa a migrar do modelo 4.0 para o 5.0.

No modelo 4.0, as aulas eram apresentadas em arquivo Power Point e complementadas com material impresso. No modelo 5.0, os conteúdos são apresentados em videoaulas em uma plataforma digital, contemplando, dessa forma, um número maior de artesãos. A Asta desenvolveu um aplicativo que pode ser baixado em *smartphones*. Por meio desse canal é possível acessar todo o histórico do que foi trabalhado com artesãos, quem são esses artesãos e em que local do país eles estão. O aplicativo pode ser baixado por qualquer pessoa: artesãos que têm a possibilidade de expor seus trabalhos e compradores que procuram trabalhos artesanais.

As companhias que procuram o Instituto Asta são empresas de grande porte, já estabelecidas no mercado, de diferentes setores, como gás e petróleo. Estas têm

por objetivo investir em sustentabilidade e terceirizam essa atividade por meio da Asta. Os produtos desenvolvidos nos projetos não se relacionam com as atividades realizadas pelas empresas. Os projetos oferecem aulas de educação empreendedora e, em uma etapa posterior, desenvolvem uma coleção cápsula promovendo a parceria entre um *designer* convidado e os artesãos.

Até a data da entrevista o Instituto Asta havia formado oito turmas em parceria com empresas com atividades diferentes. Oliveira (2019) explica por meio da parceria com a empresa Porto Sudeste como acontece na prática. A empresa procurou a Asta buscando soluções sustentáveis para o descarte dos uniformes de seus funcionários. Utilizando a técnica de *upcycling*, foram desenvolvidas bolsas como brindes que seriam dados aos clientes da companhia.

A empresa Porto Sudeste, localizada na Ilha da Madeira, em Itaguaí – RJ é um porto privado que possui uma política de desenvolvimento sustentável e buscou na Rede Asta um parceiro para a execução de um projeto que pudesse beneficiar artesãos do seu entorno como forma de contrapartida para seu impacto nas comunidades. O projeto tem como objetivo principal potencializar o empreendedorismo de 10 negócios artesanais locais, impactando cerca de 70 artesãos diretamente. A metodologia empregada nesse projeto se divide em quatro grandes etapas: treinamento em empreendedorismo específico para artesãos/costureiras, através da Escola de Negócios das Artesãs; a dinamização do mercado local; a formação de uma rede de líderes artesãos e a inovação dos produtos artesanais através da facilitação de Design (Medtsch; Oliveira, 2019, p. 61).

O curso durou dez meses, com aulas digitais nos quatro primeiros meses e nos seis meses seguintes as aulas digitais foram intercaladas com aulas presenciais com um *designer*. Foi feito o desenvolvimento de uma coleção cápsula em colaboração entre os artesãos e o *designer*, e, por fim, uma análise de possíveis compradores começando pela própria região.

Oliveira (2019) expõe algumas parcerias entre a Rede Asta e marcas de varejo de moda. Foi feita uma parceria por meio de um edital aberto pelo Instituto Lojas Renner, onde desenvolveram uma coleção cápsula com duas comunidades de Niterói. A Renner patrocinou o curso, mas os produtos foram comercializados por meio da Asta. Em outra parceria desenvolvida com a marca carioca de roupa feminina Dress To, confeccionaram produtos com retalhos doados pela empresa. Os produtos eram brindes e material para o *visual merchandising* das lojas. O Instituto C&A financiou uma pesquisa desenvolvida pela Asta sobre economia familiar e as novas gerações. A Asta presta ainda serviço de administração de refugos doados pela empresa Farm. O material é recebido pela Asta que fica responsável por sua distribuição aos artesãos, além da gestão dos impactos gerados.

A Rede Asta apresenta-se como um sistema colaborativo aberto conectando coisas, pessoas e instituições, estimulando diferentes possibilidades de interações. Uma rede de conexões como “uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento” (Ingold, 2012, s/p.). Percebemos que o modelo está sempre em transformação na busca de juntar e arrematar as pontas que ficaram soltas.

No sistema colaborativo aberto representado pela Rede Asta, o foco está no compartilhamento de informações, promovendo aspectos importantes para um *design* mais democrático, por meio do *design* participativo, com a valorização de uma cultura local e favorecendo um consumo mais consciente.

Completamos com o depoimento de uma costureira que participou do projeto “Máscara Mais Renda”, realizado pela Rede Asta, durante o período em que a pesquisa foi realizada, retirado do Instagram:

Participar desse projeto foi muito importante pra mim não só na prevenção contra esse vírus, mas na questão também da nossa sobrevivência financeira [...] eu tive a oportunidade de colocar algumas contas em dia [...] nossa equipe e nosso grupo esteve sempre muito unido e foi muito bom trabalhar [...] (Depoimento de Kalilma, Rede Asta, 2020).

Considerações e reflexões sobre a Pipa Social e a Rede Asta

Os negócios sociais analisados constituem diferentes estruturas: uma apresenta-se como empresa privada e a outra como instituição sem finalidade de lucro. Esses têm como ponto de convergência os princípios da sustentabilidade defendidos e praticados, guiados pelos objetivos do desenvolvimento sustentável. Entretanto, em outros pontos as ações dos negócios divergem. Desenvolvemos uma tabela que apresentará de forma mais clara pontos importantes nos quais identificamos divergências.

Concluimos que as divergências apresentadas na Tabela 1 partem principalmente do diferente grau de maturidade apresentado entre os negócios, que nos auxiliou como um guia reflexivo sobre os dois casos analisados. O grau de maturidade revelado na Rede Asta acontece devido ao tempo de existência, pois tem sete anos a mais que a Pipa Social. Percebemos durante a descrição dos casos que os processos da Pipa Social se apresentam de forma empírica quando comparados aos processos mais sistemáticos da Rede Asta.

Essa diferença de maturidade entre os negócios irradia-se em outras direções, como nas atividades praticadas. O modelo de negócio apresentado pela Pipa Social baseia-se na confecção e na venda de produtos. Por sua vez, a Rede Asta, como citado anteriormente, buscou novas soluções “além das tradicionais de design, considerando novos campos, incluindo serviços e transformações”, apresentando um modelo de negócio mais estruturado assentado na educação e não apenas na confecção e na venda de produtos.

Rocha (2019) menciona as desvantagens de produzirem para marcas pequenas de moda, “marcas que buscavam uma produção com engajamento social, mas nesse tipo de negócio a geração de renda ficava abaixo do desejado”. E a Rede Asta desiste do varejo quando percebe que esse modelo de negócio estava insustentável.

A substituição do negócio baseado no varejo pelo negócio baseado no serviço é uma tendência do mercado que vem crescendo desde as crises econômicas mundiais do início deste século. Como negócios sociais, os casos citados refletem os mecanismos do mercado, objetivando diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Tabela 1. Quadro comparativo entre a Pipa Social e a Rede Asta.

	Pipa Social	Rede Asta ⁴
Ano de início	2012	2005
Principais incentivos	Os fundos da ONG vêm principalmente a partir dos clientes, que, em geral, são as empresas que contratam os serviços de produção das costureiras e das artesãs, mas a Pipa busca também a captação de recursos por meio de leis de incentivo.	A principal fonte vem a partir das grandes empresas que contratam os serviços da escola de negócios da Asta, que tem buscado também recursos por meio de leis de incentivo.
Principais atividades	Confecção de produtos com costura e artesanato. São oferecidas também oficinas às beneficiadas.	A principal atividade é a escola de empreendedorismo oferecida às artesãs e às costureiras. Logo, o foco da Asta está na educação e não na confecção de produtos.
Público favorecido	Moradores de comunidades da capital e da Baixada Fluminense, na maioria mulheres.	Artesãs e costureiras de todo o Brasil.
Varejo e venda de produtos	A ONG trabalha prioritariamente com a venda de produtos em maior quantidade para empresas; o varejo também acontece e a venda desses produtos é feita por <i>e-commerce</i> ou em eventos como feiras e bazares. A marca já teve ponto de venda e já vendeu seus produtos em multimarcas.	As vendas dos produtos elaborados pelos artesãos acontecem via aplicativo, mas fica claro que quando compramos um produto ou contratamos um serviço os recursos são passados diretamente para os artesãos, a Asta apenas intermedeia, fazendo a divulgação. Nos modelos de negócios anteriores foram algumas as formas de comercialização relatadas por Angélica Oliveira, como quiosques, lojas e catálogos.
Locais de atuação	A ONG não atua em locais específicos, ela favorece o público de moradores de comunidades da capital e da Baixada Fluminense.	A atuação da Rede Asta é bem ampla, abrangendo todo o Brasil; essa rede de atuação começa a ser traçada a partir das próprias empresas que contratam o serviço da Asta, e a rede alastra-se para outros locais.
Presença de designers	Apesar de não ser <i>designer</i> , Helena relata a participação intensa de <i>designers</i> na ONG por meio de voluntariado, desde estagiários até <i>designers</i> com experiência e reconhecimento internacional.	As fundadoras da Rede Asta não são <i>designers</i> , mas a presença de <i>designers</i> nos projetos é bastante valorizada.
Presença de voluntariado	A presença de voluntários na Pipa é muito comum, em idades que variam de jovens a idosos, e atuando em áreas variadas, por exemplo, o <i>design</i> . A Pipa Social anuncia com frequência o recrutamento de voluntários nas redes sociais.	Segundo relatos de Angélica Oliveira, a única voluntária que trabalha na Asta é a Lu, que atua no escritório do Rio de Janeiro.

Continua...

4 Nessa comparação, focaremos no último modelo de negócio da Rede Asta, já que o negócio passou por muitas fases e seria difícil abranger nesta análise todos os modelos.

Tabela 1. Continuação.

	Pipa Social	Rede Asta ⁴
Conexão com empresas de moda	A Pipa Social, em algumas situações, assume um papel de fornecedora para empresas de moda, que, segundo Helena, são empresas com produção pequena e com propósitos éticos; para empresas maiores aconteceu apenas a produção de brindes com matéria-prima das próprias marcas. A conexão acontece ainda a partir de doações de material dessas empresas.	Segundo Angélica Oliveira, a conexão com empresas de moda aconteceu a partir da doação de material. A Asta atuou pouquíssimas vezes como fornecedora para essas empresas, em raros casos confeccionando brindes ou material de divulgação. Mas a conexão com o setor acontece a partir do empoderamento dessas artesãs e costureiras, que, com a experiência na Asta, aprendem a valorizar e comercializar seus serviços.
Tecnologia e informatização	Não foi relatada a presença fortalecida de tecnologia e informatização nas atividades, apenas trocas de mensagens e grupos pelo aplicativo WhatsApp.	A presença da tecnologia e da informatização é muito importante nos processos da Asta e foi intensificada em consequência da pandemia.

Fonte: as autoras.

Ainda sobre essa questão, outro ponto que pretendemos destacar é que no caso da Rede Asta ocorre conexão com empresas de outras áreas, nem de varejo, nem de moda, empresas que atuam em áreas nas quais ocorre maior circulação de capital, por exemplo, a Coca-cola e a Porto Sudeste.

O estudo de caso seria realizado apenas na Pipa Social, e no início de 2020 a pesquisadora começou as observações participantes. Foram feitas apenas quatro visitas à ONG, em que ela assistiu um pouco a rotina e a interação entre as costureiras/artesãs, o *designer* e os voluntários. As observações precisaram ser interrompidas e, devido ao momento delicado, a pesquisadora não conseguiu mais interagir com as participantes dos projetos. Decidiu, então, ampliar a abrangência para um estudo de múltiplos casos, tendo em vista conhecer mais as participantes por meio de depoimentos nas redes sociais. Em razão dessas limitações, a pesquisa de campo não trouxe dados aprofundados que evidenciassem os impactos econômicos e sociais causados pelos negócios. Entretanto, percebemos, por meio dos depoimentos colhidos no Instagram, que os negócios analisados colaboram na construção do desenvolvimento sustentável e que o impacto no nível de cidadania que geram em seus integrantes é evidente.

Os locais de atuação dos negócios, ou sua abrangência, é outra direção que sofreu influência dos diferentes graus de maturidade. Enquanto a Pipa Social expandiu-se dos moradores de uma favela para várias, atingindo também a Baixada Fluminense, a Rede Asta tem maior capilaridade, com abrangência nacional. Esse processo começou com o sistema de vendas por catálogo e foi favorecido ainda pela tecnologia com ferramentas importantes, como o aplicativo para *smartphones*.

Sobre as interações entre *designers* e os grupos de costureiras e artesãs, destacamos dois aspectos importantes. Na Pipa Social, essa interação acontece por meio de voluntariado, os *designers* não recebem pagamentos e os processos apresentam-se

de forma empírica. Já na Rede Asta o trabalho dos *designers* é remunerado e as metodologias são esquematizadas.

Importante destacar que, no ano de 2023, quando a pesquisa que deu origem a este artigo já havia sido finalizada, a Pipa Social desenvolveu o projeto “Pipa no ar”. O projeto, de cunho educacional, promoveu aulas *on-line* e presenciais com o grupo. As aulas foram ministradas por professores de diversas áreas com o intuito de ampliar o repertório das participantes, como design, cultura, arte, empreendedorismo e cidadania. Esse projeto reafirma as reflexões sobre a maturidade dos negócios defendida nesta seção.

CONCLUSÕES

A pandemia da Covid-19 atravessou a pesquisa e não poderíamos deixar de mencionar as consequências e as estratégias utilizadas pela Pipa Social e pela Rede Asta para superar esse período. De forma ampla a pandemia escancarou as desigualdades sociais em todo o mundo e a consciência da valorização de produção local, questões abordadas na pesquisa. Percebeu-se, logo no início da pandemia, a importância do trabalho de artesãos e costureiras e de um modelo de produção local. A pandemia pegou o mundo desprevenido e faltavam equipamentos e materiais básicos de proteção. A confecção de máscaras de proteção caseiras ajudou a ciência a salvar vidas e a sociedade a atravessar aquele momento crítico.

A Rede Asta lançou a campanha “localizador de máscaras” em suas redes sociais, por meio da qual o cliente poderia localizar uma costureira que estivesse produzindo máscaras em qualquer lugar do Brasil. A Rede Asta participou também de dois projetos importantes: o projeto “Heróis usam máscaras”, que teve o apoio dos bancos Itaú e Santander, e o projeto “Máscara mais renda”, com o apoio da Fundação Vale. Os dois projetos ajudavam e incentivavam costureiras e artesãs a produzirem máscaras de proteção favorecendo a geração de renda naquele período tão difícil. A Pipa Social arrecadou recursos para beneficiar as integrantes da ONG por meio de campanhas nas redes sociais e na plataforma digital da Rede Globo “para quem doar” e participou também do projeto “Heróis usam máscaras”.

Retomando o objetivo deste artigo: modelos de produção local com atividades de artesanato e costura apontam novas formas de produção de artigos de moda com engajamento social. Concluímos a partir dos casos analisados que, apesar de existir conexão desses com algumas marcas de varejo de moda do Rio de Janeiro, conforme mencionado, eles não representam uma alternativa de modelo de produção em moda com engajamento social. Berlim (2021, p. 138) traz uma importante constatação sobre a dificuldade de grandes empresas ou negócios tradicionais de moda em incorporar conceitos e práticas que a autora denomina como “movimento *slow fashion*”: “porque, basicamente, os produtos originários do *slow* não respondem financeiramente tão bem quanto aqueles do *fast-fashion*”. O *slow fashion* se movimenta em oposição aos padrões hegemônicos de produção e consumo, inspirando o que denominamos “forma mais ampla de moda sustentável e moda ética”. A autora destaca

que o movimento vai além de práticas diferenciadas de produção e consumo, tocando o fenômeno da moda de uma forma singular por meio de um conjunto de valores.

Segundo Berlim (2021), o *slow fashion* é capaz de promover a conexão entre trabalhadores, gestores, consumidores e *designers*, em que esse pode representar um agente de mudança ajudando na criação, estando à frente de projetos. Esse preceito conecta-se ao conceito de *designer* socialmente responsável definido por Cippola e Bartholo (2014) e apresentado no presente artigo. Se, por um lado, não foi identificada uma representatividade desse modelo de produção com engajamento social no setor da moda, por outro lado ficou evidente que existe um caminho alternativo de atuação para os *designers* que desejam se desvincular do mercado tradicional.

Uma solução alternativa de conexão entre esses negócios sociais e as empresas de varejo de moda, que não foi mencionada nos casos, e que tem sido absorvida por algumas corporações, são as *collabs*. Nesse caso, acontece uma parceria estratégica entre duas marcas que desejam alcançar objetivos comuns ou mesmo distintos. Talvez a solução não esteja na incorporação desses grupos/negócios sociais como fornecedores tradicionais de empresas de varejo de moda, e sim como parceiros, por meio da coexistência das duas marcas, sem que uma se sobreponha ou anule a outra.

Como a pesquisa de campo foi interrompida pela pandemia, a pesquisadora pretende, como desdobramento, aprofundar ainda mais esse estudo, investigando mais de perto o trabalho dessas costureiras e artesãs, a fim de conhecer seus verdadeiros anseios.

A relevância da pesquisa abordada neste artigo está na descrição dos casos. Entretanto, constatamos que não são encontradas soluções finais, e sim caminhos que facilitem a inclusão, como demonstramos no artigo a partir das ideias de Ingold (2018) e Anastassakis (2012). Concluímos, então, a partir da análise dos casos, que, apesar de o modelo de produção com engajamento social baseado em grupos de artesãos e costureiras não ter representatividade no setor, ele aponta um caminho alternativo e inclusivo a ser trilhado.

Existe um longo caminho a ser trilhado e, mesmo sem resultados definitivos e conclusivos, o presente artigo pretende apontar diferentes soluções para gestores, *designers* e indivíduos que se arrisquem nessa empreitada.

Concluímos, a partir das palavras de Ingold (2012, *s/p*), que: “A vida está sempre em aberto: seu impulso não é alcançar um fim, mas continuar seguindo em frente. A coisa, todavia, não é só um fio, mas um certo agregar de fios da vida”.

REFERÊNCIAS

ANASTASSAKIS, Zoy. Design e antropologia: desafios em busca de um diálogo promissor. *In*: 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Luís, 2012.

ANASTASSAKIS, Zoy. Relações entre design e antropologia no Brasil: discussões a partir de uma trajetória profissional. *Actas de Diseño*, n. 9 - V Encuentro Latinoamericano de Diseño, 2010.

BERLIM, Lilyan G. Contribuições para a construção do conceito Slow Fashion: um novo olhar sobre a possibilidade da leveza sustentável. *dObras* - revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, n. 32, p. 130-151, 2021. <https://doi.org/10.26563/dobras.i32.1370>

CIPPOLA, Carla; BARTHULO, Roberto. Empathy or inclusion: A dialogical approach to socially responsible design. *International Journal of Design*, v. 8, n. 2, p. 87-100, 2014.

CONTINO, Joana Martins. **Design, ideologia e relações de trabalho: uma investigação sobre a indústria da moda no capitalismo tardio**. 2019. Tese (Doutorado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Design, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48339/48339.PDF>. Acesso em: 30 set. 2023.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

INGOLD, Tim. **Anthropology and/as education**. London: Routledge, 2018.

INGOLD, Tim. O Dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000200002>

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>

IZIDIO, Luiz Lagares; LANA, Sebastiana L. B.; MORAES, Dijon de. O ambiente de crise como causa política para o design. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, Buenos Aires, v. 99, p. 1, 2019.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MEDTSCH, Alice de Oliveira; OLIVEIRA, Francisca Angélica de. O design e a educação empreendedora: um estudo de caso sobre a valorização do saber artesanal. **Fórum Fashion Revolution**, 2. ed., p. 60-63, 2019.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Angélica Francisca de. Entrevista concedida <omitido para revisão cega>. Rio de Janeiro, 5 nov. 2019.

ONG PIPA SOCIAL. **Rosa Maria artesã da Pipa Social**. Rio de Janeiro, 25 nov. 2020. Instagram: @pipasocial. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CIB0EEppsKC/?igshid=yo2meuf3geba>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PAPANEK, Victor. **Diseñar para el mundo real: ecología humana y cambio social**. 1 ed. Barcelona: Pollen Edicions, 2014.

REDE ASTA. **Nem todo herói usa capa – mas todos usam máscara!** 28 out. 2020. Instagram: @rede_asta. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG51xbTjzZ0/?igshid=19av5pkit2ejc>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROCHA, Helena. Entrevista concedida <omitido para revisão cega>. Rio de Janeiro, 13 ago. 2019.

Sobre as autoras

Barbara de Oliveira e Cruz: Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Rita Maria Couto: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Roberta Portas Gonçalves Rodrigues: Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.
Contribuições dos autores: Cruz, B. O.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Validação, Escrita – Primeira Redação. Couto, R. M.: Supervisão, Escrita – Revisão e Edição. Rodrigues, R. P. G.: Administração do Projeto, Visualização.



Marco Legal dos Games: análise exploratória do cenário econômico dos jogos digitais e sua relevância para a economia brasileira

After the Legal Framework for Games: an exploratory analysis of the economic scenario of digital games and their relevance for the Brazilian economy

Albano Francisco Schmidt¹ , Luise Amaral¹ , Vanessa Ribeiro Couto¹ 

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise exploratória do Marco Legal dos Games — MLG (Lei n. 14.852/2024) dando ênfase ao cenário econômico do setor de jogos digitais, especificamente entre 2010 e 2023. O recorte é anterior ao ano de promulgação do MLG (2024). A partir da promulgação da lei surge a necessidade de explorar os dados econômicos do setor dos jogos digitais para identificar o seu potencial e desafios. Baseia-se na legislação nacional, nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal e nos principais veículos do setor de jogos digitais. O método utilizado foi o dedutivo-quantitativo, no que tange a avaliação dos dados econômicos no período, evidenciando a sua importância para o fomento da economia e o crescente desenvolvimento. Como referencial teórico da análise, o artigo valeu-se dos preceitos da análise econômica do Direito, em seu viés neoinstitucional. O primeiro problema identificado foi a ausência de incentivo do Estado, e intrinsecamente relacionado está o segundo problema identificado: a alta carga tributária. A primeira etapa para o avanço do setor foi concluída, entretanto as próximas são desafiadoras, e ainda há algumas hipóteses que podem ser levantadas: se o MLG solucionará os problemas levantados ou apenas resolverá em parte, não podendo remediar a alta carga tributária. Com o MLG, o esperado é o incentivo ao setor de jogos brasileiros e a promoção das indústrias nacionais do ramo, sendo necessário o devido amparo para que, além da Lei, o Estado faça cumprir os dispositivos legais. Os ambientes econômico e legal são fundamentais para que a partir do MLG o mercado cresça e os anos de ausência legislativa sejam supridos.

Palavras-chave: Jogos digitais. Economia Criativa. Marco Legal dos Games. Análise econômica do Direito. Análise de impacto regulatório.

ABSTRACT

This article presents an exploratory analysis of the Legal Framework for Electronic Games (Law n. 14,852/2024 – LFG), emphasizing the economic scenario of the digital gaming sector, specifically between 2010-2023. The study's focuses on the period prior to the year of promulgation of the LFG (2024). Following the enactment of the law, there is a need to explore the economic data of the digital gaming sector to identify its potential and challenges. It is based on national legislation, data from the Federal Government's Transparency Portal, and the main media in the digital games industry. The method used was deductive-quantitative, regarding the evaluation of economic data in the period, highlighting its importance for promoting the economy and growing development. As a theoretical reference for the analysis, the article uses the precepts of the economic analysis of Law, in its neo-institutional vision. The first identified problem was the lack of State incentive; the second problem is intrinsically related: the high tax burden. The first

¹Faculdade IELUSC – Joinville (SC), Brasil. E-mails: albanodireito@gmail.com; luise.amaral8@gmail.com; vanribeiro430@gmail.com

Recebido em: 08/08/2024 – Aceito em: 02/10/2024

stage for the advancement of the sector has been completed; however, the following ones are challenging, and there are still some hypotheses that can be raised: whether the LFG solves the problems or if it will only solve them partially, not being able to remedy the high tax burden. With the LFG, the expectation is to encourage the Brazilian gaming sector and promote national industries in the field. But support is necessary so that, in addition to the Law, the State enforces legal provisions. The economic and legal environment is essential so that, based on the Legal Framework for Games, the market can grow, and the years of legislative absence can be covered.

Keywords: *Electronic games. Creative Economy. Games Legal Framework. Law and economics. Regulatory impact analysis.*

INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei n. 2.796 transformou-se na Lei n. 14.852, sendo publicada no *Diário Oficial da União* no dia 6 de maio de 2024. Doravante chamada “Marco Legal dos Games” (MLG), sendo este feito importante para a indústria de jogos digitais brasileira. O MLG regulamenta a comercialização, o desenvolvimento, a importação, o aproveitamento comercial e a melhor distribuição de recursos. A lei visa a medidas para o crescimento do ambiente de negócios do setor dos jogos digitais como um todo.

A regulamentação do setor representa um passo significativo em direção ao futuro dos jogos digitais, tendo em vista que com o MLG inerentemente reconhece a importância de uma sólida relação entre o setor público e a indústria dos jogos para impulsionar o desenvolvimento do país. Reafirmando a importância desse setor, a Ministra da Cultura afirmou:

O setor de games é um dos que mais crescem no país e no mundo, cerca de 75% dos brasileiros jogam. Ter este instrumento que regulamenta o segmento é fundamental para que a cadeia produtiva gere ainda mais empregos, estimulando o ambiente de negócios, impulsionando inovações e investimentos em tecnologia, cultura e produtos audiovisuais. (Ministério da Cultura, 2024b, s/p)

Um aspecto importante na promulgação da lei foi o veto do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que sancionou o MLG com um veto, incidente no artigo 19, que determinava o abatimento de 70% no Imposto de Renda (IR):

Os contribuintes do imposto de renda incidente nas remessas ao exterior de remunerações oriundas da exploração de jogos digitais ou de licenciamentos decorrentes de jogos digitais no País poderão beneficiar-se de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção ou de coprodução de jogos digitais brasileiros independentes (Brasil, 2024, s/p).

O texto do artigo vetado era acerca do incentivo fiscal a remessas ao exterior de remuneração, mecanismo que gera interesse em grandes investidores no campo cultura, pois incentiva a pessoa física ou jurídica a investir no desenvolvimento de projetos de jogos brasileiros independentes, fomentando o mercado interno de desenvolvimento de jogos. Por intermédio do MLG nesse dispositivo específico,

ocorreria a movimentação do setor cultural, atuando como um instrumento de política pública para captar recursos ao setor em destaque.

A justificativa do veto baseia-se em uma tríplice linha argumentativa, no sentido de que criaria renúncia de receita sem a apresentação do impacto orçamentário e financeiro exigido pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹ (Brasil, 2016). O segundo argumento fundamenta-se na falta de medidas para a compensação, alegando também a ausência do prazo máximo de cinco anos de vigência. O último argumento dispõe acerca da inexistência do demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro para os exercícios dos anos de 2024, 2025 e 2026 (Congresso Nacional, 2024).

O argumento final resulta no descumprimento do disposto no art. 14 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (Brasil, 2000, s/p).

Ainda, resulta no descumprimento do art. 132, do art. 133 e do art. 142 da Lei n. 14.791, de 29 de dezembro de 2023 — Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (Congresso Nacional, 2024, s/p):

Art. 132. As proposições legislativas, de que tratam o art. 59 da Constituição, as suas emendas e os atos infralegais que importem renúncia de receitas ou criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos art. 14 e art. 17 da Lei Complementar n. 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser instruídos com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes e atender ao disposto neste artigo.

Art. 133. Com vistas à manifestação sobre a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira, deverão ser encaminhados previamente à sua edição as proposições legislativas e os decretos relacionados ao disposto no art. 132, no âmbito do Poder Executivo federal, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

Art. 142. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

¹ Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

I - conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos;

II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos; e

III - designar órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

Superando a parte procedimental da promulgação do MLG, destaca-se que a Lei prevê a utilização da Lei Rouanet como mecanismo de captação de recursos para o setor, estimulando a produção e a coprodução de jogos brasileiros (Ministério da Cultura, 2024b). O incentivo do Estado é um fator impulsionador do setor, uma vez que “não há desenvolvimento do setor de games sem indução efetiva e atuação do Estado como parceiro” (Filho; Zambon, 2023). Sendo artigo específico o significado de conquistas ao setor dos jogos digitais.

Para a compreensão introdutória do que está englobado dentro do termo “jogos digitais”, conforme o MLG, é necessário delimitar a terminologia utilizada neste artigo.

A principal terminologia que se torna vital abolir é a de “jogos eletrônicos”, em razão da constante menção do termo “jogos eletrônicos de azar”, que são os bingos e os caça-níqueis, atualmente proibidos no ordenamento jurídico brasileiro. Em decorrência disso, mesmo que a mídia popular utilize o termo “jogos eletrônicos” é indispensável a desvinculação com os jogos de azar em função da conotação negativa e com a finalidade de evitar possíveis confusões (Schmidt; Gonçalves, 2014).

Em virtude disso, optou-se pela utilização da terminologia de jogos digitais para referenciar o mercado em geral neste artigo. Os jogos digitais são um método interativo digital que promove uma experiência de interação entre os jogadores e os personagens ou ambientes que integram os jogos. Seguem regras e têm alguns objetivos que são pré-definidos pela regulação do jogo, podem ser jogados em diversos aparelhos eletrônicos, como *smartphones*, computadores, *tablets* e *video-games* (Battaiola; Elias; Domingues, 2002). Dessa compreensão em diante, a Lei n. 14.852/2024 define o que está dentro da expressão “jogos digitais” como:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se jogo eletrônico:

I – a obra audiovisual interativa desenvolvida como programa de computador, conforme definido na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, em que as imagens são alteradas em tempo real a partir de ações e interações do jogador com a interface;

II – o dispositivo central e acessórios, para uso privado ou comercial, especialmente dedicados a executar jogos digitais;

III – o software para uso como aplicativo de celular e/ou página de internet, jogos de console de videogames e jogos em realidade virtual, realidade aumentada, realidade mista e realidade estendida, consumidos por download ou por streaming. (Brasil, 2024, s/p)

A partir do entendimento do que está englobado no conceito de jogos digitais, inicia-se a análise do setor. O setor dos jogos digitais é uma atividade econômica com potencial de movimentar o mercado de trabalho, podendo contribuir para o crescimento da economia do Brasil como um todo (Mello; Zendron, 2015). Para além do impacto na economia gerado pelo desenvolvimento dos jogos (contratações formais, contratos de parceria, criação de novas empresas voltadas para programação e modelagem 3D etc.), ainda, os jogos digitais impulsionam a economia brasileira por meio dos grandes eventos de games, por exemplo, a *Gamescom*, o maior evento de games do mundo que ocorreu pela primeira vez na América Latina no ano de 2024, na cidade de São Paulo, com uma expectativa de público de mais de 100 mil pessoas (Consolin, 2024).

Outro importante exemplo é o *Stun Game Festival* sediado em Santa Catarina, sendo o maior evento da indústria de games do Sul do país. Desde a sua primeira edição, em 2018, o *Stun Game Festival* tinha o objetivo de conectar os interessados em games e cultura *geek*, captando novas ideias e produtos, fortalecendo o sistema criativo da região (Economia SC, 2023).

Com base no exposto, a primeira constatação é a importância do setor dos jogos digitais para a economia brasileira, em destaque na economia criativa brasileira. A regulamentação do setor dos jogos digitais reflete no futuro do setor. O secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares, declarou acerca das expectativas da legislação:

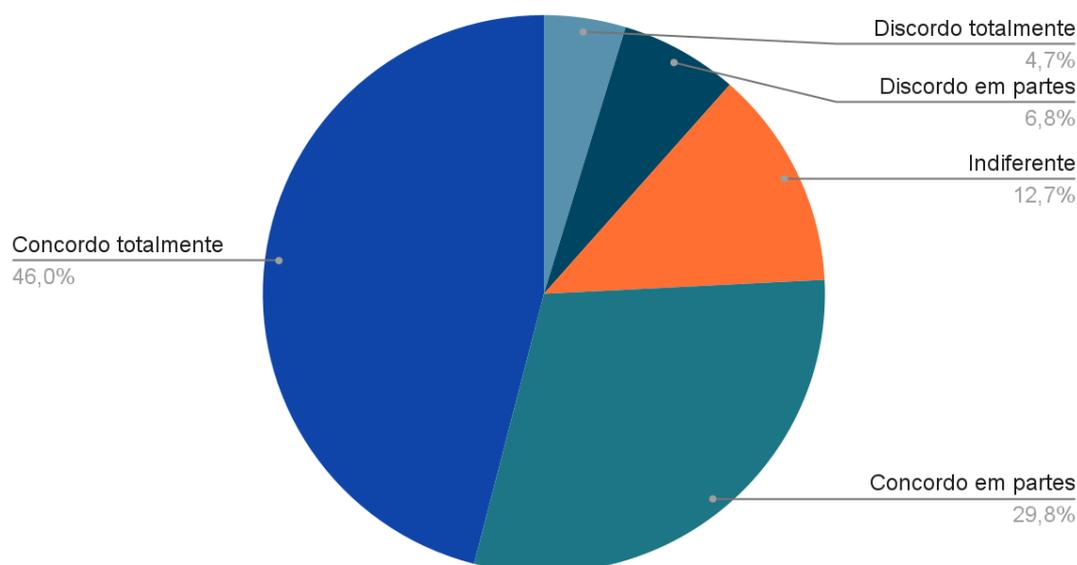
Os games, agora, têm um instrumento legal que vai fortalecer a cadeia de produção, o desenvolvimento dessa indústria tão importante. 75% dos brasileiros jogam games. Nós precisamos, agora, que tenhamos a proteção das crianças, o que a Lei garante, e que se tenha condições de fomento e desenvolvimento desse setor criativo no nosso país. (Ministério da Cultura, 2024a, s/p)

Para a demonstração do potencial econômico do setor, o estudo realizado pela Brazil Games Export Program e Homo Ludens Research and Consulting, em parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvedores de Jogos (Abragames) e a Apex Brasil, intitulado *2022: A Indústria Brasileira de Games*, expõe que o setor dos jogos digitais movimentou cerca de cerca de US\$ 2,3 bilhões no Brasil em 2021. Estimou que hoje existem mais de mil estúdios em atividade no país, que empregam, de maneira direta, aproximadamente 12.441 pessoas (Fortim, 2022).

O caminho percorrido até o grande aumento nos números do mercado ocorreu em diversas esferas, por exemplo, no campo da profissionalização de desenvolvedores da área e da saída de profissionais dos mercados ilegais de jogos digitais, sendo esses dois grandes campos do setor que vivenciaram mudanças.

Um ponto de inflexão para o avanço do mercado dos jogos digitais foi a pandemia da Covid-19, que foi responsável por parte do salto no setor dos jogos digitais, em consequência da mudança da rotina das pessoas, o que tornou esse tipo de jogo algo mais atrativo ao consumo. O isolamento social fez com que a sociedade buscasse outras formas de consumir cultura e lazer, e nesses pontos os jogos digitais tornaram-se a solução do problema. Evidenciando tal constatação, uma pesquisa

realizada pela Pesquisa Game Brasil (2024b), ao perguntar aos entrevistados se o consumo de jogos digitais aumentou durante a pandemia, obteve as respostas que constam no Gráfico 1.



Fonte: elaborado pelos autores com dados da Pesquisa Game Brasil (2021).
Gráfico 1. Porcentagem de jogadores questionados sobre o período da Covid-19.

Mesmo diante da situação de calamidade pública, essa era uma alternativa de entreter-se e gerar vínculos com aqueles que estavam longe, afinal os jogos digitais tornaram possíveis cenários que a pandemia não permitia — justamente pela mudança ocasionada pela Covid-19, ocorreu um grande aumento no consumo. Para demonstrar o avanço do setor no ano de 2020, segundo pesquisa da Wijman (2020), o país arrecadou cerca de US\$ 2,19 bilhões, destacando que no ano de 2024 a cotação do dólar está R\$ 5,44. A Tabela 1 evidencia o crescimento do setor entre 2018

Tabela 1. Valor arrecadado pelo setor de jogos digitais, em US\$ bilhões, entre 2018 e 2021.

2018	2019	2020	2021
US\$ 1,5	US\$ 1,7	US\$ 2,19	US\$ 2,3

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa da Wijman (2020).

e 2021: Corroborando com a afirmação do aumento ocasionado pela pandemia, o CEO da *Brasil Game Show*, Marcelo Tavares, explica o fenômeno: “A pandemia provocou um efeito natural, as pessoas buscam uma opção de entretenimento dentro das próprias casas. Uma das grandes vantagens dos jogos é que ele dá a chance de vivenciar de uma maneira virtual aquilo que você não está podendo viver no mundo real”. (Ícaro; Tavares, 2021). Ainda, acerca do latente crescimento do mercado dos jogos digitais, no ano de 2020 o hábito de jogos digitais aumentou 7,1% se comparado a 2019 (Gráfico 2).



Fonte: Pesquisa Game Brasil (2024a).

Gráfico 2. Dados acerca do hábito de jogos digitais (2018-2024).

Vários setores foram afetados pela pandemia da Covid-19, entretanto o setor dos games esteve na contramão; especificamente no Brasil, entre 2018 e 2022 houve um aumento de 169% no número de empresas de desenvolvimento de jogos, indicando o avanço do setor e a sua capacidade como fator de desenvolvimento econômico (Main Leaf, 2024). Após essa primeira análise surge a necessidade da compreensão inicial das teorias utilizadas no artigo, compreender o enquadramento do conceito de jogos digitais dentro do campo da economia criativa, além de realizar uma análise exploratória dos dados do setor.

A ECONOMIA CRIATIVA E O PAPEL DOS JOGOS DIGITAIS

Com a finalidade de compreender como os jogos digitais se incluem na economia criativa, torna-se fundamental abranger o conceito desta. A economia criativa é um importante conceito para a pesquisa acerca do destaque dos jogos digitais para o desenvolvimento econômico. O professor John Howkins a conceitua como “um processo que utiliza da criação para que as pessoas possam explorar determinado valor econômico” (PUCRS online, 2024). A partir desse conceito inicial, constata-se que a economia criativa é baseada em dois fatores: o fator A, sendo a criação ligada ao valor econômico, e o fator B, a criação do novo interligado a fatores criativos, subjetivos (PUCRS online, 2024). Aprofundando o conceito pode-se compreendê-la como todos os serviços e produtos desenvolvidos a partir da criatividade, da habilidade ou do gênio humano (Schmidt; Gusso; Carelli, 2020).

Dando continuidade na construção do entendimento acerca da economia criativa, segundo a Organização das Nações Unidas — ONU (UNCTAD, 2010), a economia criativa tem como objetivo organizar o setor cultural, os produtores e consumidores incluídos neste. Regressando historicamente, a primeira vez que o termo “economia criativa” apareceu, conforme Miguez (2007), foi em 2001 na matéria de capa da edição especial de agosto da revista *Business Week*, intitulada *The Creative Economy – the 21 century corporation* (UNCTAD, 2010). A relevância da economia criativa no campo cultural destacado pela ONU e a tardia primeira menção do termo “economia criativa” permitem a constatação preliminar do lento reconhecimento do setor, afinal entre a primeira menção e o ano de recorte temporal do presente artigo, o ano de 2024, são 23 anos em um processo de reconhecimento.

Para a visualização da importância da economia criativa no Brasil, o Senado Federal veiculou matéria informando que ela é responsável por 3,11% do Produto

Interno Bruto (PIB), superando o índice da indústria automobilística, que registrou 2,1% no mesmo período. Em continuidade, o setor emprega cerca de 7,5 milhões de pessoas nas empresas formalizadas, e em 2022 gerou 308,7 mil novos postos de trabalho comparado a 2021. Ainda, em 2020 havia mais de 130 mil empresas do ramo das indústrias criativas em atividade no país, equivalente a 7% do total de trabalhadores da economia brasileira (Menezes, 2023). Esses dados coletados salientam a posição de destaque econômico que o setor da economia criativa no Brasil deve ocupar, bem como evidenciam a sua importância em explorar o tema.

Dentro do conceito de economia criativa estão compreendidos vários campos, por exemplo, moda, literatura, *design*, música, sendo os jogos digitais um deles. Os jogos digitais unem a criatividade, o ato de empreender e a ascensão da economia. Defendendo os jogos digitais como uma forma de arte, Waller (2012) aduz que esses “são diversão, plataforma educacional, mídia social e forma de expressão, essa multiplicidade de funções abre uma grande possibilidade para a compreensão deles também como arte”. Sendo assim, é possível compreender que os jogos digitais são arte e uma forma de cultura, e com base nessa consideração preliminar se permite analisá-los sob a perspectiva da economia criativa, possibilitando seguir para a análise econômica desse campo específico: os jogos digitais.

ANÁLISE ECONÔMICA DO SETOR DE JOGOS DIGITAIS NO BRASIL

Ao realizar uma análise econômica do setor de jogos digitais é necessário atentar-se à análise econômica do direito como um todo, e quais as questões levantadas por esse campo de pesquisa. A análise econômica do direito é importante pela sua previsibilidade; esta permite a análise de cenários fáticos a partir da inclusão de variáveis nele, obtendo desse contexto, a partir da nova inclusão, resultados a serem observados e conflitados, nesse ponto que se destaca a sua relevância ao estudar políticas governamentais (Schmidt; Gonçalves, 2014). Ainda, esses aspectos fazem com que a análise econômica do direito seja uma abordagem sólida, em razão de explorar a eficiência de alterações no ordenamento jurídico, com base no comportamento econômico (Gico Jr., 2012).

Em razão da análise econômica do setor dos jogos digitais proposta, e o objetivo de compreender o cenário em que o MLG foi promulgado e os seus desafios diante da economia brasileira, a análise econômica do direito (AED) é o método escolhido para esta análise justamente pelo seu conceito enquadrar-se dentro dos objetivos do artigo. A AED pode ser conceituada como “a utilização da abordagem econômica para tentar compreender o direito no mundo e o mundo no direito” (Gico Jr., 2011, p. 20). A partir do estudo do direito na sociedade, e como a sociedade comporta-se perante o direito utilizando de um ponto de vista econômico, é possível visualizar vários cenários. Os dados econômicos, por exemplo, materializam a consequência gerada a partir da promulgação de uma lei específica em um setor X. Sendo esse o ponto principal com a análise exploratória do MLG e de realizar a busca dos dados econômicos do setor de jogos digitais.

Medir o impacto de uma nova legislação em um setor é possível a partir da AED — com destaque em seu viés neoinstitucional —, pois pode-se comparar o cenário anterior à lei e o cenário após a lei sancionada, explorando como a sociedade comporta-se nesse segundo momento. Todos esses cenários podem ser comparados visando entender como promover a eficácia do direito na sociedade. Ademais, de modo a fundamentar, Williamson salienta que várias convivências humanas podem ser analisadas economicamente, dentro do campo coletivo, organizadas pela estrutura institucional (regras), tendo como propósito o bem-estar social (Williamson, 2012). Nessa observância de cenários possíveis, os juseconomistas buscam a resposta de dois questionamentos: “(i) quais as consequências de um dado arcabouço jurídico, isto é, de uma dada regra; e (ii) que regra jurídica deveria ser adotada” (Gico Jr., 2011, p. 20).

Posner (1992) enfatiza que a interdisciplinaridade entre o direito e a economia que resultou na AED pode ser considerada a com maior impacto no que tange ao alcance de decisões legislativas e judiciais livres de preconceitos daqueles que julgam e legislam, tornando-as mais objetivas. Essa é a razão de estudar o setor de jogos digitais da perspectiva econômica; a partir da exploração dos seus dados, estudando o que a Lei n. 14.852/2024 prevê, é possível obter um resultado objetivo da relevância do MLG para o setor.

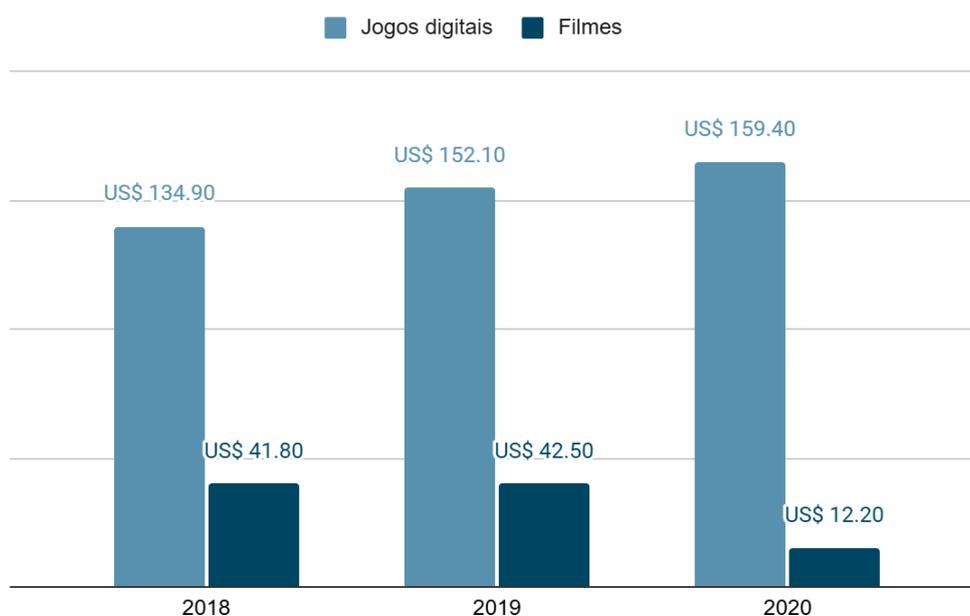
Além da necessidade em atentar-se à AED ao analisar o setor econômico dos jogos digitais em razão do MLG, há outro campo de pesquisa que é fundamental: a análise de impacto regulatório (AIR). ENAP (2020, s/p) explica o conceito: “A AIR examina e avalia os prováveis benefícios, custos e efeitos das regulações novas ou alteradas”. Esse é um instrumento que atua em aperfeiçoar a eficácia e em tornar eficiente a regulamentação, em um formato de vários procedimentos a serem utilizados para que o processo da regulação ocorra da melhor forma (Salgado; Borges, 2010). Evidente a essencialidade de compreender esse conceito, sendo o MLG uma nova legislação para ser explorada e investigada qual o seu impacto no país. A AED é a base teórica para assimilar as consequências econômicas da Lei em estudo; paralelamente, a AIR aplica na prática esses dados, para que seja decifrada a melhor aplicação. A integração das duas abordagens torna o processo regulatório mais eficiente.

A partir da compreensão da AED e da AIR, e tendo, em todo o artigo, como base teórica essas duas análises, o primeiro ponto problemático identificado em razão da legislação tardia é a existente morosidade em perceber que para o setor dos jogos digitais se desenvolver, é necessária a parceria com o setor público, afinal os locais com o maior desenvolvimento da indústria dos games, que concentram bilhões de dólares, foram pensados e planejados com base em políticas públicas (Filho; Zambon, 2023).

Para tornar sólida a constatação de que o futuro do setor é a parceria com o setor público, alguns exemplos dos países que destacam o apoio público no campo dos jogos digitais: no Canadá, o setor emprega 200 mil pessoas e gera US\$ 3 bilhões para o PIB do país; no Reino Unido, 1.640 jogos foram produzidos com desconto tributário de 20% em cima do gasto para a produção, com um retorno de 4,4 bilhões de libras para o país (Filho; Zambon, 2023). Os países citados demonstram o sucesso

que o setor dos jogos digitais obtém com o devido apoio público e principalmente o retorno ao Estado, a partir do momento em que o Estado percebe o potencial do setor e a mão de via dupla de crescimento econômico, ambos os lados têm a desenvolver-se. Portanto, esse é o primeiro aspecto objeto de exploração: a falta de incentivo do Estado ao setor dos jogos digitais, e a partir do MLG há expectativa de o setor começar a ser visto pelo Estado.

A apuração dos dados econômicos enfatiza que mesmo diante de altos números o Estado é omissivo quanto a aproximar-se do campo dos jogos digitais para tornar esta uma parceria de inovação e avanço para o país. O setor dos games movimentou mais do que o cinema e a indústria fonográfica, tornando-se cada vez mais o foco na economia, levantando o questionamento do que faltaria para o Estado olhar para a indústria dos jogos digitais (Filho; Zambon, 2023). Para corroborar com a afirmação de que o setor dos jogos digitais aumentou mais do que o cinema, o Gráfico 3 faz uma comparação entre o setor de jogos digitais e a arrecadação de bilheteria dos filmes entre os anos de 2018 e 2020.



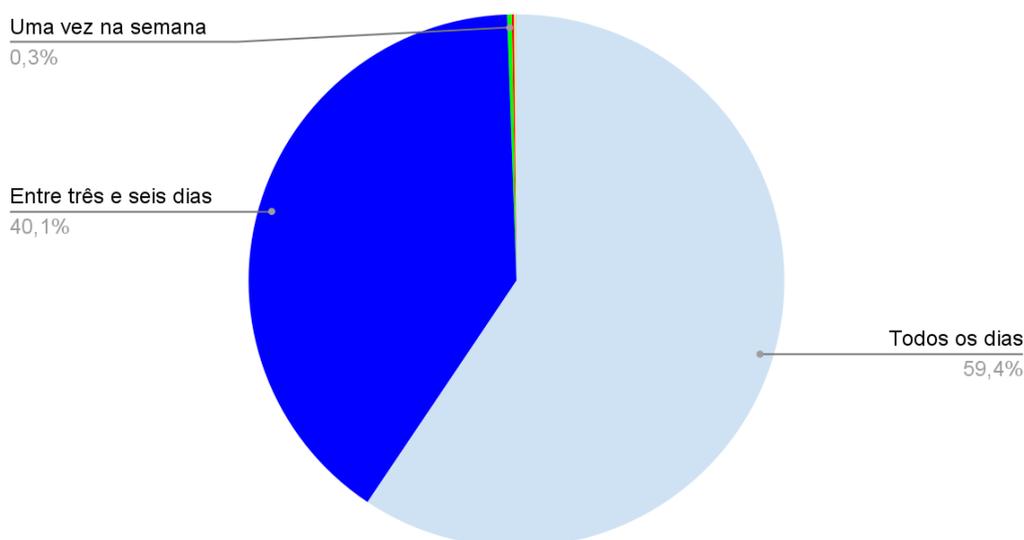
Fonte: elaborado pelos autores com dados de Wijman (2020) e Scoutas (2021).
Gráfico 3. Valor arrecadado em US\$ bilhões entre 2018 e 2020.

De acordo com a análise de Santos e Stein (2017), do *Superdata Research* (2014), no ano de 2013 o Brasil foi líder nas vendas de jogos digitais na América Latina. Nesse segmento como um todo, foram movimentados US\$ 4,4 bilhões e quase US\$ 1,5 bilhão foram comercializados pelo Brasil (representando, assim, 34% de toda a América Latina). Esses números levantam a indagação do que ainda é necessário para o reconhecimento do setor; o MLG advém com a esperança de que esse é o primeiro passo para que o Estado contemple os jogos digitais.

Baseada na importância da demonstração do potencial do setor no ano de 2023, a PricewaterhouseCoopers publicou a *Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2022-2026*, na qual aponta que o setor dos jogos digitais acelerou no mundo

em 2020, com um aumento de 21,2% nas receitas. Um ano depois, no Brasil, houve um aumento de 27,4%, demonstrando o quanto o crescimento do mercado de jogos digitais nacional acompanha o crescimento do mercado internacional (Sebrae, 2023).

No Brasil, a receita total de jogos digitais e *e-sports* — sendo este conceituado por Minamihara (2020, p. 24) como “a profissionalização das competições de jogos eletrônicos, trazendo um paralelo com os esportes tradicionais” — no ano de 2021 foi de US\$ 1,4 bilhão e deve ultrapassar US\$ 2,8 bilhões em 2026, aumentando em um CAGR (taxa de crescimento anual composta) de 15,2% e responderá até 2026 na América Latina por 47,4% da receita total do mercado de jogos digitais. Dando continuidade na busca dos dados que sublinham o interesse dos brasileiros em jogos digitais, a pesquisa realizada pela Pesquisa Game Brasil (2024a), ao perguntar aos entrevistados com qual frequência jogam jogos digitais *online*, obteve as respostas que constam no Gráfico 4.



Fonte: elaborado pelos autores com base na Pesquisa Game Brasil (2024b).
Gráfico 4. Frequência de acesso a jogos digitais *online* por semana.

Esses dados elucidam o quanto o mercado nacional de jogos digitais tem aptidão para colocar-se no mercado internacional desde que obtenha o incentivo por intermédio das políticas públicas do país.

Em suma, o incentivo do Estado ao setor visando ao fomento da expansão econômica por meio dos jogos digitais impulsiona tanto os avanços tecnológicos e culturais quanto o desenvolvimento de profissionais que atuam no ramo. Os dados apresentados demonstram o retorno que o setor dos jogos digitais traz para o Estado. No Brasil, mesmo diante de uma ausência de política nacional, o setor movimenta R\$ 13 bilhões por ano; a expectativa para o futuro é que com o MLG o Brasil se coloque na disputa do mercado global (Filho; Zambon, 2023).

A partir dos dados levantados é evidente que os jogos digitais são importantes propulsores do crescimento econômico e precisam ser vistos como tal, sendo importante que o mercado esteja bastante solidificado para prosseguir promovendo

lucros econômicos e tecnológicos. O entretenimento é apenas uma parte, frente a todas as oportunidades que o setor pode trazer para a economia criativa do país diante da parceria com o poder público. A partir da análise dos dados e da constatação do potencial econômico do setor, é necessária a exploração dos desafios encontrados no setor de jogos digitais, tendo como base o primeiro problema identificado preliminarmente — a falta de incentivo do Estado —, que mesmo diante da promulgação do MLG continuam trazendo consequências ao setor.

O MARCO LEGAL DOS GAMES E OS DESAFIOS DO FUTURO DOS JOGOS DIGITAIS

A partir da sanção do MLG, a cultura como um todo é beneficiada, o que significa avanços para um novo período de incentivo, avanço tecnológico e crescimento econômico do setor. O Brasil é a maior potência da indústria dos jogos digitais na América Latina e a segunda maior do sul global, superada apenas pela Coreia do Sul (Coelho, 2024).

Apesar de ocupar um local consolidado no que tange ao desenvolvimento positivo no mercado brasileiro, os jogos digitais poderão enfrentar alguns desafios ou continuar enfrentando problemas que perduram no tempo. Um exemplo é a questão da pirataria, que atualmente ocorre em menor proporção em razão das políticas de proteção empregadas pelas marcas, mas que segue sendo uma discussão relevante. A pesquisa *Infodemia e os impactos na vida digital*, da Kaspersky, uma das empresas reconhecidas como pioneira da segurança cibernética, estabelecida no mercado desde 1997 (Bergmann, 2020), com parceria com a Corpa, constatou que 91% dos brasileiros concordam que utilizar *software* e jogos digitais ilegais representa um problema de segurança. Entretanto, 26% admitiram ter utilizado programas piratas. O Brasil é o terceiro colocado no *ranking* regional de pirataria. De acordo com dados levantados pelo Fórum Nacional Contra Pirataria e a Ilegalidade (ETCO, 2021), desde 2014 o Brasil perde bilhões com o mercado ilegal, sendo este número geral, ou seja, o mercado dos games está englobado dentro desse dado. Para além de ter impacto no âmbito jurídico, impacta o âmbito econômico do país.

Entretanto, conforme ilustrado anteriormente, segundo dados de Fortim (2022), o principal desafio está relacionado ao financiamento dos projetos e à obtenção de recursos, ambos ligados à falta de incentivo financeiro e de apoio na geração de visibilidade para a indústria de jogos nacional, resultado da falta de incentivo do Estado — conforme explorado no tópico “Análise econômica do setor de jogos digitais no Brasil”. Diretamente ligado ao primeiro problema identificado está o aspecto da alta carga tributária.

Dando ênfase no que diz respeito à alta carga tributária, em decorrência de esta absorver uma parte considerável dos rendimentos das empresas, fundamentando essa argumentação, no dia 10 de junho de 2024 ocorreu uma audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico em Minas Gerais, na qual diversos empresários que participaram de diversos locais do Estado trouxeram à tona o tema de que a alta carga e a dificuldade do sistema tributário atuam como desestimuladores

para o empreendedor no Brasil, dando destaque ao fato de que o sistema faz com que os mais pobres paguem mais tributos que os ricos (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2024).

Ainda, nessa audiência pública, Marcelo Nogueira de Moraes, conselheiro da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais, apontou: “Em 2022, foi apurada uma tributação total de 33,56% sobre o PIB” (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2024, s/p). Por fim, para enfatizar o impacto da alta tributação, Roberto Ellery (2021, s/p) discorre:

É isso mesmo: as empresas brasileiras pagam a quarta maior alíquota de impostos sobre renda entre os 108 países avaliados pela OCDE. E piora: em nenhum país da OCDE a alíquota é maior que no Brasil. Chega perto, como é o caso da França, mas não é maior. Vale repetir para enfatizar: o Brasil tributa mais as empresas do que todos os países ricos da OCDE.

Por conseguinte, essa alta carga tributária, conforme Silva (2021), não gera o aumento da arrecadação fiscal, acaba por desestimular os seus fatos geradores, assim como pode gerar a maior sonegação dos impostos. Esse argumento no contexto em estudo destaca que a alta carga tributária atua como um repressor ao desenvolvimento das empresas de jogos digitais.

Esses são dois dos principais desafios que o mercado dos jogos digitais enfrentava e continuará enfrentando; entretanto, a partir do MLG o esperado ao setor é a segurança de que o Estado enxergará esses problemas e estará disposto a enfrentá-los, visualizando o potencial do setor. Os desafios identificados preliminarmente por este artigo exigem a atenção do Estado e um estudo aprofundado para encontrar a melhor forma de solucionar. Destaca-se que problemas complexos como a falta de incentivo do Estado e a alta carga tributária, sendo esse segundo diretamente ligado ao poder do Estado em (des)incentivar o setor dos jogos digitais, necessitam de medidas igualmente complexas, com o devido equilíbrio na intervenção do Estado para combatê-los. Os jogos digitais vão além do mero entretenimento: eles representam uma geração de empregos, avanço econômico e, principalmente, a oportunidade de posicionar o Brasil de forma competitiva no cenário internacional dos jogos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou explorar o mercado dos jogos digitais como importante impulsionador da economia criativa no Brasil entre 2010 e 2023, e especificamente demonstrar, por intermédio dos dados econômicos do recorte temporal analisado, o potencial do setor para o Brasil. Constatou-se preliminarmente que apesar da ausência de regulamentação, o setor, no decorrer dos anos, ocupou o seu lugar no mercado. A Lei n. 14.852/2024 foi explorada por intermédio da AED.

Teve-se como ponto de partida a análise do MLG, seguindo para a compreensão do conceito de economia criativa e sob o entendimento dos jogos digitais pela perspectiva da economia criativa. A partir dessa primeira análise, observa-se que mesmo com a ausência de regulamentação o setor desenvolveu-se no decorrer dos

anos com uma taxa de crescimento de 10%, sendo o mercado brasileiro de jogos digitais um dos dez maiores do mundo. A partir dessas compreensões iniciais, foram coletados os dados econômicos, que evidenciaram o potencial econômico do setor. Em função disso, foi possível identificar o principal problema: a falta de incentivo do Estado ao setor dos jogos digitais. Os dados dos outros países que planejaram o setor dos jogos digitais baseando-se em políticas públicas são hoje os maiores no mercado dos jogos digitais, enquanto o Brasil, em todos esses anos, atuou como um exportador de talentos dos desenvolvedores brasileiros, mesmo diante de seus grandes números no setor.

O primeiro problema constatado foi a ausência de incentivo do Estado, e na continuidade da identificação dos desafios do cenário em que o MLG foi promulgado, observou-se o problema da alta carga tributária.

A sanção da lei foi o principal passo para que os desafios do passado sejam superados. A constatação preliminar é de que o cenário após sanção do MLG é positivo ao setor dos jogos digitais, a segurança que advém da Lei traz otimismo ao setor. Entretanto, formulam-se hipóteses acerca do futuro: se tão somente o MLG conseguirá abranger todas as problemáticas; se resolverá em parte; ou se, em razão do segundo problema identificado (a alta carga tributária), não será o suficiente para remediar os desafios.

Após tantos anos sem a devida regulamentação há um vácuo entre a expectativa dos dispositivos legais e a forma como será aplicado na prática. Dessa forma, além de sancionar a Lei, cabe ao Estado a competência de tornar eficazes os dispositivos do MLG, cumprindo com o seu dever constitucional de promover a todos o acesso à cultura (Brasil, 1988).

Nessa linha, um possível deslinde para que o cenário pós-sanção do MLG tenha sucesso é o amparo do Estado e de seus Ministérios competentes para a devida operacionalização dos dispositivos legais, para que o que foi proposto pelo legislador se torne eficaz e real. Assim, efetivamente por intermédio da legislação específica, os problemas como a falta de incentivo público e a alta tributação serão combatidos.

Todo o estudo levantado diante da limitação temporal deve ser utilizado para futuras pesquisas com o objetivo de continuar a análise exploratória do tema. O artigo buscou analisar o cenário em que o MLG nasceu, possibilitando compreender a necessidade que fez o projeto de Lei n. 2.796 se transformar na Lei n. 14.852/2024. Buscou contribuir para o melhor aproveitamento do setor, que até o ano de 2024 operava na economia criativa sem dispor de uma regulamentação. O MLG reflete o reconhecimento do setor dos jogos digitais no mercado brasileiro, e para que possa usufruir plenamente das garantias dispostas no corpo da lei é crucial que não seja negligenciado. Este foi apenas um passo para o desenvolvimento diante de tantos anos de desvalorização, e requer todo o apoio estatal para sustentar o crescimento gradual.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Alta carga tributária e complexidade do sistema desestimulam empreendedorismo. ALMG, 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>

Marco Legal dos Games: análise exploratória do cenário econômico dos jogos digitais e sua relevância para a economia brasileira

comunicacao/noticias/arquivos/Alta-carga-tributaria-e-complexidade-do-sistema-desestimulam-empresendedorismo/. Acesso em: 13 jul. 2024.

BATTAIOLA, André Luiz; ELIAS, Nassim Chamel; DOMINGUES, Rodrigo de Godoy. Um software para ensino de conceitos de computação gráfica. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, ago. 2002. Disponível em: <https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/113/16>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BERGMANN, Kym. An international perspective on cyber security - Kaspersky. **Asia-Pacific Defence Reporter**, v. 46, n. 9, p. 22-23, nov. 2020.

BRASIL. **Congresso Nacional, Veto nº 10, de 2024**. Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, que "Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos; e altera as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 9.279, de 14 de maio de 1996". Diário Oficial da União. 2024 May 06.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024. Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos; e altera as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 9.279, de 14 de maio de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 maio 2024.

CONGRESSO NACIONAL. **Estudo do Veto nº 10/2024**: Incentivo Fiscal aos jogos eletrônicos brasileiros independentes. Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021. Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9609791&ts=1717574422983&disposition=inline>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CONSOLIN, Beatriz. **Gamescom**: São Paulo recebe maior evento de games do mundo. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/esports/gamescom-sao-paulo-recebe-maior-evento-de-games-do-mundo/#:~:text=A%20Gamescom%2C%20maior%20evento%20de,estender%20at%C3%A9%2030%20de%20junho>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ECONOMIA SC. **SC sedia maior evento da indústria de games do Sul do Brasil**. Economia SC, 2023. Disponível em: <https://economiasc.com/2023/08/17/sc-sedia-maior-evento-da-industria-de-games-do-sul-do-brasil/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ELLERY Roberto. **O Brasil é o quarto país do mundo que mais tributa empresas - e supera todos os países da OCDE**. Mises Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.moneyreport.com.br/economia/o-brasil-e-o-quarto-pais-do-mundo-que-mais-tributa-empresas-e-supera-todos-os-paises-da-ocde/>. Acesso em: 24 set. 2024.

ENAP. **Professor da Enap explica como a Análise de Impacto Regulatório pode destravar o desenvolvimento brasileiro**. Enap, 2020. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/professor-da-enap-explica-como-a-analise-de-impacto-regulatorio-pode-destravar-o-desenvolvimento-brasileiro>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. **Brasil perde R\$ 287,9 bilhões para o mercado ilegal**. ETCO, 2021. Disponível em: <https://www.etc.org.br/tag/fncp/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FILHO, Márcio; ZAMBON, Pedro. **Setor de Games no Brasil Movimenta R\$ 13 bilhões por ano, mas ainda sem uma política nacional adequada**. Carta Capital, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/setor-de-games-no-brasil-movimenta-r-13-bilhoes-por-ano-mas-ainda-sem-uma-politica-nacional-adequada/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FORTIM, Ivelise (org). **Pesquisa da indústria brasileira de games 2022**. São Paulo: ABrGames, 2022.

GICO JR., Ivo T. Introdução à Análise Econômica do Direito. *In*: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinicius (coord.). **O que é análise econômica do direito**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011. p. 17-26.

GICO JR., Ivo. Introdução ao Direito e Economia. *In*: **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. Indaiatuba: Editora Foco Jurídico Ltda, 2012. p. 1-33.

ÍCARO, Pedro; TAVAREZ, João Vitor. **Mundo dos games ganha fôlego com o isolamento social**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4920053-mundo-dos-games-ganha-folego-com-o-isolamento-social.html>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MAIN LEAF. **Analisando o impacto da COVID-19 na indústria de jogos**. Main Leaf, 2024. Disponível em: <https://mainleaf.com/pt/impacto-da-covid-19-na-industria-de-jogos/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MELLO, Gustavo; ZENDRON, Patricia. Como a indústria brasileira de jogos digitais pode passar de fase. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 337-381, set. 2015. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9616/2/BNDES%20Setorial%2042%20Como%20a%20ind%3%baustria%20brasileira%20de%20jogos%20digitais%20pode%20passar%20de%20fase_P_BD.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

MENEZES, Margareth. **O Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MICBR)**. Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/micbr/noticias-1/o-mercado-das-industrias-criativas-do-brasil-micbr#:~:text=econ%3%B4mico%20das%20na%3%A7%3%B5es.-,No%20Brasil%2C%20a%20economia%20criativa%20%3%A9%20respons%3%A1vel%20por%203%2C11,j%3%A1%20se%20sabe%3A%20cultura%20importa>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Editora UFBA; 2007.

MINAMIHARA, Allan Mitsuhiro. **Jogos eletrônicos e e-Sports: desenvolvimento e mercado**. 2020. 63 p. Monografia - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14708/MINAMIHARA_2020%20-%20Monografia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Aprovação do marco legal dos jogos digitais no Senado é comemorada pelo MinC**. Ministério da Cultura, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-celebra-aprovacao-do-marco-legal-dos-jogos-eletronicos-no-senado>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Câmara aprova marco legal dos jogos eletrônicos, medida segue para sanção de Lula**. Ministério da Cultura, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/camara-aprova-marco-legal-dos-jogos-eletronicos-medida-segue-para-sancao-de-lula>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PACETE, Luiz Gustavo. **2022 promissor: mercado de games ultrapassará US\$ 200 bi até 2023**. Revista Forbes 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/01/com-2022-decisivo-mercado-de-games-ultrapassara-us-200-bi-ate-2023/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PESQUISA GAME BRASIL. **Edição gratuita 2021**. 8 ed. PBG, 2021. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/edicao-gratuita/>. Acesso em: 27 set. 2024.

PESQUISA GAME BRASIL. **Edição gratuita 2024**. PBG, 2024a. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/edicao-gratuita/>. Acesso em: 27 set. 2024.

PESQUISA GAME BRASIL. **Entenda os hábitos de consumo dos gamers brasileiros e latino-americanos**. PBG, 2024b. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/>. Acesso em: 27 set. 2024.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**. Chicago: Little Brown, 1992.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2022-2026: Inovação e crescimento em um novo cenário competitivo**. PricewaterhouseCoopers Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/entretenimento-midia/2022/Pesquisa-Global-de-Entretenimento-e-Midia-2022%E2%80%932026.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PUCRS ONLINE. **O que é economia criativa?** PUCRS online, 2024. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/economia-criativa>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. **Análise de impacto regulatório: uma abordagem exploratória**. Texto para Discussão, No. 1463. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

SANTOS, Renan Carvalho dos; STEIN, Maria de Lourdes Tomio. Economia Criativa: jogos eletrônicos no cenário brasileiro. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 15 n. 1, 2017. Disponível em: <https://>

portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosnegocios/article/view/5292. Acesso em: 17 abr. 2024.

SCHMIDT, Albano Francisco; GONÇALVES, Oksandro Osdival. Fomentando a legalidade e a estabilidade do mercado de videogames no Brasil: em busca da nomenclatura correta, da igualdade tributária e do preço justo. *Revista Opinião Jurídica*, v. 12, n. 16, 2014. <https://doi.org/10.12662/2447-6641oj.v12i16.p35.2014>

SCHMIDT, Albano Francisco; GUSSO, Luana de Carvalho; CARELLI, Mariluci Reis. O patrimônio cultural e os jogos: uma revisão de literatura para a possível criação da categoria de “jogos funcionais”. *Revista Patrimônio e Memória*, Assis, v. 16, n. 1, p. 478-495, jan./jun. 2020.

SCOUTAS, Marie. **Comscore Announces Global Box Office Totals For 2020**. Comscore, 2021. Disponível em: <https://www.comscore.com/Insights/Press-Releases/2021/1/Comscore-Announces-Global-Box-Office-Totals-For-2020>. Acesso em: 24 set. 2024.

SEBRAE. **Mercado de games: tendências e oportunidades**. Sebrae, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-de-games-tendencias-e-oportunidades,767cf253be2a6810VgnVCM1000001b00320aRCD#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Brasil%20teve,US%24%20316%20milh%C3%B5es%20em%202026>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SILVA, Daniel Vasconcelos da. A carga tributária brasileira e a curva de Laffer. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 10, p. 100696-100707, 2021.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Economia criativa: uma opção de desenvolvimento. 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

WALLER, Jacques. **Video games: patrimônios da era digital**. CePe, 2012. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/136/video-games--patrimonios-da-era-digital#:~:text=Aos%2040%20anos%20de%20exist%C3%Aancia,tornam%20ferramentas%20na%20%C3%A1rea%20educacional&text=Muito%20mais%20que%20divers%C3%A3o%2C%20os,cultural%20na%20virada%20do%20mil%C3%AAnio>. Acesso em: 16 abr. 2024.

WIJMAN, Tom. **Three Billion Players by 2023: Engagement and Revenues Continue to Thrive Across the Global Games Market**. newzoo, 2020. Disponível em: <https://newzoo.com/resources/blog/games-market-engagement-revenues-trends-2020-2023-gaming-report>. Acesso em: 24 set. 2024.

WILLIAMSON, Stephen D. Liquidez, Política Monetária e a Crise Financeira: Uma Nova Abordagem Monetarista. *American Economic Review*, v. 102, n. 6, p. 2570-605.

Sobre os autores

Albano Francisco Schmidt: Doutor em Patrimônio Cultural e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville.

Luise Amaral: Acadêmica de Direito da 8ª fase pela Faculdade IELUSC.

Vanessa Ribeiro Couto: Acadêmica de Direito da 8ª fase pela Faculdade IELUSC.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

Contribuições dos autores: Schmidt, A. F.: Conceituação, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita – Revisão e Edição. Amaral, L.: Curadoria de Dados, Investigação, Software, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Couto, V. R.: Software, Escrita – Primeira Redação.



Informality as deviancy: the problem of difference in the Decent Work Agenda

Informalidade como desvio: o problema da diferença na Agenda Do Trabalho Decente

Alisson Rowland¹ 

ABSTRACT

More than half of workers globally are informal workers; operating in non-standard, temporary employment that is often, but not always, poorly paid and unprotected. The Decent Work Agenda (DWA), pioneered by the International Labor Organization (ILO), has been broadly adopted to bridge the concerns of workers and states by pursuing “Decent Work for all”. A core component of the DWA is the reduction of informality. Almost ten years later, however, informality is increasing in many countries. In this paper, I explore the conceptual foundation of the DWA by asking: how does the ILO understand “work” in their 2015 Decent Work Agenda? What are the consequences for those whose rights are protected within global governance projects? I compile a corpus of 36 ILO documents to demonstrate three interlocking discursive schemas: development, paternalism, and colorblindness. While the DWA progressively shifts regulatory discourses, its conceptualization of work constitutes informality as a condition of deviancy. This positions informal workers, who often occupy other vulnerable intersectionalities, as outside the scope of contemporary social protections. Gender, race, class, location and more factor into the formation of global and national labor policies; achieving equitable conditions for all workers requires grappling with the complexity of informality.

Keywords: Decent Work Agenda. Labor standards. Discourse analysis. Informal work.

RESUMO

Mais da metade dos trabalhadores em todo o mundo encontra-se em situação de informalidade, atuando em empregos não padronizados e temporários que, frequentemente, mas nem sempre, são mal remunerados e desprovidos de proteção social. A Agenda do Trabalho Decente (ATD), idealizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi amplamente adotada com o objetivo de conciliar as demandas de trabalhadores e estados, promovendo o “trabalho decente para todos”. Um dos pilares centrais da ATD é a redução da informalidade. Contudo, quase uma década após sua implementação, a informalidade está em ascensão em muitos países. Este artigo examinou a base conceitual da ATD ao realizar os seguintes questionamentos: “Como a OIT compreende o conceito de ‘trabalho’ na sua Agenda do Trabalho Decente de 2015?”, “Quais são as implicações para aqueles cujos direitos são protegidos dentro de projetos de governança global?”. A análise compila um corpus de 36 documentos da OIT para demonstrar três esquemas discursivos interligados: desenvolvimento, paternalismo e indiferença à cor. Embora a ATD represente um avanço nos discursos regulatórios, sua conceituação de trabalho configura a informalidade como uma condição de desvio. Esse enquadramento posiciona os trabalhadores informais, que frequentemente enfrentam outras interseccionalidades vulneráveis, fora do alcance das proteções sociais contemporâneas. Gênero, raça, classe, localização e outros fatores influenciam diretamente a formação de políticas trabalhistas globais e nacionais. Alcançar condições equitativas para todos os trabalhadores exige enfrentar a complexidade inerente à informalidade.

Palavras-chave: Agenda do Trabalho Decente. Normas trabalhistas. Análise do discurso. Trabalho informal.

¹University of California, Irvine (CA), United States. E-mail: aarowlan@uci.edu

Received on: 08/13/2024 – Accepted on: 11/04/2024

There can be little doubt that in the next fifty years the main challenge facing the International Labor Organization (and UNO) will be the widening gap between the rich and poor nations, a gap given an ugly dimension where it coincides with differences in "color" (Drake, 1969)

INTRODUCTION

While supranational governance has contributed to monumental reductions in global poverty, 55% of the world's workers have zero social protections (ILO, 2019a). This vast disparity in social safety nets is curious when considering that such a deficit can be targeted through coordinated policies, as in the case of poverty reduction strategies (Lockwood, 2020). However, the proliferation of jobs and the geographic spread of employment has not led to commensurate increases in social protections for workers. In fact, global labor relations are overwhelmingly informal, with over 60% of workers in precarious forms of employment (ILO, 2019a). For some countries in the Global South, informality is higher than 90%. The conflation of flexible labor arrangements with greater economic freedom is part and parcel of a marked shift from economic growth as not just the means, but the end goal of development (Broembsen, 2012).

The contemporary world of work has been shaped by national and corporate interests, but is also influenced by global discourses framing what constitutes work (Nam, 2018; Thomas; Turnbull, 2017; Langan, 2014; Ribeiro; Silva; Figueiredo, 2016). The International Labor Organization (ILO) has been at the forefront of this conversation through its Decent Work Agenda (DWA). In 2015, leaders from the United Nations (UN) met and confirmed 17 sustainable development goals (SDGs) aiming to promote economic, social, and environmental sustainability. The SDGs "are a universal call to action to end poverty, protect the planet and improve the lives and prospects of everyone, everywhere" (UN, 2024, s.p.). They represent ambitious multilateral efforts to address the most pressing global challenges. SDG 8, which is under purview of the ILO, aims to "promote inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work¹ for all" (GOAL #8, 2024, s.p.).

Given the pivotal role SDG 8 plays in the future of global labor regulation, how the ILO conceptualizes "Decent Work" is essential to understanding the proliferation, or lack thereof, of social protections for workers. Its discourse defines global boundaries for who should be protected and how, with material, social, and political consequences. I conducted an interpretive analysis of 36 ILO documents of the following interrelated questions: *How does the ILO understand "work" in their 2015 Decent Work Agenda? What are the consequences for those whose rights are protected within global governance projects?*

I demonstrate that, while the ILO's DWA progressively shifts global regulatory discourses, it constructs informality as a deviant condition. Three interlocking discursive schemas, development, paternalism, and colorblindness suggest the ways the DWA relegates millions of informal workers as problems on the way to

¹ Decent Work is capitalized to signify the ILO's understanding of the concept as distinct from other international organizations (IOs) or agencies.

modernization. While the DWA advocates for governments to provide social rights for people, it does so by connecting these rights to formal employment. Through its conceptualization of work, it produces particular power relations which favor workers employed in “standard”, “formal” working arrangements. While there is a demonstrated need for global labor coordination, the ILO does so in ways that maintain the status quo of previous capital/labor configurations.

There are several implications of this research. It suggests the need to reconsider conceptual divides between economic and social spheres in the study of informality. It also urges greater consideration of the ways power relations structure the international political economy. This includes considering the impact of colonial legacies, changing capital/labor configurations, and intersectionalities such as gender, class, and location on whose rights are considered worth protecting.

THEORY

Though representing an opportunity to achieve greater peace and prosperity for precarious workers, the Decent Work Agenda falls short of engaging with the materiality of people’s lives. I argue the DWA reproduces a neoliberal understanding of economic empowerment and capital/labor relations that inadequately captures the global reality of precarious workers, particularly informal women workers, for two reasons: first, informal economic activities are viewed as deviant from ‘acceptable’ formal forms of labor, rather than necessarily constitutive of one another; and second, by perceiving informal workers as deviant, they are cast as inferior, which prevents them from being extended similar rights as their formally employed counterparts unless and until they transition to the formal economy. I draw on social reproduction literature and the works of critical criminology and critical race scholars to guide my empirical analysis.

There is an established scholarship on the ways informal workers are often left behind, ignored, or otherwise sidelined by global governance projects (Arslan, 2022; De Almagro and Ryan, 2019; Tornhill, 2016; Elias, 2010). Informal work, also referred to as ‘vulnerable employment’ by the ILO, refers to own-account income-generating activities, reproductive labor, and subcontracted work (Chant, 2014). At its core, it emphasizes people’s survival strategies. All industries and countries have some level of informality and it is primarily women and children who are engaged in informal labor. Inherent to many governance projects addressing informal labor is a taken-for-granted economic linearity; workers are progressively shifting from informal to formal employment relations, and this transition brings with it improved material conditions. Critical political economists contest notions of linearity built into development narratives (Mezzadri; Majumder, 2022).

Social reproduction complicates prior divisions between labor and work (Mezzadri; Newman; Stevano, 2022). It refers to both the literal reproduction of societies, the everyday practices this entails, and the labor needed to sustain it. Feminist international political economy scholars, though considering social reproduction through various theoretical lenses and substantive issues, largely agree it

coincides with, and is constitutive to, relations of production (Mezzadri; Newman; Stevano, 2022; Arslan, 2022; Prugl, 2020; Steans; Tepe, 2010). Social reproduction contends with the ways the gendering of labor impacts women's social, economic, and material prospects. Regardless of whether labor is informalized or not, capitalism as an economic system maintains gender and racial oppression (Ferguson, 2023). Thus, according to this perspective, the DWA's goal of promoting gender and racial equality cannot be achieved through formalization.

Two insights of this literature are helpful when considering the shortcomings of the ILO's conceptualization of labor in the DWA. The first is the gendered and racialized nature of labor, particularly unpaid for and unaccounted for productive and reproductive labor (Alami; Guermond, 2023; Barchiesi, 2016; Elias, 2010). Second is the differentiation of employment trajectories among working women themselves across time and space (Stevano, 2022; Mezzadri; Majumder, 2022; Rai; Brown; Ruwanpura, 2019). Taken together, these depict a relationship between gender, race, and location that is accounted for in discussion of informal employment but is often remiss from the proscriptions of economic development projects.

While feminist IPE scholars have long tackled the dilemmas of dividing labor in terms of production/reproduction, public/private, and formal/informal, these conversations have yet to be explicitly bridged with parallel scholarship on race and deviance. As research on IPE has come to engage more heavily with the racializing and gendering of labor relations, and with the ways capital/labor arrangements are configured across geographies and temporalities, it becomes more urgent to consider how race and deviance are configured into these relations.

Across the world, women and girls increasingly occupy prisons faster than men (Hadi; Chesney-Lind, 2020). Feminist criminology seeks to explain this shift in the criminalization of women and identify the specific ways women and girls are labeled deviant (Upadhyay, 2021). Scholars in this field emphasize intersectional analyses that incorporate lived experiences of race, gender, class, and location, among others. They also consider the connections between systems of re(production) and how specific penal practices emerge and are sustained (De Giorgi, 2018). The relationship between capital/labor configurations and the criminalization of women, people of color, and other precarious people remains an understudied dimension of when and how people are ascribed deviancy. Assessing how particular economic policies and agendas replicate colorblind practices can provide insight into this relationship.

Colorblindness refers to a host of economic, social, and legal practices in which race is present through its supposed absence (Crenshaw, 2019). Advocates for a colorblind approach view the consideration of how race affects social issues as divisive, unimportant, or otherwise a distraction from achieving improved conditions. Increasingly, however, critical race scholarship recognizes only an intentional consideration of race in addition to other factors such as gender, class, geography and so forth can promote better conditions for precarious communities globally (Crenshaw 2019; Hua; Nigorizawa, 2010; Vosko, 2000). These scholars recognize how people's social experiences are influenced by their identities (Woods, 2014).

How the ILO conceptualizes work in its DWA fails to grapple with the material realities for many precarious individuals; particularly informal women workers. By reinforcing development narratives which perceive informal labor as deviant, it fosters colorblind policies which do not account for the historical and contextual necessity of informal work for many marginalized communities. This creates hierarchies amongst workers themselves that further complicates existing tensions within capital/labor relations. Those perceived to be on the informal side of the divide are not contributing to the state in the same way as those formally employed, and are thus less valuable to the state. This is not merely an economic valuation; this is also a social and legal valuation, wherein informal workers are not recognized by the state for their labor despite conducting work which sustains the state. Increasingly, societies have pegged the extension of state rights to employment. Within this framework, informal workers are not extended rights which were previously viewed as inalienable to all peoples. The meaning produced by global economic initiatives structures people's livelihood. Thus, understanding how the ILO's DWA configures work provides insight into the material and social reality of marginalized workers' lives.

METHODOLOGY

The ILO's creation of a DWA speaks to its privileged position in shaping the discourse, and thereby the social practices, surrounding labor. To analyze how the DWA contributes to this discursive project, I draw from 36 Decent Work research papers, issue briefs, and recommendations listed in Appendix A and interpret them using critical discourse analysis (CDA).

Text Selection

SDG 8, titled "decent work and economic growth", is part of the 2030 development agenda and has ten subgoals and 24 thematic areas. The DWA embodies the ILO's efforts to achieve SDG 8, and has four pillars: "Promoting jobs and enterprise, guaranteeing rights at work, extending social protection and promoting social dialogue...with gender as a cross-cutting theme" (ILO, 2016). While there are many publicly available documents, or discursive fragments, associated with the DWA available on the ILO website, this paper narrows the scope to a key few. I draw on 36 ILO documents; texts were chosen for several reasons; each addresses a subgoal and thematic area of SDG8, they represent the array of ILO-published work on the DWA, and they are all dated from DWA implementation date (2015) and onwards.

Text Analysis

I utilize CDA to gain insight into how particular meanings produced within the DWA create, sustain, or otherwise alter power relations. According to Fairclough (2012, p. 67), "discourse as a political practice establishes, sustains and changes power relations...as an ideological practice constitutes, naturalizes, sustains and changes significations of the world from diverse positions in power relations". In both political and ideological forms, power relations are central in shaping the ability of discourse

to stabilize—and destabilize—particular meanings over time. These meanings are analyzed as part of the dialectic relationship between social practices and semiosis (Wodak; Meyer, 2001). Here, semiosis refers to “all forms of meaning making” represented in social practices (Wodak; Meyer, 2001, p. 122).

CDA’s attention to power relations positions it as a powerful methodological tool to consider how issues are framed. Hansen (2006, p. 68) speaks to the function of ‘discursive encounters’, stating they “inevitably evolve around constructions of inferiority and superiority and hence a particular distribution of discursive and political power”. Applying this to the ILO’s DWA, the function of “decent” paired with “work” illustrates a specific representation of work—that which is decent is juxtaposed against that which is indecent. The term itself does little to specify what work fails to meet its criteria, leaving such distinctions to be configured by the social structuring of semiotic difference (Fairclough, 2012). In this instance, the ILO’s role in crafting particular notions of work inherently required marginalizing other representations. The DWA therefore consists of diverse themes structured into a particular network of social practices, and disentangling those themes will foster greater understanding of [mis]alignments with the notions underpinning the agenda itself.

I use close reading, coding, and memoing to ensure an interpretation grounded in the texts, with particular attention to themes of “gender”, “race”, “location”, as well as fundamental rights and informality. I employ coding strategies from Saldaña’s (2013) coding manual with two cycles of coding. The first cycle utilizes what Saldaña calls structural and descriptive ways of coding. The former is attentive to “content based phrase(s) representing a topic of inquiry to a segment of data to both code and categorize the data corpus”, and the latter “summarizes in a word or short phrase—often a noun—the basic topic of a passage of qualitative data” (Saldaña, 2013, p. 56). This first pass through the data focuses on what the DWA *is*, that is, how it is described and understood procedurally and how it is meant to operate in practice. The second cycle of coding utilizes versus codes to delve into how the DWA *comes to be*, that is, the binaries and contradictions within social life which create and reproduce asymmetric power balances within ILO discourse (Saldaña, 2013). Pattern coding is used in conjunction with versus coding to identify how meaning is discursively produced. This type of coding “pull[s] together a lot of material into a more meaningful and parsimonious unit of analysis” (Saldaña, 2013, p. 58).

After these coding cycles, I theme the data to make sense of the coding. These themes extract significant statements and interpret the meaning-making process undergirding the data. Once themed, schemes within the DWA can be identified. Schemas, borrowed from sociologist William Sewell Jr. (1992), denote the ideological and cultural operations of language within the DWA, and global governance regimes more broadly. Figure 1 below provides an example of the process described here, from initial coding cycle to abstracted schema².

² This is a visual to highlight the abstraction process of this paper, but actual analysis included back-and-forths between close readings of the text, coding, and memoing not exhibited here.

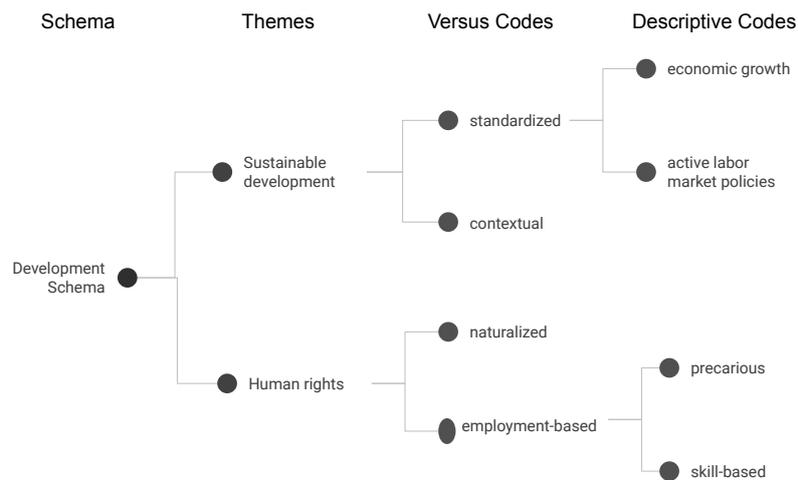
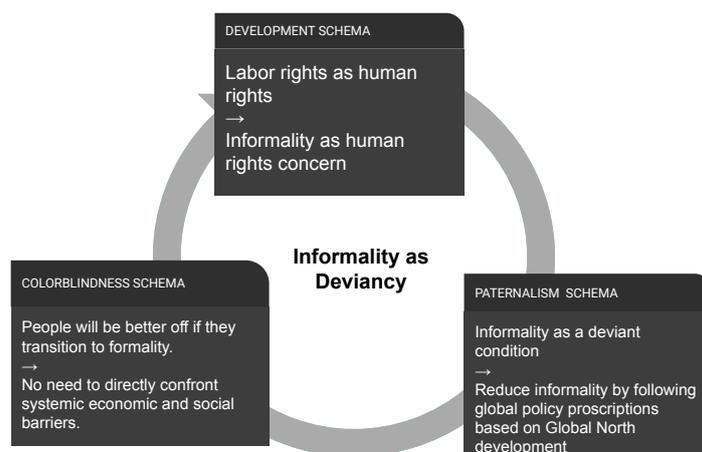


Figure 1. Critical discourse analysis coding strategy sample.

THE DECENT WORK AGENDA AND ITS SCHEMAS

By forming the DWA, the ILO is able to reassert its position as the creator and enforcer of labor standards. Its four strategic objectives, known as “the four pillars”, are the institution’s attempt to meld development and human rights discourses into a singular narrative. Though the ILO seeks to grapple with the complexity of informality, the DWA’s construction of work maintains boundaries between formal/ decent or informal/indecent, which mitigates its societal potential. I highlight the ways the DWA both deviates, and maintains, the status quo of previous ILO efforts through a discussion of three schemas: development, paternalism, and colorblindness. In the following three sections, I describe how these schemas operate and appear within the text. Figure 2 summarizes my argument; the visual is cyclic to illustrate the mutually constitutive nature of the schemas I identify.



This chart highlights the logics within each schema. It shows that while the intentions of the DWA are to promote better conditions, it perpetuates the ILO’s ignorance towards utilizing the prospects and limiting the perils of informality.

DWA: Decent Work Agenda; ILO: International Labor Organization.
 Figure 2. Informality as Deviancy.

Development Schema

Schema Operation

This schema communicates how the DWA has conflated development and economic empowerment narratives with achieving rights for precarious workers. Improved material conditions are a necessary, but not sufficient, means through which to promote workers' rights. Unintentionally, the DWA advocates for standard—i.e. formal conditions—of employment in order to have a person's fundamental, human rights respected. This is due to the increasing global linkage between *form* of employment and *level* of social protection. More than half the global population is engaged in informal, or non-standard, employment relations ("informal economy"). This is an increasing reality for many, and it is the reality the ILO seeks to address as part of its DWA. However, its conceptualization of labor cannot reach those outside formal relations because it prioritizes state-sanctioned employment. When "labor rights as human rights" are understood as being a positive or negative relationship to state operations, it creates a narrowing coverage of *whose* labor rights are human rights.

Textual Analysis

In its advocacy for a new, transformative agenda, the ILO expresses "an urgent need to reinvigorate the commitment of the international community to social justice and equality" (ILO, 2019b, p. 39). To this end, the ILO and partner agencies developed a "dynamic interlinkages framework" that promotes sustainable development in the economic, social, and environmental realm (ILO, 2016). In its plan on the 2030 Agenda, the ILO states, "the concept of sustainable development embraces three dimensions—economic, social and environmental—in a balanced and integrated manner. Decent work features prominently in the Agenda, not only mainstreamed across the Goals and targets, but also as part of the vision of the new Agenda" (ILO, 2016, p. 2).

Figure 3 offers a visual of this framework, wherein achieving SDG 8 and progress on the other 17 SDGs, particularly "Goals 9 (industry, innovation and infrastructure), 7 (affordable and clean energy), 1 (no poverty), 4 (quality education), 5 (gender equality) and 16 (peace, justice and strong institutions)", is described as mutually reinforcing, with progress in one promoting progress in others (ILO, 2019b). This framework illustrates the push by IOs to "link" aspects of policy-making to each other because the ILO, which is committed to improving worker conditions, must also account for the concerns of development agencies committed to economic transformation. This graphic places three areas of policy, "social inclusion and Decent Work", "environmental integrity" and "sustained growth", in a balanced fashion to indicate they must be pursued in a constitutive fashion. This relationship between sustainable development and Decent Work is most clearly articulated in "Time to Act for SDG 8":

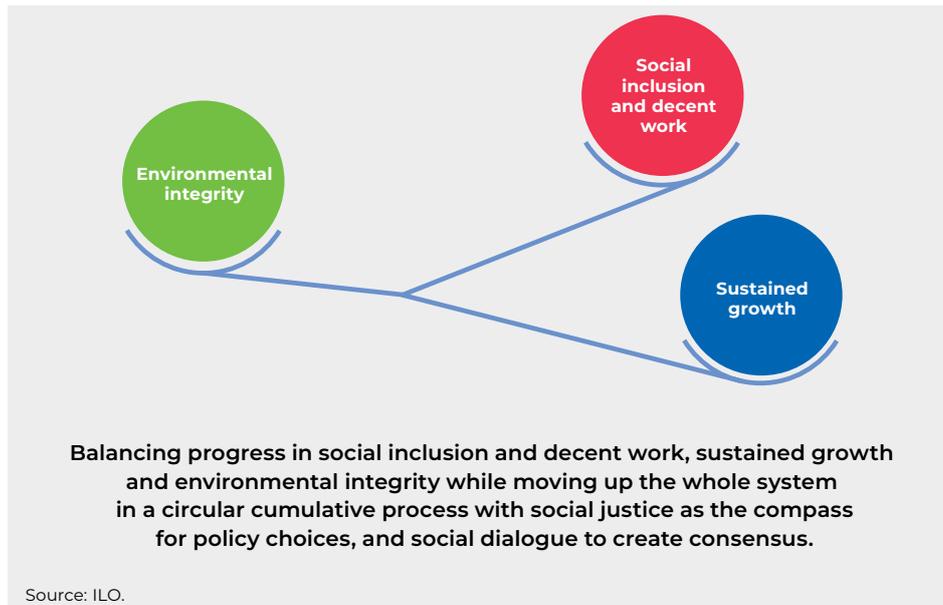


Figure 3. Dynamic Interlinkages Framework.

The SDG 8 targets are closely intertwined with the goals of the International Labor Organization (ILO). Thus, the reference in SDG 8 to “full and productive employment and Decent Work for all” borrows terminology from the ILO’s Decent Work Agenda (1999), while the ILO Centenary Declaration for the Future of Work (adopted by the International Labour Conference in June 2019) borrows the SDG 8 phrasing of “promoting sustained, inclusive and sustainable economic growth” in its strategy for a human-centered approach to the future of work. By emphasizing the needs of society and the environment, this strategy opens up a transformative path towards economic growth and development. (ILO, 2019b, p. IX)

This framework’s three-pronged approach recognizes the mutual influence between the environment and people, but by including “sustained growth” and “social inclusion and decent work” it maintains a separation between these categories while at the same time upholding that pursuing one is pursuing the other. This is an effect of linking; the more areas of consideration regulatory bodies are beholden to, the more convoluted it is to achieve purported goals. Though linkage is not the most immediate or effective means of transformative change, the ILO pursued it because having the language for Decent Work incorporated into SDG 8 accomplished three strategic goals (Frey, 2017; Vosko, 2002). It created legal precedent for ILO policies in broader global governance conversations, it imbued social justice into the determination process for employment policies by all IOs, and tied the ILO to prioritize “sustained, inclusive, and sustainable economic growth” in its push for Decent Work. A double-edged sword, the dynamic interlinkages model attempts to reconcile several threads into a singular path; compared to other frameworks, this might be an advantage, as there can be no sustainable development without employment and Decent Work. Sustaining people’s livelihood is a prerequisite to any further development; it is a goal which should be fundamental (ILO, 2015a). The ILO articulates that the welfare of people is a necessary

precondition for development to take place, and that Decent Work is a necessary part of sustainable development.

On one hand, this widens the scope of the ILO's influence in global governance discussions. It also places Decent Work and social justice as a priority in those conversations. Since the late 1990s, the ILO has championed the view of labor rights as human rights. By growing its influence, it succeeds in this shift. In an ILO research paper on globalization, Emmanuel Reynaud describes this shift "as an attempt by the ILO to link formally its standard-setting approach to the human rights framework, which had gained in credibility over the labor rights perspective...the inclination of the times had become to talk about "protecting labor rights as human rights" (ILO, 2018e, p. 3). This allowed the ILO to pursue policies outside of its strict domain of the workplace and increased its influence in global governance. The commitment to promoting formal employment is to increase social protections and eradicate extreme poverty globally. The DWA, its relations to sustainable development, and the application of the dynamic interlinkages framework are the pathways promoted by the ILO.

This conception of Decent Work has important implications for the future of human rights policy-making. In a 2016 speech on the conditions of global employment, Director-General of the ILO Guy Ryder stated,

The conclusion we have to draw from that rather harsh reality is that ending poverty and promoting Decent Work are two sides of the same coin. We believe that by putting Decent Work SDG 8 at the center of the 2030 Agenda, the international community has recognized something which the ILO has been arguing for a long time: that Decent Work is both the major instrument to make development happen and also in effect, the central objective of sustainable development. (Ryder, 2016)

In several locations, ILO documents have referred to Decent Work as the *means* and the *ends* of development ("ILO implementation plan", "a just transition for all"). This is echoed here in Director-General Ryder's statement that it is the "instrument" and the "central objective" of development. It is a pervasive belief within the ILO that the promotion of Decent Work means sustainable development, and that sustainable development will achieve Decent Work. The use of linkage in the DWA implies these are complementary outcomes and the statement above indicates not only are they "two sides of the same coin", but achieving one will be achieving the other. This indicates there is a singular pathway to promote both simultaneously, and that policies do not have to be tailored towards one or the other goal.

The dynamic interlinkages framework is predicated on a cyclic understanding of change, which is highlighted in the ILO's discourse. In "Time to Act", the interactions between each part—sustainable development, Decent Work, and poverty alleviation—are described here, "sustained growth requires structural transformation, diversification and innovation to support long term growth in productivity, income levels and Decent Work opportunities. Structural transformation, in turn, results from the enrichment and enhancement of a society's knowledge base, including

socially shared mindsets and technical knowledge and skills.” A key feature of sustainable development is recognizing the connection between economic and social spheres of life. This is an important divergence in the ILO’s prior discourse which focused exclusively on objectives, rather than quality of life. Despite this recognition, the ILO advocates for structural transformation, diversification, and innovation as key avenues for growth and Decent Work.

Figure 4 provides a chart of specific policies and recommendations in line with this view of policy coordination. Goal 8.3 explicitly mentions formalization, but other goals such as industrialization and SME development similarly prioritize formal employment relations. In the ILO’s call to action for the SDGs, it presents these foci—structural transformation, diversification, and innovation—as distinct from prior pathways of development. While goals 8.3, 9, and others on the left side of Figure 4 are intended to promote structural transformation, the changes prioritize the economic sphere rather than the social sphere. The goals related to the social sphere on the right side of the figure are directed at the transformation of knowledge and beliefs. This figure shows greater explication of the ILO language shown in Figure 3. The pursuit of policies to achieve economic transformation (in blue) is supposed to incentivize pursuit of policies to achieve social transformation (in red). However, this increases the horizon of change for people’s well-being in ways contrary to the ILO’s espoused commitments. There are ways to promote sustained economic growth while simultaneously advocating for policies that provide immediate relief. Systems of direct wealth redistribution are an example of such means, but this has never been prioritized in ILO discussions. Such a policy would also provide greater incentive and a buffer for workers transitioning into the formal economy, which is often a time-consuming and costly process.

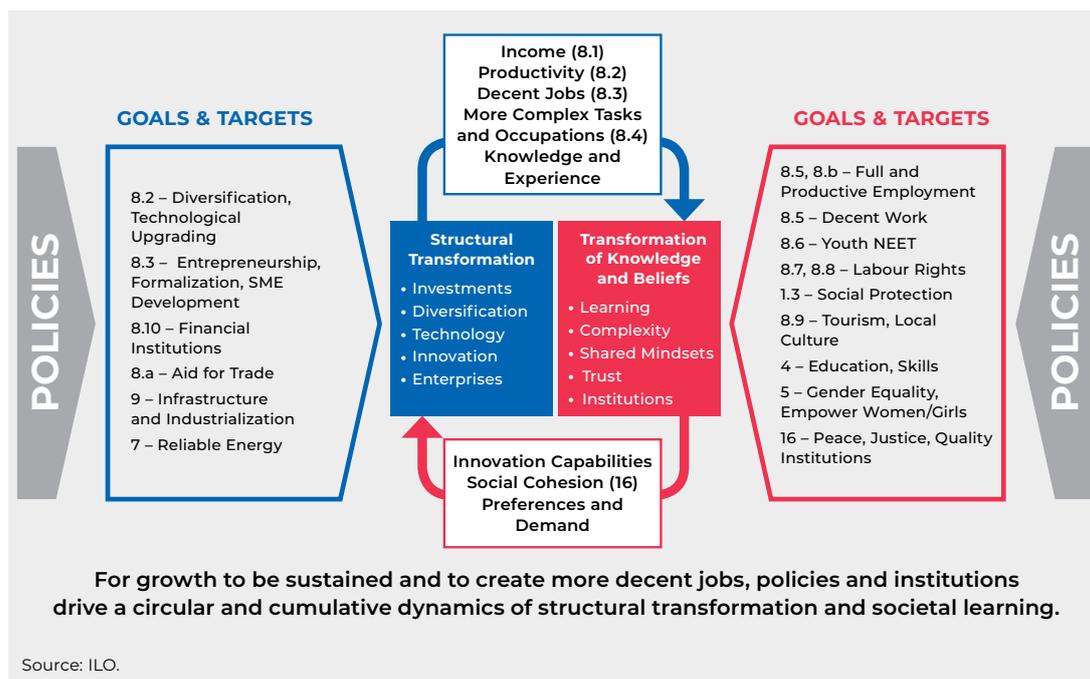


Figure 4. Specific goals, targets, and policies of the Dynamic Interlinkages Framework.

Kinyanjui (2012) argues that people use alternative institutions to those proposed by neoliberal development. These collective arrangements draw from culture and tradition to mobilize resources, invest, and distribute gains. There are alternative systems to Western neoliberal policies, wherein communal and unwritten rules are in place to ensure shared prosperity (Kinyanjui, 2021). The informal economy offers alternative pathways toward sustainability than what is possible in the regulated market economy (Ruzek, 2015). Comparing the DWA's discourse to its call for "people-centered" policies prioritizing human welfare highlights the mismatch between intent and outcome as economic growth continues to hold precedence in its policy-making.

Championing social justice language and objectives into global governance discussions is a demonstrable outcome of the DWA, and it has expanded the realm of applicability for ILO policies. Despite its reframing and increased scope, however, the DWA exhibits continuity with the ILO's past mediation tactics that reduces its effectiveness. Decent Work as the means and the ends of sustainable development does not itself push the pendulum towards achieving equitable welfare. The DWA's linkage between development and human rights encourages policies that tie protections for vulnerable populations to formal employment measures. For those who are undocumented, who engage in criminal labor such as sex work, or who otherwise find themselves unable to secure traditional employment opportunities, this furthers the state violence they face. The ILO is in the position to advocate for securing the needs and dignity of all peoples through its labor rights advocacy. Yet, this will take prioritizing social protections in the immediacy over development goals. Informality as a survival strategy is here to stay, and that reality must be dealt with seriously³.

Paternalism Schema

Schema Operation

A core component of the DWA's construction of labor is positioning informal labor as a condition of deviancy. In the DWA's discourse on labor policies for Decent Work, and by extension sustainable development, the Global North becomes conceptually and empirically privileged. By constructing certain employment relations as deviant, the DWA fosters paternalism towards countries with highly informal, or "indecent", work. While there are risks associated with informality, the ILO discusses it not as the necessary reality for many, but as a condition that can be fixed through higher rates of development. This leaves the underlying conditions pushing workers to seek out informality unaddressed in the shift to state-sanctioned, "formal" labor. For instance, developments in the gig economy depict how formal employment does not translate to social gains. Many industries are increasingly adopting an

³ Increasingly, scholars of informality view have shifted from it as a condition that should be solved to an alternative reality of economic and social organization that neither can nor should be eradicated.

independent contractor model of employment in order to formalize employment relations, such as in the service industry (Zwick, 2018; Levitt, 2021; Easterbrook-Smith, 2022). However, independent contractor status often does not include worker benefits or consistent hours, and is still susceptible to the harms of workplace harassment. The increasing use of flexibilized formalized labor is an example of how the intent of policy and its outcome can be mismatched. This loss of context in policy-making severs a person from their community in ways that often do more harm than good in the long-run (Kinyanjui, 2010). Within this schema, there are themes of labor policies, upgrading, and integration.

Textual Analysis

One way the DWA exhibits paternalism is through the discussions of labor market policies. The high rates of informality in the Global South are evidence to the international community that they require intervention. The technical assistance services of the ILO have increased drastically in the last few decades, primarily funded by the US. In some instances, the local governments petition the ILO for assistance. In 2001 Saudi Arabia, Oman, Qatar, and the United Arab Emirates among others asked for technical support in providing labor standards data (Elliot; Freeman, 2003, p. 108). Even in these instances, the services provided utilize language and operations that do not take into account the strengths and weaknesses of the target nation, but pursue the end goal(s) in a manner modeled after the Global North. This is due in part to the global context that ILO recommendations are formed in: elite representatives of member nations, in conversation with world-renowned trade unions and corporate representatives.

Additionally, the conditions which lead to informality amongst people are geographically dependent, and vary accordingly. Labor market policies are one method utilized by the ILO to promote Decent Work, which incidentally makes it easier to promote paternalistic North-South relations. There are two forms commonly utilized: passive and active labor policies. Passive refers to “income maintenance when workers are out of employment”, whereas active refers to “policies aimed at increasing or improving the employment opportunities of unemployed or inactive persons to get or return to a job” (ILO, 2018b, p. 2). With the DWA, the combination of active and passive policies recommended have become more contextualized to local needs.

According to the ILO, “low unemployment in conjunction with high labor participation rates results in large swathes of the population being engaged in vulnerable employment and many people in working poverty” (ILO, 2015b, p. 4). To the ILO, informality is a manifestation of social vulnerability, in opposition to formal and secure employment; informal employment is undesirable because workers engaging in it often have worse conditions than formal workers. However, it is not the type of labor either worker engages in that matters—it could be the same type in both instances, in fact. What matters is a person’s juridical relationship; if their employment is nationally protected then they are (mostly) assured. But the form of

employment should not matter more than the type of labor, and a person should be assured of their rights regardless of either. If labor policies only consider formal employment because the ILO assumes formality as such (as a move from formal to informal sector), then it will continuously fail to protect those engaged in informal employment. Research by Mary Kinyanjui (2010) suggests informal workers mobilize themselves to address fundamental concerns, and advocate for their strategies to be taken seriously rather than adopting formalization strategies that do not easily map onto informal relations. Kinyanjui discusses the importance of social networks and associations as an example of strategies used by informal workers, and how interventions often do not appropriately leverage these existing networks of relations. The ILO's notion of development, embedded with legacies of colonial power asymmetries, has historically precluded what informal workers are doing and saying (Maul, 2009; Bhambra, 2021).

The ILO has dedicated attention to informality in various industries and geographies (Kanbur, 2019). A progressive shift in recent years emerged from its 2014 recommendation, "Resolution on Transition from the Informal Economy Recommendation," which recognized the multiplicitous forms of labor that exist. In addition to recognizing various labor arrangements, the ILO acknowledges various paths towards development; "the current projection suggests that their manufacturing employment share is unlikely to increase and the development path and process of structural transformation is likely to be very different to that taken by developed countries in the past" (ILO, 2018b). Despite this attention, most of its measures are based on analyses rooted in the realities of advanced industrialized economies and not in countries that have been colonized and/or are developing. Its current recommendations espouse structural transformation but have failed to adequately address decades in the making of premature deindustrialization occurring in many countries. An ILO research paper conducted a meta-analysis of previous labor market policies that took into account packages implemented in both developed and developing countries, and concluded that active labor policies provide only short-term results and are overall less effective in the latter ("Boosting youth employment"). The explicit move towards reckoning with these differences indicates the ILO, and by extension other global governance organizations, are interested in seriously contending with how to advocate for Decent Work and sustainable development in varied national contexts.

This shift in perspective highlights the ILO's ability to alter global norms pertaining to human rights and development. While this is a strength of the ILO's conception of Decent Work, it is merely the prerequisite condition of recognition, and does not itself lead to permanent shifts in discursive sentiment. Indeed, the ILO has strayed from universal policy proscriptions; "there is no unique unemployment benefits design or combination of passive and active measures for an effective activation. With national variations, an individual action plan is widely used. These individual plans are designed in collaboration with specialized counselors and include

different interventions considering the labor market problems and the local economy context for each individual” (ILO, 2018b, p. 14).

The ILO’s recognition of the contextual needs of individuals promotes more people-centered policies. Yet, collaboration with specialized counselors refers to national officials the ILO consults to make its suggestions. In many countries governmental officials are members of the political and economic elite and are often far removed from the contexts of informal workers. Thus, rather than resort to bureaucratic measures, it is important to be in direct consultation with the workers themselves to identify their needs. Even informal workers, who often lack institutional access, actively mobilize for their grievances (Hummel, 2022).

Consulting with local leaders in addition to national elites would better serve the mission of the ILO’s four pillars. Otherwise, it continues to perpetuate an asymmetry between who is deemed worthy of policy decision-making and who must follow those decisions.

The ILO was created prior to the decolonial process, with asymmetric power relations as a founding feature⁴. Though it has sought to ameliorate this over time, these relations remain imbued in its legacy of agricultural regulation. In 1919 at the ILO’s initial agenda-setting meeting, there were no agricultural representatives present, and this “was raised as one of the reasons why those Conventions would not apply to agriculture” (ILO, 2015b, p. 10). The fact that there were no representatives to express the grievances of agricultural workers, despite it being the dominant condition of employment for most peoples in the Global South, perpetuates colonial power asymmetries (Webster; Forrest, 2020). Since then, the ILO has returned many times to the issue of regulated agricultural production. Even a short two years later, it was brought to the agenda:

During the discussions in 1921, several governments objected to the adoption of any standards relating to agriculture, as they considered that the Treaty of Versailles did not apply to this sector. Other governments considered that the Treaty did indeed apply equally to agricultural and industrial workers; the principle of freedom of association was referred to as “one of the most important objects of [the] Conference” (ILO, 2015b, p. 10).

Privileging a certain *form* of work, namely industrial conditions of labor, cannot be considered incidental when global employment trends and colonial relations are brought into context. Countries that had been colonized either had not achieved independence, or were grappling with colonial legacies, and these countries relied heavily on agricultural production due to being precluded from the industrial process. While this asymmetric relationship has ameliorated overtime through decolonization, it nonetheless persists. In a research paper on agricultural worker’s agency, efforts by the ILO to redress this legacy are evident:

⁴ This, combined with the fact that most funding for the ILO comes from advanced economies, creates a pressure to conceptually and empirically favor policy-making based on the conditions of peoples in the Global North.

The 2008 ILC discussion on the promotion of rural employment for poverty reduction, which culminated in the adoption of a resolution and conclusions concerning promotion of rural employment for poverty reduction, set a mandate for renewed ILO involvement in rural development issues (ILO, s.d, p. 1).

This decision was decades in the making, and importantly occurred years after the beginnings of the decolonial process. While this can be a testament to the workings of social dialogue, it took several global economic and financial crises for the ILO to consider the conditions of workers in non-industrial employment relations. This highlights which workers, in which locations, the ILO has historically favored. It took a few more years for the ILO to *prioritize* the distinct policy needs of workers in the rural economy (ILO, 2015b, p. 98).

The ILO has established the relationship between informality and agriculture. The DWA shows that one of the means of sustained growth the ILO prefers as an alternative to informal employment or agricultural work is global value chain (GVC) integration. It promotes this with the hope of increased worker empowerment, rural development and increased provision of “basic services”. The former and latter are conditions of humanity the ILO advocates for all workers, regardless of geography or employment type, and that are deemed essential to ensure gains are equitably shared. However, the ILO’s promotion for global supply chain integration as a preferable alternative to local enterprises has little relation to existing research on precarity rates in GVCs. ILO support for integration is best exhibited here: “enterprises, as well as countries, can benefit from participation in GVCs...Participation in GVCs offers opportunities for developing countries to participate in global markets, enabling them to diversify exports” (ILO, 2018d, p. 3).

As noted previously by the ILO, institutions play a pivotal role in sustaining developmental projects. Developing countries face a disadvantage in that their institutional capacity is severely limited from historical legacies of colonialism and asymmetric power relations with the Global North. Additionally, there are high rates of labor precarity and exploitation even in GVCs, so this does not address the fundamental problem with informality identified by the ILO. In Phillips’ (2017, p. 444) article on inequality in GVCs, she argues,

“the current vast and expanding extent of global inequality is not a ‘bug in the system’ of a GVC world, but is rather foundational to the functioning of a global political economy built around the form of industrial organization associated with GVCs—an outcome that arises from the interactions of market, social and political power in underpinning this global economic order. To this extent, the inescapable conclusion is that incremental change will not be sufficient to address the distributional implications of the GVC world”.

Despite research which indicates some countries will have worsening conditions from integration (Posthuma; Rossi, 2017; LeBaron et al., 2022), the ILO still advocates for this measure holistically for developing countries growth. This is despite its own recognition that mutual gains are *not* assured, especially for developing countries:

There is a risk that the entry of new low-wage producers will precipitate a downward spiral of competition, in which increases in exports produce ever-diminishing returns (Kaplinsky, 1998; UNCTAD, 2013). Under this scenario, the potential social gains that arise from an increase in exports will be more than offset by lower prices (ILO, 2018d, p. 3).

Considering the higher levels of informal and contractual labor relations in developing countries, the higher likelihood to be targeted for offshoring, and the decreased institutional capacity to combat declining labor conditions, the insistence that GVCs are one of the primary paths for developing countries to sustainably develop presents a fissure with prior ILO aims (“Sectoral studies on Decent Work”). Even should these countries foster the “correct” conditions for development, skepticism for sustainable gains still exists: “a significant challenge will be whether and how low-income countries will be able to improve their working conditions in the face of competition not just from other low-income countries, but also from robotics in high-income countries” (ILO, 2018d, p. 3).

There is a mismatch between the ILO’s efforts to foster more nationally tailored recommendations and its general promotion of GVC integration. While GVCs may be beneficial to some, there is not enough long-term evidence of its success in increasing the quality of work and livelihood for people. As countries in the Global South have only recently decolonized, or may still be in the process of doing so, the ILO must be cautious of basing its metrics on advanced economies which have benefited from forms of asymmetric economic gain (i.e. colonialism, coercive trade).

Colorblindness Schema

Schema Operation

By conceptually and empirically privileging the Global North while simultaneously viewing informal work as deviant, the ILO operates with a form of colorblindness.

Colorblindness shows as an erasure of the experiences and needs of informal workers in policies by conditioning how and when workers are viewed as worthy of protection. This perpetuates harm against already economically and socially marginalized people. The discursive meaning within this schema underscores themes of deviancy, precarity, and difference, as well as a dichotomy between informality as coercive or as chosen.

The ILO also recognizes the value in multilateral coordination. To preserve its discursive commitment to people-centered policies while also enabling countries to more comfortably coordinate on transnational issues, the ILO prioritized standardizing national labor policies. In the DWA implementation plan, the ILO describes how it extends its standard setting into its push for Decent Work for all with “national reviews [that] “will be open, inclusive, participatory and transparent for all people and will support the reporting by all relevant stakeholders” and “will be people-centered, gender-sensitive, respect human rights and have a

particular focus on the poorest, most vulnerable and those furthest behind” (ILO, 2016, p. 7).

The ILO considers this push for increased transparency between countries as an operational issue and a measure to increase accountability. However, the ILO’s means do not align with its ends. While this plan calls for “particular focus on the poorest, most vulnerable and those furthest behind”, the focus in the DWA’s policy recommendations prioritize economic measures that support formalization as a precondition for the securing of rights. So rather than prioritize the conditions of people in precarious work by advocating for innate rights rather than employment-based rights, the ILO seeks to bring them into formally recognized employment relations regardless of whether this immediately ameliorates their precarity.

Textual Analysis

In its most recent call to action, the ILO expands on the importance of SDG 8 for improving worker conditions by stating:

Unemployment is too high in many countries, and there are persistent gender wage gaps and Decent Work deficits across the world. In addition to women, young people and persons with disabilities are also at a great disadvantage. Even in countries with a low risk of unemployment, these population groups face severe challenges when it comes to finding employment and enjoying equal access to Decent Work and equal pay for work of equal value (ILO, 2019b, p. X).

This paragraph shows how certain people face higher precarity, including “women, young people and persons with disabilities”. These higher levels are not due to innate characteristics of any of the above groups, but from systemic conditions which prioritize some people to the exclusion of others (Hooks, 2000). This hierarchization maintains conditions which make it easier to prey upon already systematically disadvantaged people, such as racial minorities, women, and those in conditions of poverty.

Largely, the ILO recognizes the association between precarity and informality is higher for people facing other forms of exclusion. Informality is the dominant condition for workers worldwide, yet the goals of the ILO and the methods it advocates to achieve its goals serve to maintain a firm division between formal and informal labor. The latter, however, is only informal so long as it is not sanctioned by the state, or not regulated. Regulation necessarily improves conditions of work by formalizing the conditions of work, not by shifting the worker to the formal economy but by ensuring the work they are currently engaged in is adequately remunerated, their hours are fair, their workplace conditions safe, and so on. Here, I am not saying the ILO is antithetical to those changes. Rather, its role as norm and standard setter means it plays a privileged role and has the leverage to advocate for extending existing national labor protections to provide immediate relief to workers (Hauf, 2015). Instead, the ILO encourages workers to shift to the formal sector by offering technical knowledge, such as business development services, market

access and credit access conditionally based on transitioning. This may be feasible for some workers, but it will not be for all. The ILO creates and maintains divisions that preclude informal workers from social protections afforded to formal workers⁵; “Some countries explicitly exclude workers in non-standard forms of employment from labor protections against violence and harassment” (ILO, 2018a, p. 17).

While the reality of informal workers is such that, on average, their conditions are worse off than those of other workers, this has less to do with the type of work they do (informal/indecent) and more to do with the condition of their work (protected versus unprotected). In other words, informal workers face precarity and poverty because they are often precluded from the social welfare nets by virtue of the conditions of their employment. Informality fundamentally challenges the ILO’s conceptualization of work in the DWA, as it assumes formalized employment is the best avenue to achieve social rights. The ILO’s emphasis on formality as a precondition to social rights ignores that some workers willingly engage in informal work as a preferred method of economic survival and community care (Kinyanjui, 2010).

In the current global economic order, with protections increasingly tied to forms of employment, informal workers are neglected, or otherwise explicitly excluded from consideration. To combat this, the ILO promotes informal workers’ transition into the formal economy; but it also helps to maintain the precarity of informal workers by denouncing it as a condition to be eliminated (“Informal economy”). Eradicating poverty, promoting Decent Work and ensuring sustainable development will occur if and when informality is eradicated.

Along this line of reasoning, it is the ILO’s responsibility to teach workers how to be “decent” by moving them into the formal economy. This conception of non-standard employment as deviant is illustrated in the DWA’s discussion of informality and gender:

Women working in the informal economy face a number of structural constraints which prevent them from accessing decent paid work. As they often bear the brunt of unpaid childcare and domestic work, they may have little choice but to take on low-quality jobs that allow them to attend to these care responsibilities (see Issue Brief No. 3). A range of discriminatory social norms may limit their access to: property, assets and financial services; opportunities for education and skills development; and social protection (ILO, 2018c, p. 1).

The reality of informal work today is such that people engaged in it are more likely to be exploited, to face violent or unsafe conditions, to have lower pay and less agency over their terms of employment (ILO, 2018c). The ILO’s objective to take local needs into account requires a more nuanced approach to understanding the needs of people engaged in different *forms* of employment, rather than deeming some jobs decent and acceptable and others indecent and unacceptable. There should be

⁵ For some categories, such as domestic workers (who are frequently excluded from labor laws and the majority of whom are women), the gap in protection may affect women disproportionately. In 20 of the 80 countries studied, domestic workers are excluded from the labor laws, and in eight countries contributing family workers are excluded (“Violence and harassment”).

a concerted effort to know when and why workers turn towards informality, and the variation in opportunities and challenges facing workers of different intersecting identities (e.g. women, people of color, queer people, people with disabilities).

By critically considering the implications of gender for working conditions, the DWA begins to move away from a dichotomized understanding of employment. Its explicit reference to structural constraints and social norms that sustain conditions of poverty for some workers and not others alludes to the systemically perpetuated nature of poverty. But while the ILO recognizes these nuances implicitly in this discussion, it is not explicit in calling for change. This is to its own detriment, as identifying structural barriers is the first step to addressing them.

While economic policies matter, the ILO only pushes for social change in so far as it promotes economic change. For social welfare systems to reach those who need it most, they must be accessibly created with differential barriers in mind, including those presented by informality. On the issue of mitigating structural and social inequalities, an ILO issue brief recognizes the dual burden women face that often leads them to seek flexible labor arrangements (ILO, 2018c, p. 5). Issue brief number 4 advocates for shifts in social norms and the provision of public care services. These are useful recommendations, but they still presume that such shifts should occur only when workers are “formally” employed. It cannot be assumed that it is always coercive or harmful to workers (Anyidoho, 2013). For instance, a study of informal vendors in Ghana indicates 88% of households rely on informal work. This study also suggests that it is primarily macroeconomic conditions that negatively impact informal workers. For instance, one of the ILO’s four pillars guarantees workers freedom of association. Yet, this right is often not respected at the national level and especially for informal workers. While informal workers do organize, they will only do so where state officials encourage them to (Hummel, 2022).

Countries profiting from labor exploitation have a vested interest in maintaining informality in a way where the workers are not politically activated, meaning not unionized. There is little the ILO can do on their own to redress these macroeconomic concerns; but it is important to advocate on behalf of workers to policies at national and sub-national levels that not only address the risks of informality through knowledge sharing and diversification but that promote social changes that mitigate the losses incurred during transitions to formality. These losses include, but are not limited to, a reduction in income, flexible work hours, and employment autonomy (Aleksynska; La; Manfredi, 2023). Though many of these losses are seen as necessary to achieve gains in the form of increased job security and access to social benefits, these are not promised gains, and the transition can have a significant impact on people who are already experiencing financial precarity. Without attention to the particular needs and conditions of informal workers, the people most economically and politically disadvantaged will remain engaged in precarious work, regardless of informal or formal employment, and generational poverty will persist.

It is important for the ILO’s mission that they do not simply assume informality should be eradicated, but that it takes a concerted effort to understand it in order

to promote better conditions for those engaged in it. By deeming it “informal”, and by extension “indecent”, both the labor itself and the person engaging in it become viewed as deviant. This paper argues that the ILO has made strategic choices to further its mission within global governance, but that it has unintentionally made it more difficult to come to a consensus with its stakeholders—states, employers, and workers—on matters regarding informal employment. It has promoted attention to certain aspects of employment, such as the ability to collectively mobilize, to be working “full-time”, to have a physical place of employment separate from the home, among others, that do little to address conditions perpetuating unsafe work unless workers are formally employed.

If the ILO hopes to eradicate extreme poverty by 2030, it should implement strategies to provide people with tools to sustain themselves and their communities regardless of whether it will have a sustainable, i.e. long-term, effect on development. There are a few ILO issue briefs that come close to this conclusion. On the topic of gender and informality, one asks:

How can the voices of workers in the informal economy be better reflected in policy making? When it comes to choosing priorities for public spending, how can we ensure that the interests of women working in the informal economy are represented, so that we can guarantee them an adequate provision of services, infrastructure and social security?

- How can technology be used more effectively to facilitate access to credit?
- How can we extend social protection to all those working in the informal economy, including those who are engaged in unpaid work? (ILO, 2018c, p. 10).

This section of the brief shows a promising direction in the ILO’s DWA. Though this language is not incorporated in any other texts and it is tacked on at the end without being followed up on or fleshed out, it shows how the ILO’s discussions of working conditions illustrate *who* its agenda is meant to prioritize; namely, workers in industrial sectors engaged in full-time, highly skilled, highly remunerated employment in a state with strong institutional capacity. For most people globally, these are not their current conditions. While the ILO has continued to refine its DWA, it will require a concerted pivot towards understanding and improving conditions for peoples regardless of their form of labor. Certain recommendations, such as universal basic income and institutional building, are beneficial regardless of occupation status. Others, such as minimum wage, maximum work hours, and social security may need significant adaptation to meet the needs of the most vulnerable workers (Andoh; Segbenya, 2024; Okolo et al., 2024). It will take time and effort to redress the persistent tensions outlined here for the DWA’s mission to become reality.

CONCLUSION

The DWA is an ambitious project that serves as a case study in the strengths and weaknesses of transformative global discourses. The ILO’s codification of labor standards, while presenting an expansion of protections for formally employed,

full-time workers, fails to account for the conditions of millions working temporary, contracted, casual jobs. The schemas within the DWA's discourse-development, paternalism, and colorblindness indicate a conceptualization of work that constructs informality as deviant from "ideal" formal employment. This view of progress sustains, rather than challenges, hierarchical power relations. Already marginalized individuals become excluded from achieving greater social protections by virtue of their occupation. This is especially true for those who are criminalized in many countries for the type of labor they engage in, such as for sex workers and street vendors. There is also a greater need to consider how pressing global issues, such as health and migration crises, affect the rise of flexible labor arrangements. For instance, COVID-19 has exacerbated the gig economy and how this impacts the ILO's push for Decent Work needs to be considered.

The questions and concerns expressed here seek to push scholars and practitioners to push the boundaries of how informality is regulated and understood. While this is only a preliminary excavation of global efforts to promote Decent Work, it can serve the basis for further research into how the ILO, as well as other IO's, perpetuate, assimilate, and/or challenge modern power asymmetries. For it to present a true turning point in global labor discourses, it must acknowledge both the historical legacies of colonialism in the world of work and the impact of global regulation in sustaining systemic inequalities between countries and peoples.

Future studies engaging with this topic can branch off in numerous ways. This complexity can be better served if researchers and practitioners recognize the necessity of informal labor for societies (Mhando; Kiggundu, 2018). The ILO must grapple with the persistence of informal work not only through research but through continuous dialogue with informal worker collectives. One way to do so is to not only represent differentially racialized and gendered workers but to have global initiatives recognize and incorporate the strengths of these workers.

Understanding the strengths and barriers facing informal workers requires processes of *listening* and *learning* to understand how informality presents in different geographies, and how workers negotiate their own conditions of employment in the broader world of work. Informal workers are amongst the most marginalized in the global economy, and if the DWA fails to speak to their conditions then it remains a limited project. Taking seriously the ways informal workers organize, mobilize resources, promote job creation, and more can further global governance efforts toward sustainable development.

REFERENCES

ALAMI, Ilias; GUERMOND, Vincent. The color of money at the financial frontier. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 3, p. 1073-1097, 2023.

ALEKSYNSKA, Mariya; LA, Justina; MANFREDI, Thomas. Transitions to and from formal employment and income dynamics: Evidence from developing economies. *OECD Development Centre Working Papers*, Paris, n. 349, 2023.

ANDOH, Betty Serwah; SEGBENYA, Moses. Exploring the Nexus Between Informal Workers and the Social Security Scheme in Ghana. *Global Social Welfare*, 2024.

- ANYIDOHO, Nana Akua. **Informal Economy Monitoring Study: Street Vendors in Accra, Ghana.** Manchester, UK: WIEGO, 2013.
- ARSLAN, Ayse. Relations of production and social reproduction, the state and the everyday: Women's labor in Turkey. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 6, p. 1894-1916, 2022.
- BARCHIESI, Franco. The Violence of Work: Revisiting South Africa's 'Labour Question' Through Precarity and Anti-Blackness. **Journal of Southern African Studies**, v. 42, n. 5, p. 875-891, 2016.
- BHAMBRA, Gurinder. Colonial global economy: towards a theoretical reorientation of political economy. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 2, p. 307-322, 2021.
- CHANT, Sylvia. Exploring the "feminisation of poverty" in relation to women's work and home-based enterprise in slums of the Global South. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 6, n. 3, p. 296-316, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams; HARRIS, Luke Charles; HOSANG, Daniel Martinez; LIPSITZ, George (eds.). **Seeing Race Again: Countering Colorblindness across the Disciplines.** 1st ed. University of California Press, 2019.
- DE ALMAGRO, Maria Martin; RYAN, Caitlin. Subverting economic empowerment: Towards a postcolonial-feminist framework on gender (in)securities in post-war settings. **European Journal of International Relations**, v. 25, n. 4, p. 1059-1079, 2019.
- DE GIORGI, Alessandro. Punishment, Marxism, and Political Economy. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, 2018.
- DRAKE, Charles D. ILO. The First Fifty Years. **The Modern Law Review**, v. 32, n. 6, p. 664-667, 1969.
- EASTERBROOK-SMITH, Gwyn. OnlyFans as gig-economy work: a nexus of precarity and stigma. **Porn Studies**, v. 10, n. 3, p. 252-267, 2022.
- ELIAS, Juanita. Making migrant domestic work visible: The rights based approach to migration and the 'challenges of social reproduction'. **Review of International Political Economy**, v. 17, n. 5, p. 840-859, 2010.
- ELLIOT, Kimberly Ann; FREEMAN, Richard B. **Can Labor Standards Improve Under Globalization?** Washington, D.C.: Peterson Institute, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis. *In*: HANDFORD, Michael; GEE, James Paul (ed). **The Routledge Handbook of Discourse Analysis.** Routledge, 2012.
- FERGUSON, Susan. Social Reproduction Theory and Racial Capitalism. **TOPIA: Canadian Journal of Cultural Studies**, v. 47, 2023.
- FREY, Diane F. Economic growth, full employment and decent work: the means and ends in SDG 8. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 8, p.1164-1184, 2017.
- GOAL #8: Decent work and economic growth.** International Labor Organization, 2024.
- HADI, Syeda Tonima; CHESNEY-LIND, Meda. Female "Deviance" and Pathways to Criminalization in Different Nations. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, 2020.
- HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War.** Routledge, 2006.
- HAUF, Felix. The Paradoxes of Decent Work in Context: A Cultural Political Economy Perspective. **Global Labour Journal**, v. 6, n. 2, 2015.
- HOOKS, Bell. **Feminism is for Everybody: Passionate Politics.** Routledge & CRC Press, 2000.
- HUA, Julietta; NIGORIZAWA, Holly. US Sex Trafficking, Women's Human Rights and the Politics of Representation. **International Feminist Journal of Politics**, v. 12, n. 3-4, p. 401-423, 2010.
- HUMMEL, Calla. **Why Informal Workers Organize: Contentious Politics, Enforcement, and the State.** Oxford University Press, 2022.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **100 Statistics on the ILO and the labour market to celebrate the ILO Centenary.** ILO, 2019a.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **A just transition for all: Can the past inform the future?** ILO, 2015a. Available from: <https://www.ilo.org/publications/just-transition-all-can-past-inform-future>. Access in: 15 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **Concept Note: Area of Critical Importance: Decent Work in the Rural Economy.** Available from: <https://www.ilo.org/media/49326/download>. Access in: 19 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **Ending violence and harassment against women and men in the world of work.** ILO, 2018a. Available from: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_553577.pdf. Access in: 03 Sept. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **Finding proactive features in labour market policies: a reflection based on the evidence.** ILO, 2018b. Available from: <https://www.ilo.org/publications/finding-proactive-features-labour-market-policies-reflection-based-evidence>. Access in: 15 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **Giving a voice to rural workers.** ILO, 2015b. Available from: <https://www.ilo.org/resource/conference-paper/giving-voice-rural-workers>. Access in: 12 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **ILO Implementation Plan - 2030 Agenda for Sustainable Development.** ILO, 2016. Available from: <https://www.ilo.org/publications/ilo-implementation-plan-2030-agenda-sustainable-development>. Access in: 05 Sept. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **No. 4 Empowering women working in the informal economy.** ILO, 2018c. Available from: <https://www.ilo.org/publications/no4-empowering-women-working-informal-economy>. Access in: 12 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **No.10 Global value chains for an inclusive and sustainable future.** ILO, 2018d. Available from: <https://www.ilo.org/publications/no10-global-value-chains-inclusive-and-sustainable-future>. Access in: 1 Nov. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **The International Labor Organization and Globalization: Fundamental Rights, Decent Work and Social Justice.** ILO, 2018e. Available from: <https://www.ilo.org/publications/international-labour-organization-and-globalization-fundamental-rights>. Access in: 21 Oct. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. **Time to Act for SDG 8: Integrating Decent Work, Sustained Growth and Environmental Integrity.** ILO, 2019b. Available from: <https://www.ilo.org/publications/time-act-sdg-8-integrating-decent-work-sustained-growth-and-environmental-0>. Access in: 06 Sept. 2021.

KANBUR, Ravi. Inequality in a global perspective. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 35, n. 3, p. 431-444, 2019.

KINYANJUI, Mary. **Social Relations and Associations in the Informal Sector in Kenya.** 2010.

KINYANJUI, Mary. **Vyama: Institutions of Hope: Ordinary People's Market Coordination and Society Organization Alternatives.** Nsemia Inc., 2012.

KINYANJUI, Mary. **Wanjiku in Global Development: Everyday Ordinary Women Livelihood Economy in Kenya.** Nsemia Inc., 2021.

LANGAN, Mark. Decent work and indecent trade agendas: The European Union and ACP countries. *Contemporary Politics*, v. 20, n. 1, p. 23-35, 2014.

LEBARON, Genevieve; EDWARDS, Remi; HUNT, Tom; SEMPÉRÉ, Charline; KYRITSIS, Penelope. The Ineffectiveness of CSR: Understanding Garment Company Commitments to Living Wages in Global Supply Chains. *New Political Economy*, v. 27, n. 1, p. 99-115, 2022.

LEVITT, Lauren. Sex work/Gig work: a Feminist Analysis of Precarious Domina Labor in the Gig Economy. In: DOLBER, Brian; RODINO-COLOCINO, Michelle; KUMANYIKA, Chenjerai; WOLFSON, Todd (ed). **The Gig Economy: Workers and Media in the Age of Convergence.** Routledge, 2021.

LOCKWOOD, Erin. The International Political Economy of Global Inequality. *Review of International Political Economy*, v. 28, n. 2, p. 421-445, 2020.

- MAUL, Daniel. "Help Them Move the ILO Way": The International Labor Organization and the Modernization Discourse in the Era of Decolonization and the Cold War. **Diplomatic History**, v. 33, n. 3, p. 387-404, 2009.
- MEZZADRI, Alessandra; MAJUMDER, Sanjita. Towards a feminist political economy of time: Labour circulation, social reproduction & the 'afterlife' of cheap labor. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 6, p. 1804-1826, 2022.
- MEZZADRI, Alessandra; NEWMAN, Susan; STEVANO, Sara. Feminist global political economies of work and social reproduction. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 6, p. 1783-1803, 2022.
- MHANDO, Peter C.; KIGGUNDU, Moses N. Introduction to Special Issue – Managing Africa's Informal Economy: Research, Practice and Advocacy. **Africa Journal of Management**, v. 4, n. 3, p. 219-224, 2018.
- NAM, Siho. Cognitive Capitalism, Free Labor, and Financial Communication: A Critical Discourse Analysis of Social Media IPO Registration Statements. **Information, Communication & Society**, v. 23, n. 3, p. 420-36, 2018.
- OKOLO, Philips O.; MICAH, Patience Ediri; BOUBAI, Joseph Jackson; OKOLO, Epebitimi Trevor. Issues in the Implementation of 2019 National Minimum Wage in Nigeria: Challenges and Prospects. **EBSU Journal of Social Sciences and Humanities**, v. 14, n. 1, 2024.
- PHILLIPS, Nicola. Power and inequality in the global political economy. **International Affairs**, v. 93, n. 2, p. 429-444, 2017.
- POSTHUMA, Anne; ROSSI, Arianna. Coordinated Governance in Global Value Chains: Supranational Dynamics and the Role of the International Labour Organization. **New Political Economy**, v. 22, n. 2, p. 186-202, 2017.
- PRUGL, Elisabeth. Untenable dichotomies: De-gendering political economy. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 2, p. 295-306, 2020.
- RAI, Shirin M.; BROWN, Benjamin D.; RUWANPURA, Kanchana N. SDG 8: Decent Work and Economic Growth – A Gendered Analysis. **World Development**, v. 113, p. 368-380, 2019.
- RIBEIRO, Marcelo A.; SILVA, Fabiano F.; FIGUEIREDO, Paula M. Discussing the Notion of Decent Work: Senses of Working for a Group of Brazilian Workers without College Education. **Frontiers in Psychology**, v. 7, 2016.
- RUZEK, William. The Informal Economy as a Catalyst for Sustainability. **Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 23-34, 2015.
- RYDER, Guy. **ILO Director-General Guy Ryder "Decent Work in the Era of Sustainable Development"**. ILO, 2016. Available from: <https://www.ilo.org/resource/statement/ilo-director-general-guy-ryder-%E2%80%9Cdecent-work-era-sustainable-development%E2%80%9D>. Access in: Nov. 2024.
- SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. 2nd ed. SAGE, 2013.
- SEWELL JR., William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.
- STEANS, Jill; TEPE, Daniela. Introduction – Social Reproduction in International Political Economy: Theoretical Insights and International, Transnational and Local Sitings. **Review of International Political Economy**, v. 17, n. 5, p. 807-815, 2010.
- STEVANO, Sara. Classes of working women in Mozambique: An integrated framework to understand working lives. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 6, p. 1847-1869, 2022.
- THOMAS, Huw; TURNBULL, Peter. From Horizontal to Vertical Labour Governance: The International Labour Organization (ILO) and Decent Work in Global Supply Chains. **Human Relations**, v. 71, n. 4, p. 536-359, 2017.
- TORNHILL, Sofie. "A bulletin board of dreams": Corporate empowerment promotion and feminist implications. **International Feminist Journal of Politics**, v. 18, n. 4, p. 528-543, 2016.

UNITED NATIONS - UN. Sustainable Development Goals. United Nations, 2024.

UPADHYAY, Nishant. Coloniality of White Feminism and its Transphobia: A Comment on Burt. **Feminist Criminology**, 2021.

VON BROEMBSSEN, M. People want to work, yet most have to labour: towards decent work in South African supply chains. **Law, Democracy & Development**, v. 16, n. 1, 2012.

VOSKO, Leah Faith. 'Decent Work': The Shifting Role of the ILO and the Struggle for Global Social Justice. **Global Social Policy**, v. 2, n. 1, p. 19-46, 2002.

VOSKO, Leah Faith. **Temporary Work: The Gendered Rise of a Precarious Employment Relationship**. University of Toronto Press, 2000.

WEBSTER, Edward; FORREST, Kally. The Role of the ILO during and after Apartheid. **Labor Studies Journal**, v. 46, n. 4, 2020.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Methods of Critical Discourse Analysis**. SAGE, 2001.

WOODS, Jordan. Queer Contestations and the Future of a Critical "Queer" Criminology. **Critical Criminology**, v. 22, n. 1, p. 5-19, 2014.

ZWICK, Austin. Welcome to the Gig Economy: neoliberal industrial relations and the case of Uber. **GeoJournal**, v. 83, p. 679-691, 2018.

Sobre a autora

Alisson Rowland: Candidata a doutorado, Universidade da Califórnia, Irvine.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

APPENDIX A

1. ILO Implementation Plan—2030 Agenda for Sustainable Development
2. ILO Centenary Declaration for the Future of Work
3. Work for a brighter future
4. 5 of 8 Research Papers on the Future of Work pertaining to social protections and inclusive work
5. 12 Future of Work issue briefs
6. Time to Act for SDG 8: Integrating Decent Work, Sustained Growth, and Environmental Integrity
7. The ILO and Globalization: Fundamental Rights, Decent Work and Social Justice
8. MNEs and Inclusive Development: Harnessing national social dialogue institutions to address the governance gap
9. Violence and Harassment against Women and Men in the World of Work—Trade Union Perspective and Action
10. The Right to Social Security in the Constitutions of the World: Broadening the moral and legal space for social justice
11. Boosting youth employment through public works
12. Technical report: ILO workshop on labor administration reforms and innovations: efficiency and outreach
13. Sectoral Studies on Decent Work in Global Supply Chains
14. Illustrated guidelines for gender-responsive employment and intensive investment programmes
15. Social protection for domestic workers: key policy trends and statistics
16. Collective bargaining- a policy guide
17. Improving working conditions for domestic workers: organizing, coordinated action and bargaining
18. A just transition for all: can the past inform the future?
19. Tripartite Declaration concerning Multinational Enterprises and Social Policy
20. Promoting Decent Work for migrant workers
21. Giving a voice to rural workers

